

Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso

ISSN 2357-965X



**MISSÃO E DIÁLOGO:
EXIGÊNCIAS EVANGÉLICAS PARA AS IGREJAS
HOJE**

Produção

**Comissão Episcopal Pastoral para o
Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso
- CNBB**

Apoio

 **ANEC**
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

Revista Caminhos de Diálogo - Ano 02, nº. 03, agosto a dezembro de 2014

Comissão Episcopal Pastoral para o Diálogo Ecumênico e Inter-Religioso / CNBB

Dom Francisco Biasin – Presidente

Dom Benedito Araújo

Dom Redovino Rizzardo

Pe. Elias Wolff – Assessor

Caminhos de Diálogo

Revista semestral, fundada em 2013

Editor – Francisco Biasin

Diretor – Elias Wolff

Conselho Editorial

Francisco Biasin – Bispo da diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda/RJ

Elias Wolff – Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba/PR

Vitor Galdino Feller – Faculdade Católica de Santa Catarina - Florianópolis/SC

Rudolf von Sinner – Escola Superior de Teologia - São Leopoldo/RS

Fernando Bortolletto Filho - Diretor Executivo da Assoc. dos Seminários Teológicos Evangélicos - São Paulo/SP

Marcial Maçaneiro – Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba/PR

Gabriele Cipriani – Movimento de Educação de Base - Brasília/DF

Elisangela Dias Barbosa - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - Brasília/DF

Maria Teresa de Freitas Cardoso – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ

Conselho Consultivo

José Bizon – Pontifícia Universidade de São Paulo - São Paulo/SP

Dom Manoel João Francisco – Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC

Romi Marcia Bencke – Secretária Executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC

Dom Benedito Araújo - Diocese de Guajaramirim/RO

Therezinha L. M. da Cruz - Arquidiocese de Brasília-DF

Revisão

Fernando Bortolletto Filho, Therezinha L. M. da Cruz e Pedro Paulo Vieira

Editoração Eletrônica

Luciene Lopes Pereira - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

Projeto Gráfico e Capa

Willian Fabricio Ribeiro - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

Publicação dirigida aos agentes das igrejas e das organizações que promovem o diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural.

Nota: O autor de cada artigo desta publicação assume a responsabilidade das opiniões que expressa.

Sumário

Editorial	5
------------------------	---

Artigos

Ação missionária e atitude ecumênica - Reflexões a partir da Bíblia	7
<i>Frei Carlos Mesters e Francisco Orofino</i>	
Missão e diálogo no Concílio Vaticano II	31
<i>Elias Wolf</i>	
Relação entre diálogo e missão na perspectiva da Igreja Católica	47
<i>Marcus Barbosa</i>	
A relação entre diálogo e missão na perspectiva das igrejas evangélicas	63
<i>Roberto E. Zwetsch</i>	
Quando os protestantes se encontram com o Brasil	79
<i>Zwinglio M. Dias</i>	

Recensão

Una Chiesa per gli Altri	91
<i>Francisco Biasin</i>	

Crônicas

Reunião da Rede Ecumênica da Água	97
Simpósio Inter-religioso	99
Simpósio sobre Ecumenismo e Missão	101

Documentação

JUNTOS A FAVOR DA VIDA: Missão e evangelização em cenários de mudança.....	103
--	-----

Editorial

O ecumenismo é missionário, nasce como um serviço à pregação do Evangelho. Ele contribui para a compreensão e a vivência da proposta de unidade e de comunhão que o Evangelho apresenta. Na medida em que as Igrejas testemunharem a comunhão na sociedade, maior é a plausibilidade desta acolher o Evangelho que proclamam. Pois muitas resistências ao Evangelho se devem à falta de comunhão entre os cristãos.

O testemunho comum dado pelas Igrejas do único Evangelho crido e proclamado é uma forma de evangelizar. Esse testemunho deve ser encarnado no contexto sócio-cultural em que vivemos. Nesse contexto estão as demandas do nosso tempo para a fé cristã. Ao identificá-las, as Igrejas precisarão buscar as respostas de modo a poderem apresentar o Evangelho como algo significativo para o mundo atual. E ali onde milhões de homens e mulheres encontram-se impossibilitados de obterem as condições necessárias para uma existência digna e justa, a dimensão missionária do ecumenismo recebe uma relevância profética particular.

O contexto da missão é formado também por uma pluralidade de compreensões do sagrado, do Transcendente, de Deus, no interior do pluralismo religioso do nosso tempo. E aqui situa-se um dos maiores desafios para a missão cristã: a exigência de dialogar, estabelecer parcerias, conviver e cooperar com as diferentes formas de crer. O diálogo inter-religioso tem implicações na missão. O diálogo é mais que um método de evangelização, ele é também o seu conteúdo, uma vez que apresenta um Deus que se relaciona gratuitamente e amorosamente com a humanidade inteira. O diálogo é salvífico ao propor o Deus que integra todos os crentes em projetos de justiça, paz e amor.

Urge estreitar a relação entre missão e diálogo – ecumênico e inter-religioso – como testemunho comum da fé em Jesus Cristo. As tensões que daí surgem provocam conflitos, dentro e fora das Igrejas. Mas “se caminhar é preciso, caminharemos unidos”, como a única forma de ser coerente com o Evangelho do Reino.

O vínculo entre missão e diálogo entre os cristãos e as religiões exige um repensamento teológico das Igrejas, um redimensionamento de suas estruturas, uma revisão de suas práticas missionárias e uma amplitude do horizonte espiritual. Isso favorece tanto para compreender a legitimidade da vivência do Evangelho para além das fronteiras de uma Igreja, quanto para perceber a ação da graça de Deus para além das fronteiras estabelecidas por uma tradição religiosa. Somente assim os cristãos estarão em condições de estabelecerem projetos de cooperação na missão. A missão é uma só: testemunhar Jesus Cristo como Deus, Senhor e Salvador. E antes de ser das Igrejas, a missão é do próprio Deus, Ele é o proponente da mensagem salvífica, e ao mesmo tempo é também o seu conteúdo. Assim, não é a Igreja que tem uma missão, mas a missão é que tem a Igreja como seu instrumento. E para bem cumprir sua fun-

ção instrumental, a Igreja precisa deixar-se modelar pela ação do Espírito da Unidade que a capacita para a proclamação da Boa Nova a todos os povos.

No foco da relação entre missão e diálogo está o serviço à promoção humana. O diálogo em busca da unidade dos cristãos e da cooperação das religiões é também um serviço ao ser humano, em suas necessidades pessoais e coletivas. A promoção humana constitui um modo privilegiado de vincular todos os crentes em Deus em projetos que visam a humanização de toda a sociedade. Para os cristãos, isso é condição para se obter a “vida em abundância” (Jo 10,10), oferecida por Cristo. O caráter ecumênico e dialógico dessa realidade impele à busca de sintonia entre os princípios de uma antropologia religiosa e os meios técnicos da promoção humana. Como algo inerente à missão de anunciar a Boa Nova do Reino de Deus, as Igrejas afirmam possuir uma palavra teológica sobre o ser humano. E fazer com que essa palavra seja pronunciada com algum sentido para todas as pessoas, é o desafio a ser enfrentado. O diálogo manifesta condições para se explorar tal possibilidade, explicitando a vinculação entre o *kerigma* cristão e as aspirações existenciais do ser humano. Na perspectiva cristã, essas aspirações se realizam no encontro com Aquele que é “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6). Busca-se, então, uma nova ordem de relações entre as pessoas no contexto cósmico-histórico, com finalidade escatológica, encaminhando toda a humanidade para a *koinonia* do Reino de Deus. Missão e diálogo são caminhos para essa meta.

O presente número da revista *Caminhos de Diálogo* apresenta reflexões que visam contribuir para uma melhor compreensão do vínculo entre missão, ecumenismo e diálogo inter-religioso. Carlos Mesters apresenta reflexões a partir da bíblia sobre *A ação missionária e atitude ecumênica*; Elias Wolff trata da *Missão e diálogo no concílio Vaticano II*; Marcus Barbosa reflete sobre *A relação entre Diálogo e Missão na perspectiva da Igreja Católica*; Roberto E. Zwetsch escreve sobre *A relação entre diálogo e missão na perspectiva das Igrejas evangélicas*; Zwinglio M. Dias mostra “*Quando os protestantes se encontram com o Brasil*”, numa análise da importância da “Conferência do Nordeste” (1962) para o movimento ecumênico brasileiro e a perspectiva social da fé cristã. Publicamos também aqui o importante documento do Conselho Mundial das Igrejas sobre *Missão e Evangelização em Cenários de Mudanças*. Apresentamos, ainda resenhas e crônicas.

Nosso intento é fazer com que os leitores da revista *Caminhos de Diálogo* aprofundem suas convicções acerca do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, expressando-as em seus projetos de missão.

Elias Wolff

Diretor

Ação missionária e atitude ecumênica - Reflexões a partir da Bíblia

Frei Carlos Mesters* e Francisco Orofino

Resumo

Partindo dos questionamentos em torno da nossa prática missionária de hoje, fomos olhar de perto a prática missionária do povo de Deus na época do Exílio da Babilônia. A prática missionária deles nasceu de uma nova leitura da natureza, de uma experiência sincera do amor e da descoberta da missão como serviço e não como domínio e autopromoção. Suas características eram: acolher o povo com muita ternura; ensinar dialogando, em pé de igualdade; reunir o povo para rezar a Deus e falar da vida; reler e atualizar os valores do passado; fazer nascer consciência crítica e ser uma presença viva da Boa Nova de Deus. Essa prática missionária foi confirmada por Jesus. É um novo horizonte que faz a pessoa olhar para além do seu próprio grupo. Não basta ser um grupo bem unido, é preciso ser Luz das nações. É uma teimosia santa que não desiste nem desanima, enquanto ainda houver gente que nunca ouviu falar deste amor eterno de Deus, revelado em Jesus.

Não era uma atitude de conquista nem de proselitismo, mas uma vontade grande de partilhar a imensa gratidão, que lhes enchia o coração, pelo amor recebido de Deus. Não tinham uma atitude de superioridade, como se fossem melhores que as pessoas para as quais anunciavam a boa nova, mas a atitude humilde de querer servir a todos. Também não era a atitude de professor frente aos alunos, de sábio frente aos ignorantes, mas a atitude do irmão que suscita fraternidade.

Palavras-chave: Palavra, missão, profecia, diálogo.

* Holandês de nascimento, mora no Brasil desde 1949. É frade carmelita, formado em Bíblia pelo Instituto Bíblico de Roma e pela École Biblique de Jerusalém. Foi professor no Seminário Carmelita em São Paulo e Belo Horizonte, de 1963 até 1973. Trabalha com a Bíblia nas Comunidades Eclesiais de Base. Faz parte do CEBI (Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos). Atualmente é coadjutor na paróquia em Unai. Minas Gerais.

Abstract

Because of the questions that arise in our missionary practice today we felt a desire to examine more closely the missionary practice of the people of God in the time of its exile in Babylon. Their missionary practice was impressed by a new understanding of nature, a sincere experience of love, discovering that mission is an act of service and not of domination and self-promotion. Some aspects were relevant in this missionary practice: to receive people with great tenderness; to teach through dialogue, treating the other as equal; to bring people together to pray to God and to talk about life; to have a new understanding about values of the past; to stimulate a critical conscience and to be a living presence of God's Good News. This kind of missionary practice was confirmed by Jesus. It is a new horizon that enables a person to see what is beyond its own group. It is not enough to belong to a group with very close relationships; we need to be a source of Light for the nations. It is a holy stubbornness that never gives up or becomes weaker in its purpose as long as there are people who have not heard about this eternal love of God, revealed in Jesus.

It was not an attitude that leads to conquest ou proselitism, but a deep desire to share the enormous gratitude, which filled their hearts, for the love received from God. They did not have an attitude of superiority, as if they were better than the people to whom they announced the good news, but had the humble attitude of one who wants to be engaged in service to all. They also did not have the attitude of a teacher before pupils, of a sage before ignorants, but the attitude of a brother who wants to give birth to fraternity.

Keywords: Word, mission, profecy, dialogue.

Introdução: a proposta do CONIC

O contexto atual, caracterizado por rápidas mudanças e pluralização de sujeitos, apresenta tensões entre pessoas e grupos sociais, provocadas por convicções religiosas. Há uma diversidade grande de interpretações sobre o testemunho cristão. Essa diversidade pode ser percebida entre as diferentes Igrejas e dentro das Igrejas.

O aumento da concorrência religiosa e a consciência da presença de um mercado religioso trazem consigo disputas, proselitismo e desqualificação do outro, que fazem sentir a urgente necessidade de refletir sobre o conceito de missão, bem como, sobre a validade e a necessidade do diálogo entre Igrejas e religiões.

O objetivo da conferência é promover a reflexão sobre nosso compromisso com a promoção de práticas missionárias que não entrem em conflito com a diversi-

dade religiosa presente na realidade brasileira. Como trabalhar a missão sem ferir o princípio evangélico do diálogo? Como trabalhar missão a partir da compreensão de que toda a pessoa batizada recebe o mandato de promover o evangelho na perspectiva da construção de um mundo de justiça e paz?

1ª PARTE - Perguntas em torno da nossa prática missionária

1. Jesus deu esta ordem: *“Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Nova para toda a humanidade. Quem acreditar e for batizado será salvo. Quem não acreditar será condenado”* (Mc 16,15-16). Em que consiste essa Boa Nova? É uma doutrina, uma lei, uma moral, uma história, uma celebração, uma pessoa, uma alegria? Posso dizer para meu vizinho: *“Se você não acreditar, vai ser condenado”*?

2. Muçulmanos divulgam a sua religião, atraem pessoas para a sua fé. Nós, cristãos, no passado, saímos da Europa como missionários para anunciar a Boa Nova do Evangelho. Qual a diferença entre o anúncio que nós fazíamos e o anúncio que faziam os muçulmanos? Foram séculos de muitos conflitos e guerras, em nome de Deus.

3. Recordemos a história das missões cristãs. No ano de 1552, os neófitos do Japão perguntavam a Francisco Xavier: *“Onde estão os nossos pais e parentes falecidos?”* Francisco respondeu: *“Foram condenados!”* Os japoneses não quiseram mais saber da *“Boa Nova”*. Na Ásia, o avanço missionário não teve o resultado desejado. A resistência da cultura e da religião dos povos asiáticos foi mais forte que o anúncio cristão. Na América Latina não tivemos um anúncio propriamente dito, mas sim uma invasão que desconsiderou a cultura e a religião dos povos indígenas. Podemos lembrar um diálogo entre missionários espanhóis e caciques do México: *“Vocês devem aceitar o nosso Deus!”* *“Só podemos fazê-lo com licença dos nossos antepassados. Mas vocês os mataram!”* *“Se vocês não aceitarem nosso Deus, não poderão ir para o céu!”* No século XX, milhares de missionários das nações cristãs da Europa foram para Ásia, África e América Latina. Sou um deles. Até hoje permanecem questionamentos. Foi anúncio da Boa Nova de Deus? Foi difusão da civilização cristã ocidental? Foi expansão da política colonizadora? Ou foi algo feito para impedir o avanço do protestantismo? As duas guerras mundiais do mesmo século XX, provocadas pelas nações cristãs da Europa, causaram a morte de mais de sessenta milhões de pessoas. O século de maior expansão missionária foi também o século de maior violência e mortandade da história. Fica a pergunta: qual a credibilidade da ação missionária das nações cristãs?

4. Karl Rahner usava o conceito de cristão anônimo para designar as pessoas que vivem bem mas não são cristãos. Um rabino muito amigo disse para ele: *“Agora me convenci. Você é um judeu anônimo!”* As religiões todas procuram ser missionárias. A nossa religião tem algum privilégio? Vamos entrar em competição com os outros para ver quem consegue mais adeptos? Qual a motivação que me leva a ser

missionário? Evitar que as pessoas sejam condenadas ao inferno? Atrair as pessoas para dentro da nossa Igreja? Competir com as outras confissões cristãs? Falar de Deus e de Jesus? Irradamos ou impomos? Anunciamos ou amedrontamos? Com que direito eu, como ser humano, me apresento aos outros seres humanos com um anúncio universal em nome de Deus? De onde vem a pretensão universal dos cristãos?

2ª PARTE - Reflexões sobre a prática missionária na época do cativo

1. A desintegração da sociedade e da fé na época do cativo

No mês de agosto de 587 a.C., Nabucodonosor deu ordem ao general Nabuzardã para destruir Jerusalém, a Cidade Santa (2Rs 25,8-12; Jer 52,12-16). Tudo aquilo que, até àquele dia, tinha sido sinal visível da presença de Deus foi destruído. O **Templo**, destinado a ser a morada de Deus para sempre (1Rs 9,3), foi incendiado (2Rs 25,9). O Culto, instituído como sinal perpétuo, estava interrompido (Lam 2,6-7). Os **Sacerdotes** foram massacrados (Jer 52,24-27) ou levados para o cativo (Sl 79,1-3; Lam 4,16). A **Monarquia**, que sempre teria um descendente de Davi no trono (2Sam 7,16), já não existia mais (2Rs 25,7). **Sião**, a cidade de Davi, residência divina para sempre (Sl 132,13-14), estava destruída (Lam 1,6; 2,1-10). A **Terra Prometida**, cuja posse perpétua tinha sido garantida a Abraão (Gen 13,15), passou a ser a propriedade dos inimigos (2Rs 25,12; Jer 39,10; 52,16). Todas as promessas foram quebradas. Nenhuma delas se realizou.

Muitos diziam: “Deus nos abandonou!” (Is 40,27; Jer 33,23-24; Is 49,14). Nós fomos infiéis. Rompemos com Deus e ele rompeu conosco. Colhemos o que plantamos. Essa ruptura está bem expressa na terceira lamentação (cf. Lm 3,1-17).

Tudo mudou! A imagem do Deus vitorioso e guerreiro da época da monarquia quebrou em mil pedaços. A ideologia da conquista e do anúncio missionário agressivo, própria da época da monarquia, entrou em colapso. Eles se encontram numa situação totalmente diferente: sem território próprio, sem poder político, sem rei, sem templo, sem notícia para anunciar. Agora eles são apenas um grupo étnico perdido no meio de dezenas de outros grupos étnicos num império multicultural e multirreligioso de divindades estrangeiras. Eles não passam de uma pequena minoria escravizada, sem nenhum privilégio, procurando sobreviver no meio das tensões, sem horizonte. A maioria achava que era melhor saltar do barco antes que afundasse inteiramente. Eles se acomodaram e se adaptaram ao sistema do império. Perderam o ímpeto missionário.

A grande pergunta que ficou era esta: “Como entender esta tragédia? (Sl 44,18-25; Sl 77,6-10; 89,39-47). Será que Deus parou de falar? (Sl 77,9; cf. Sl 74,9; 99,6-8) Silêncio de Deus! Crise de fé! Como reagir? Várias tendências apareceram, mistu-

radas dentro dos fatos e das pessoas. A cada tendência correspondia uma prática missionária diferente.

Alguns achavam que se devia lutar, voltar para Jerusalém, ocupar de novo a terra, vingar o mal que lhes tinha sido feito, reconstruir o templo, restaurar a monarquia. Sua prática missionária consistia em reeditar o passado, lembrando Zorobabel e Josué (Zac 3,1-9; Esdras 1,1-11; 2,1-2; Ne 7,6-7). Não tiveram futuro.

Bem mais tarde, no século seguinte, outros já instalados no cativeiro achavam que deviam ser um povo diferente, separado dos outros povos. Queriam que Jerusalém se tornasse o símbolo da unidade do Povo de Deus espalhado pelo mundo. Com o apoio do rei da Pérsia, conseguiram licença e dinheiro para reconstruir Jerusalém e o templo. Sua prática missionária consistia em insistir na observância da lei, viver separados dos outros povos. Chegaram a expulsar as mulheres estrangeiras para assim reforçar a consciência de povo eleito (Esd 9,1 a 10,17). Tinham o apoio do rei: a lei de Deus era considerada lei do rei (Esd 7,26). É o que encontramos em Neemias e Esdras.

Outros se perguntavam: “O que será que Deus nos quer ensinar por meio desta situação tão trágica em que nos encontramos agora? Qual o apelo de Deus para nós? Qual a missão que temos? É o que vemos no grupo dos discípulos e discípulas de Isaías. Entre eles nasce uma nova prática missionária, que vamos ver de perto.

Essas tendências atuavam sobre o povo do cativeiro, cada uma do seu jeito, influenciando em sua prática missionária. É muito semelhante ao que hoje acontece entre nós aqui no Brasil. A grande maioria do povo é muito religiosa, mas sem definição clara. Assim como no cativeiro, também aqui, vários grupos, Igrejas e tendências atuam sobre o povo, cada uma com a sua prática missionária. Essa é a razão da convocação desta conferência do CONIC.

2. A semente da nova prática missionária: uma nova experiência de Deus

Já durante o cativeiro (587 a 538 aC), iniciou-se um lento processo de mudança. Semente cresce devagar, sobretudo se é semente de árvore grande e frondosa. As características desta semente são como janelas diferentes que permitem olhar a partir de ângulos diferentes a mesma realidade nova que estava nascendo.

** Uma nova leitura da natureza*

Naquele desespero do cativeiro, Jeremias encontrou motivos de esperança. É como se dissesse ao povo: “Vocês dizem que Deus já não cuida de nós e que deixamos de ser povo de Deus! Eu afirmo: Deus não nos abandonou. E sabem por quê? É que o sol vai nascer amanhã. Nabucodonosor pode ser forte, mas ele não consegue impedir o nascimento do sol. Nossa infidelidade pode ter sido grande, mas ela não é capaz de impedir o nascimento do sol!”

O nascimento do sol é uma lei da natureza. Até hoje, ninguém se pergunta: será que o sol vai nascer amanhã? A certeza do nascer do sol não depende dos poderes deste mundo, nem da nossa observância da lei, mas está impressa na lógica da criação. É promessa que não falha, expressão da fidelidade de Deus.

Cada manhã, através da sequencia dos dias e das noites, Deus nos fala ao coração e nos diz:

“Como é certo que eu criei o dia e a noite e estabeleci as leis do céu e da terra, também é certo que não rejeitarei a descendência de Javé e de meu servo Davi.” (Jr 33,25-26; cf Jer 31,35-36). “Se vocês puderem romper a minha aliança com o dia e com a noite, de modo que já não haverá mais dia nem noite no tempo certo, também será rompida a minha aliança com o meu servo Davi” (Jr 33,20-21).

Jeremias abriu um largo horizonte e ajudou o povo a ler a natureza com um novo olhar. Era nos fenômenos da criação que ele via um sinal da presença de Deus e da sua fidelidade para com o povo: na sequencia inalterada dos dias e das noites, no sol que se levantava todos os dias sobre a cidade destruída, na lua minguante e crescente, na alternância das estações do ano, nas chuvas, nas plantas e sementes, etc. Tudo isso era para Jeremias um sinal da certeza de que Deus continuava fiel ao seu povo e de que Ele não havia rompido sua aliança, como alguns andavam dizendo (cf. Is 49,14). A natureza tornou-se sinal transparente da presença gratuita de Deus no meio do seu povo.

** A redescoberta da Palavra de Deus*

Eles não tinham mais templo, nem rei, nem terra, nem sacrifícios. Perderam tudo! A única coisa que sobrou era a memória do que Deus tinha feito no passado. Lembrando o passado, os exilados começaram a descobrir a ação de Deus, a Palavra de Deus. Isaías dizia: “Todo ser humano é erva e toda a sua beleza é como a flor do campo: a erva seca, a flor murcha, quando sobre elas sopra o vento de Javé; a erva seca, a flor murcha, mas a palavra do nosso Deus se realiza sempre” (Is 40,7-8).

Lembrando a ação da Palavra de Deus no passado e na natureza, eles foram descobrindo a força dessa Palavra que os conduzia. Os capítulos 40 a 66 de Isaías são os capítulos de toda a Bíblia que mais falam, direta ou indiretamente, da ação criadora de Deus (cf. Is 40,8.12.22.26.28; 41,20; 42,5.9; 43,7.15.19; 44,2.24; etc. etc.). A história da criação do mundo, descrita no livro de Gênesis (Gn 1,1-2,3), mostrava que Deus tinha criado o mundo pronunciando os nomes das criaturas: Luz! Firmamento! Plantas! Animais! “Ele diz e a coisa acontece, ele ordena e ela se afirma” (Sl 33,9). Antes da ação criadora havia o caos, feito de trevas, águas e deserto (Gn 1,2), imagens de morte que simbolizavam o cativo (cf. Lam 3,6.54). Mas Deus enfrentou

o caos com a sua palavra criadora, venceu as trevas, as águas, o deserto e criou o cosmos, a harmonia, que servem à vida. Eles descobriram que, ao lado da Lei da Aliança entregue ao povo no Monte Sinai, havia a Lei da Criação. Como fez para o povo, assim Deus fez para as criaturas: “fixou-lhes uma lei que jamais passará” (Sl 148,6).

A Lei da Aliança tinha no seu centro as **Dez Palavras** ou os Dez Mandamentos (Ex 20,1-17; Dt 5,6-22). A narrativa da Criação também tem **Dez Palavras** divinas no seu centro, pois o autor desse texto repetiu exatamente dez vezes a mesma expressão “**e Deus disse**” (Gn 1,3.6.9.11.14.20.22.24.26.28). São as **Dez Palavras** da Criação! As criaturas sempre observam a Lei da Criação. Por isso existe a harmonia na natureza. A harmonia do universo é fruto da obediência das criaturas às Dez Palavras com que Deus enfrentou o caos. No Pai-Nosso Jesus pede: “*Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu*”. Jesus quer que cheguemos a observar a Lei da Aliança com a mesma perfeição com que o sol e as estrelas lá no céu observam a Lei da Criação. Assim poderemos criar entre nós a mesma harmonia. Na contemplação da harmonia do universo o povo descobre como ser fiel à aliança. Ação salvadora e ação criadora se identificam.

** A redescoberta do Amor eterno de Deus*

Essa descoberta da ação da Palavra de Deus levou os profetas a descobrir o amor fiel de Deus. A presença da Palavra de Deus, tanto na história como na natureza, é pura gratuidade, expressão do amor do Criador. Deus diz ao povo: “*Eu amei você com amor eterno; por isso conservei o meu amor por você*” (Jr 31,3). Lembremos esta outra mensagem de Isaías:

“Pode a mãe se esquecer do seu nenê, pode ela deixar de ter amor pelo filho de suas entranhas? Ainda que ela se esqueça, eu não me esquecerei de você” (Is 49,15). E o profeta nos traz mais esta afirmação: “Num ímpeto de ira, por um momento eu escondi de você o meu rosto; mas agora, com amor eterno, volto a me compadecer de você, diz Javé, seu redentor” (Is 54,8).

Nas entrelinhas dessas frases, transparece a descoberta consoladora que o povo foi fazendo. É como se Deus, o namorado, dissesse ao povo, sua namorada: “Depois de tudo que você fez, você já não mereceria ser amada. Mas meu amor por você não depende do que você fez por mim ou contra mim. Quando comecei a amar você, eu o fiz com um amor eterno. Por isso, apesar de tudo que você me fez, apesar de todos os seus defeitos, eu gosto de você, eu amo você para sempre!” Amor eterno! Foram os profetas que souberam redescobrir esta dimensão infinita do amor gratuito de Deus (cf. Is 41,8-14; 49,15; Jr 31,31-37; Os 2,16).

Essa é a luz que eles foram descobrindo dentro do túnel escuro do cativeiro. Escuridão luminosa! Agora eles sabem que nada, nem mesmo o fracasso, pode separá-los do amor fiel de Deus (Is 40,1-2^a; 41,9-10.13-14; 43,1-5; 44,2; 46,3-4; 49,13-16; 54,7-8). Agora eles observam a lei não mais sob ameaça ou por medo, mas para agradecer e retribuir o amor.

** A redescoberta da missão: serviço, servir, ser servo*

A nova experiência de Deus levou o povo a uma clareza maior a respeito da missão como povo eleito: não mais como povo eleito acima dos outros povos, mas sim como povo servo. Os quatro cânticos do Servo de Javé, espalhados pelos capítulos 40 a 66 do livro de Isaías, falam desta missão (Is 42,1-9; 49,1-6; 50,4-9; 52,13-53,12). São uma espécie de cartilha para ajudar o povo do cativeiro a descobrir e assumir sua missão como servo.

O Servo de Javé de que falam os quatro cânticos não é um indivíduo, mas é o próprio povo sofredor chamado a ser servo de Deus. Os capítulos 40 a 66 são como a moldura ao redor de um quadro. O quadro (o texto dos cânticos) não diz quem é o Servo, mas a moldura (o contexto de Isaías 40 a 66) informa claramente que o Servo é o povo. Basta verificar os textos: Is 41,8-9; 42,18-20; 43,10; 44,1-2; 44,21; 45,4; 48,20; 54,17. Todos eles, de uma ou de outra maneira, falam do Servo como sendo o próprio povo exilado.

No primeiro cântico (Is 42,1-9), Deus apresenta a todos o seu Servo e diz qual a missão que ele vai realizar. No segundo (Is 49,1-6), o próprio Servo conta como foi difícil descobrir e aceitar sua missão de servo de Deus. No terceiro (Is 50,4-9), o Servo relata como ele assume e executa a sua missão, apesar das perseguições. No quarto (Is 52,13 a 53,12), as pessoas, convertidas pelo testemunho do Servo, contam como esse testemunho provocou neles a conversão. Elas reconhecem que foi graças ao sofrimento do Servo que elas foram salvas. Um breve resumo desses quatro cânticos (Is 61,1-2) é o texto que Jesus escolheu para se apresentar com a sua missão diante da comunidade na sinagoga de Nazaré (Lc 4,18). Jesus viveu e realizou a missão do Servo de Deus.

3. Nasce uma nova prática missionária

Dessa semente da experiência de Deus nasceu uma nova maneira de viver e de conviver. É a nova prática missionária que transparece nos capítulos 40 a 66 do livro de Isaías. Vamos ver alguns aspectos dessa prática missionária. Ela tem uma atualidade impressionante para nós.

** Acolher o povo com muita ternura*

Para quem vive machucado e triste, na solidão do cativeiro, não bastam as advertências e as ameaças, para que levante a cabeça, tenha esperança e comece a enxergar a situação com otimismo renovado. É necessário, antes de tudo, cuidar das feridas

do coração, num acolhimento com muita ternura e bondade. As primeiras palavras - "Consolai! Consolai o meu povo!" (Is 40,1) - ressoam pelas páginas do livro inteiro.

Os discípulos de Isaías procuram ser essa presença acolhedora junto aos seus irmãos lá no cativeiro. Eles têm uma conversa atenciosa, cheia de ternura, de encorajamento e acolhimento. "Não gritam nem apagam a vela que ainda solta um pouco de fumaça" (Is 42,2-3). Ou seja, machucados, não machucam. Oprimidos pela situação em que se encontram, não oprimem, mas tratam e acolhem o povo com muito respeito. Não reproduzem o sistema. Usam uma linguagem simples, concreta e direta, numa atitude de ternura nunca vista antes, que funciona como bálsamo, e dispõe as pessoas para olhar a realidade com mais objetividade. Muitos textos mostram isso: Is 54,7-8; Is 41,9-10; Is 41,13-14; Is 40,1-2^a; 43,1-5; 44,2; 46,3-4; 49,13-16; etc.

** Ensinar dialogando em pé de igualdade*

Nos capítulos 40 a 66, do começo ao fim, transparece uma atitude de escuta e de diálogo. Eles conversam, fazem perguntas, questionam, criticam, levam o povo a refletir sobre os fatos (cf Is 40,12-14.21.25-27; etc). Ensinam dialogando em pé de igualdade com o povo. Esse jeito de ensinar é próprio de quem se considera discípulo e não dono da verdade (Is 50,4-5). Um discípulo não absolutiza o seu próprio pensamento, nem impõe suas ideias autoritariamente, mas sabe ensinar escutando e aprendendo dos outros.

Eis um exemplo dessa atitude de diálogo:

"Por que dizes tu, Jacó, e por que afirmas tu, Israel: "O meu caminho está oculto a Javé; o meu direito passa despercebido a Deus?" Então não sabes? Por acaso não ouviste isto? Javé é um Deus eterno, criador das regiões mais remotas da terra. Ele não se cansa nem se fatiga, a sua inteligência é insondável" (Is 40,27-28)

** Reunir o povo para rezar a Deus e falar da vida*

É nesse mesmo período do cativeiro que se começa a insistir, de novo, na observância do antigo preceito do sábado (Is 56,2.4; 58,13-14; 66,23; cf Gen 2,2-3). Essa orientação é para que o povo tenha ao menos um dia por semana para se encontrar, partilhar sua fé, louvar a Deus em clima de mútua animação. Por exemplo, os discípulos se reúnem e questionam:

Levantem os olhos para o céu e observem; Quem criou tudo isso? É aquele que organiza e põe em marcha o exército das estrelas, chamando cada uma pelo nome. Tão grande é o seu poder e tão firme a sua força, que nenhuma delas deixa de se apresentar. Jacó, por

que você anda falando, e você, Israel, por que anda dizendo: "Javé desconhece o meu caminho e ignora a minha causa?" (Is 40,26-27)

** Fazer nascer consciência crítica*

O desânimo dos exilados era muito grande. Eles eram como o profeta Elias deitado debaixo da árvore querendo morrer (1Rs 19,4). Até para cantar tinham perdido o gosto (Sl 137,1-6). Esse desânimo tinha duas causas, ligadas entre si: uma externa, a destruição da cidade de Jerusalém, o exílio, a perda de todos os apoios; a outra interna, a falta de visão e de fé. Deus parecia ter perdido o controle da situação. Nabucodonosor parecia ser o dono da história. Os discípulos de Isaías atacam as duas causas: desfazem o peso da opressão e enchem o vazio do coração.

Para desfazer o peso da opressão eles usam o bom senso e fazem uma análise crítica da realidade. Desmascaram o poder que os oprime e a ideologia dominante que os engana. Tudo é analisado, criticado com ironia e precisão e confrontado com a nova visão que a fé em Deus lhes comunica: os príncipes e os juízes (Is 40,23); os adivinhos e os sábios (Is 44,25); os governantes (Is 41,25); as nações do mundo (Is 40,15.17.22); a orgulhosa Babilônia (Is 47,1-15); os ídolos (Is 41,24.29; 40,18-20; 41,6-7.21-29); seus adoradores (Is 44,20). A análise crítica da realidade concentra-se, sobretudo, na denúncia detalhada e irônica do culto aos ídolos, que falsificavam a vida humana (Is 44,18-20).

Para encher o vazio do coração eles ajudam o povo a perceber que Deus continua no controle dos fatos. A história não escapou de suas mãos: nos acontecimentos duros da história, que tanto pesavam, é Javé que, através deles, realiza o seu plano (Is 55,8-11); o próprio exílio é visto como instrumento de educação do povo por parte de Javé (Is 54,7-8); Babilônia, a grande opressora, é vista como um meio, usado por Deus, para castigar o povo infiel (Is 42,24; 47,6). Nas reuniões semanais eles refrescam a memória (Is 43,26; 46,9), contam as histórias de Noé, de Abraão e Sara (cf. Is 51,1-2), lembram o êxodo (Is 43,16-17), apontam os fatos da política e perguntam: "Quem é que faz tudo isto?" (Is 41,2). A resposta é sempre esta: "É Javé, o Deus do povo, o nosso Deus!"

Desse modo, enchendo o vazio do coração (causa interna) e enfraquecendo o peso da opressão (causa externa), eles deslocam o peso da balança. O povo se equilibra de novo na vida. Agora, já não é a perseguição que enfraquece a fé, mas sim a fé renovada e esclarecida que enfraquece o domínio dos poderosos. A face de Deus reaparece na vida. O povo, animado por essa Boa Notícia, desperta (Is 51,9.17; 52,1), se põe de pé (Is 60,1), começa a cantar (Is 42,10; 49,13; 54,1; 61,10; 63,7) e a resistir (Is 48,20).

** Ser uma presença viva da Boa Nova de Deus*

Por esse seu jeito diferente de conviver e de tratar com o povo, os discípulos não só falam sobre Deus, mas também o revelam; comunicam algo daquilo que eles

mesmos vivem. Deus se faz presente nessa atitude de ternura e de diálogo. Eles mesmos são uma Boa Nova de Deus! O povo se dá conta de que o Deus dos discípulos é diferente do deus da Babilônia, diferente também da imagem de Deus que eles ainda carregavam na memória, desde os tempos da monarquia, de antes da destruição do Templo. Assim, aos poucos, os olhos se abrem. O povo começa a perceber algo do novo que estava acontecendo. “*Não estão vendo?*” (Is 43,19) Foi necessária muita paciência da parte dos discípulos, para que aquele povo exilado se reanimasse a crer novamente em si mesmo e em Deus e se levantasse (Is 49,4.14).

* *Anunciar a Boa Nova do Reino de Deus*

Não se trata em primeiro lugar de uma doutrina a ser ensinada, nem de uma moral ou disciplina a ser observada. Para eles, anunciar a Boa Nova de Deus é irradiar para os outros aquilo que eles mesmos estão vivendo; é apontar a presença do Reino que já existia na vida do povo e na natureza e que vai sendo revelada pelo anúncio dos discípulos de Isaías; é apontar fatos concretos, pequenos ou grandes, onde a vitória do Reinado de Deus já está acontecendo, e apresentá-los de tal maneira que apareça essa dimensão escondida da presença vitoriosa da Palavra de Deus.

Eis alguns exemplos de certos fatos que são apresentados como Boa Nova do Reino de Deus, presente no meio do povo:

- a alegria do povo de Jerusalém ao ouvir a boa notícia trazida por um mensageiro que anuncia a paz e a chegada do Reino de Deus (Is 52,7-10);
- o povo se organizando como um rebanho ao redor do pastor, e voltando para Jerusalém, guiado pela fé renovada em Deus (Is 40,9-11);
- a chegada de Ciro, o rei dos Medos, que de repente começou a invadir e derrubar o poderio de Nabucodonosor, dando esperança aos povos oprimidos (Is 41,25-27);
- o povo-servo que, como discípulo e aprendiz, começa a reagir, resistindo firmemente contra o opressor, apesar do sofrimento e das agressões (Is 50,4-9);
- o povo se dispondo para sair do cativeiro e, protegido por Deus, regressar para a terra, deixando para trás a impureza dos ídolos, repetindo o êxodo (Is 52,11-12).

A Boa Nova de Deus, o *Evangelho* (Is 52,7), não era uma notícia desconhecida, vinda de fora. Não! A Boa Nova era um *fato da vida* deles mesmos, onde Deus já estava presente, atuando, libertando o seu povo com poder e realizando o seu projeto de salvação. A palavra dos discípulos tirava o véu desse fato e nele revelava a presença

gratuita de Deus. O instrumento era o testemunho dos discípulos, ou seja, a prática dos missionários confirmava a veracidade desta Boa Nova. E a memória do passado do povo os levava a dizer: “Era isto que nós esperávamos há muito tempo!”

A Boa Nova respondia ao desejo mais profundo do coração! Por isso mesmo é Boa Notícia. A prática missionária dos discípulos de Isaías ajudava o povo a reencontrar, nos fatos da vida, a presença amorosa, forte, fiel e exigente do Bem-Amado: “Teu Criador é teu marido!” (Is 54,5). Deixar transparecer a luz deste rosto é o mesmo que revolucionar a vida.

Diz a nota da Bíblia de Jerusalém: “Os mensageiros que acorrem ao país e as sentinelas que os avistam anunciam a alegria, isto é, a inauguração pessoal de Javé em Sião. Esse reinado, que vai substituir o dos reis terrestres, foi há muito tempo anunciado pelos profetas (cf. Is 43,15; Jr 3,17; 8,19; Ez 20,33; 34,11-16; Miq 2,13; 4,7; Sf 3,15). É celebrado pelos salmos do reino (Sl 47; 93; 96; 97; 98; 99; 145; 146)”. (Nota da Bíblia de Jerusalém em Is 52,7).

** Rerler e atualizar os valores do passado*

A nova experiência de Deus lá no cativeiro ajudou-os a perceber os erros e enganos, dentro dos quais a imagem de Deus tinha sido aprisionada pela ideologia dos reis. Ela foi fonte de luz para rerler, repensar e atualizar, um por um, os valores do passado, libertá-los dos erros e das limitações e adaptá-los à nova situação. Nessa releitura, eles mantêm as mesmas palavras, mas dão a elas um novo sentido e as colocam na nova perspectiva.

Eis alguns exemplos:

- O povo de Deus já não é uma raça, pois agora os estrangeiros fazem parte (Is 56,3.6-7).
- O templo não é só para os judeus, mas será casa de oração para todos os povos (Is 56,7).
- O culto é universal, pois os estrangeiros dele participam (Is 56,6-7).
- O sacerdócio não é só de Levi; estrangeiros recebem o mesmo sacerdócio (Is 66,20-21).
- O reino não é o de Davi, mas o Reino Universal do próprio Deus (Is 52,7; 43,15).
- O messias, não é só o rei davídico, mas também Ciro, o Rei dos persas (Is 45,1; 44,28).
- A eleição não é um privilégio, mas um serviço a ser prestado à humanidade (Is 42,1-4).

- A lei de Deus não é só de Israel, todos os povos nela encontram luz (Is 2,1-5).
- Jerusalém não é capital de Judá; é centro de peregrinação de todos os povos (Is 60,1-7).
- As promessas que eram somente para Davi agora são para todo o povo (Is 55,3-5).
- A Dispersão do Cativo é para estar em todos os povos anunciando o Reino de Deus.
- A missão do povo não é ser um grupo separado, mas ser “Luz das Nações” (Is 42,6; 49,6).

Assim como eles fizeram, nós temos que fazer a mesma coisa. Precisamos reler e dar novo significado a muitas palavras, como, por exemplo: Igreja, Mandamentos, Lei, Salvação, Condenação, Revelação, Sacramentos, Missa e Missão, Conversão, Casamento, Divórcio, Céu e Terra.

4. Uma breve síntese da nova prática missionária

1. Não é uma atitude de conquista nem de proselitismo, mas uma vontade muito grande de partilhar a imensa gratidão que enche o coração pelo amor recebido de Deus.

2. Não é uma atitude de superioridade frente às pessoas para as quais anunciam a boa nova, como se eles fossem melhores, mas é a atitude humilde de querer servir a todos.

3. Não é a atitude de professor frente aos alunos, de sábio frente aos ignorantes, mas a atitude do irmão que suscita fraternidade.

4. O acento não cai nas verdades a serem ensinadas, mas sim na acolhida, na atitude de diálogo e na vontade de aprender, uns dos outros, partilhando a experiência de Deus.

5. É um novo jeito de ler os fatos e a natureza com um olhar nascido da fé que ajuda a descobrir a presença gratificante de Deus em tudo que lhes diz respeito.

6. É um novo horizonte que se contempla para além do seu próprio grupo. Não basta ser um grupo bem unido, é preciso ser Luz das nações.

7. É uma teimosia santa que não desiste nem desanima, enquanto ainda houver gente que nunca ouviu falar deste amor eterno de Deus.

3ª PARTE - Reflexões sobre a prática missionária de Jesus

1. *A desintegração da sociedade e da fé do povo no tempo de Jesus*

No antigo Israel, o clã, isto é, a grande família, a comunidade, era a base da convivência social. Era a proteção das famílias e das pessoas, a garantia da posse da terra, o veículo principal da tradição, a defesa da identidade. Era a maneira concreta de o povo daquela época *encarnar o amor de Deus no amor ao próximo*. Defender o clã era o mesmo que defender a Aliança do povo com Deus. Na Galiléia do tempo de Jesus, por causa do sistema implantado pelos romanos desde 64 antes de Cristo e reforçado pelos governos de Herodes (37 aC a 4 aC) e de seu filho Antipas (4 aC a 39 dC), tudo isso já não existia mais, ou se vivenciava cada vez menos. Um duplo cativo estava contribuindo para a desintegração do clã, da **comunidade**: o cativo da política romana e o cativo da religião oficial.

Era sobretudo o cativo da religião oficial que impedia ao povo o acesso ao Deus vivo. Por exemplo, quem dedicava sua herança ao Templo podia deixar seus pais sem ajuda. Isso enfraquecia o quarto mandamento, que era a espinha dorsal do clã (Mc 7,8-13). A Lei de Deus e a observância das normas de pureza eram usadas para legitimar a marginalização de muita gente: mulheres, crianças, samaritanos, estrangeiros, leprosos, possessos, publicanos, doentes, mutilados, paraplégicos. Em vez de fortalecer a comunidade, a religião oficial reforçava ainda mais esse cativo.

Tanto a conjuntura política, social e econômica como a ideologia religiosa, tudo conspirava para o enfraquecimento e desintegração dos valores centrais do clã, da comunidade e da tradição. As preocupações com os problemas da própria família impediam as pessoas de se unirem em comunidade. Era o contrário da fraternidade que Deus sonhou para todos! Era urgente uma nova ação missionária para revelar o rosto de Deus!

A resposta de Jesus a essa situação revela a nova atitude missionária, diferente da prática missionária da religião oficial. As atitudes que Jesus ia tomando nasciam da nova experiência de Deus que o animava por dentro. Todo o esforço missionário de Jesus é destinado a refazer a comunidade, levar as pessoas a um reencontro, superar as divisões existentes, criar uma nova maneira de conviver, revelar um novo rosto de Deus.

2. *Três resumos da ação missionária de Jesus*

1. *O resumo dado pelo evangelho de Marcos (Mc 1,14-45)*

14 Depois que João Batista foi preso, Jesus voltou para a Galiléia, pregando a Boa Nova de Deus: 15 “O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede na Boa Nova” (Mc 1,14-15)

O evangelho de Marcos diz que a Boa Nova anunciada por Jesus é a **Boa Nova**

de Deus. Deus, ele mesmo, revelado em Jesus e por Jesus, é a Boa Notícia para a vida humana. A tarefa principal de Jesus é ser *Missionário de Deus*. São quatro os pontos básicos desta ação missionária:

1. O tempo já se cumpriu! Para os *fariseus*, o Reino só chegaria quando a observância da Lei fosse perfeita; para os *essênios*, seria quando o país fosse *purificado*. Jesus tem outra maneira de ler os fatos. Ele diz: o tempo se cumpriu, o prazo já se esgotou. Jesus sabia ler os sinais dos tempos.

2. O Reino de Deus está próximo! Para os *fariseus* e os *essênios*, o Reino só chegaria depois que eles tivessem realizado a sua parte, ou seja, observar toda a lei, purificar todo o país. Jesus diz o contrário: “*O Reino está próximo!*” Já estava chegando, independente do esforço feito! Aquilo que todos esperavam já estava presente no meio do povo, e eles não o sabiam, nem o percebiam (cf. Lc 17,21). Jesus o percebeu! Ele lia a realidade com um olhar diferente. Revelar a presença escondida do Reino no meio do povo é a tarefa missionária de Jesus. As parábolas eram o seu meio preferido para ajudar o povo a perceber a presença escondida do Reino na vida.

3. Converti-vos! O sentido da palavra *metanóia* é *mudar o modo de pensar e de viver*. Para poder perceber a presença do Reino na vida, a pessoa terá que deixar de lado o legalismo dos doutores da lei e permitir que a nova experiência de Deus que Jesus nos trouxe invada sua vida e lhe dê olhos novos para perceber e entender os sinais dos tempos.

4. Crede na Boa Nova! Não é fácil começar a pensar diferente daquilo que sempre se ensinou. Isso só é possível através de um ato de fé. Quando alguém chega com uma notícia diferente, você só a aceita se o portador for de confiança. Aí, você dirá aos outros: “Pode aceitar! Eu conheço a pessoa! Ela é de confiança. Fala a verdade!” Jesus é de confiança!

Depois dessa introdução, o evangelho de Marcos reúne oito atividades de Jesus para mostrar em que consiste o anúncio da Boa Nova de Deus e como era a prática missionária de Jesus (Mc 1,16-45). Estes oito episódios nos ajudam a fazer uma avaliação da nossa missão ou da nossa prática missionária.:

1. Criar comunidade (Mc 1,16-20): A primeira coisa que Jesus faz é chamar pessoas para segui-lo. A tarefa básica da missão é criar comunidade, congregar as pessoas em torno de Jesus.

2. Despertar consciência crítica (Mc 1,21-22): A primeira coisa que o povo percebe é a diferença entre Jesus e os escribas. Faz parte da missão contribuir para que o povo crie consciência crítica frente à realidade que o envolve.

3. Combater o poder do mal (Mc 1,23-28): O primeiro milagre de Jesus é a expulsão de um espírito impuro. Faz parte da missão combater o poder do mal que aliena as pessoas de si mesmas e estraga a vida humana.

4. Restaurar a vida para o serviço (Mc 1,29-31): Jesus curou a sogra de Pedro, e ela começou a servi-lo. Faz parte da missão preocupar-se com os doentes de tal modo que eles possam levantar-se e voltar a prestar serviço aos outros.

5. Acolher os marginalizados (Mc 1,32-34): À noite, o povo trouxe todos os doentes e endemoninhados, para que Jesus os curasse, e ele curou a todos, impondo-lhes as mãos. Faz parte da missão acolher os marginalizados.

6. Permanecer unido ao Pai pela oração (Mc 1,35): Após um dia de trabalho até tarde, Jesus se levantou cedo para rezar num lugar deserto. Faz parte da missão permanecer unido ao Pai, fonte da Boa Nova, através da oração.

7. Manter a consciência da missão (Mc 1,36-39): Os discípulos queriam que Jesus voltasse. Mas ele seguiu adiante. Faz parte da missão não se fechar no resultado já obtido e manter viva a consciência da missão.

8. Reintegrar os marginalizados na convivência (Mc 1,40-45): Jesus cura o leproso e pede que se apresente ao sacerdote para poder ser declarado puro e voltar a conviver com o povo. Faz parte da missão reintegrar os marginalizados na convivência humana e assumir as consequências.

2. O resumo do evangelho de Lucas (Lc 10,1-9)

¹Depois disso, o Senhor designou outros setenta e dois, e os enviou dois a dois à sua frente a toda cidade e lugar aonde ele próprio devia ir. ²E dizia-lhes: “A colheita é grande, mas os operários são poucos. Pedi, pois, ao Senhor da colheita que envie operários para sua colheita. ³Ide! Eis que eu vos envio como cordeiros entre lobos. ⁴Não leveis bolsa, nem alforje, nem sandálias, e a ninguém saudeis pelo caminho. ⁵Em qualquer casa em que entrardes, dizei primeiro: ‘Paz a esta casa!’ ⁶E se lá houver um filho de paz, a vossa paz irá repousar sobre ele; senão, voltará a vós. ⁷Permaneçei nessa casa, comei e bebei do que tiverem, pois o operário é digno do seu salário. Não passeis de casa em casa. ⁸Em qualquer cidade em que entrardes e fordes recebidos, comei o que vos servirem; ⁹curai os enfermos que nela houver e dizei ao povo: ‘O Reino de Deus está próximo de vós’. (Lucas 10,1-9)

Os outros setenta e dois discípulos somos nós! Jesus os envia à sua frente para os lugares aonde ele próprio deve ir: o missionário é porta-voz; não é dono da Boa Nova. Jesus os envia *dois a dois*: a missão é comunitária. O missionário deve sentir-se responsável pela missão. Sua primeira tarefa é *rezar para que Deus envie* responsáveis pela missão. Por isso deve rezar ao Pai pela continuidade da missão. São *cordeiros no meio de lobos*: a missão é perigosa.

A prática missionária, tem quatro colunas básicas:

1. A Hospitalidade (Lucas 10,4-6): Ao contrário dos outros missionários, os de Jesus não podem levar nada, *nem bolsa, nem sandálias*. O missionário que vai sem nada,

levando apenas a paz, mostra que confia na *hospitalidade* do povo. Acredita que vai ser recebido, e o povo se sente respeitado e confirmado. A Boa Nova não está só no missionário que chega e anuncia, mas também na participação do povo que o recebe e hospeda. Por meio dessa prática, ele resgata os antigos valores da convivência comunitária.

2. A partilha (Lucas 10,7): Os missionários *não devem andar de casa em casa*, mas sim permanecer na mesma casa. Isto é, devem conviver de maneira estável, participar da vida e do trabalho do povo do lugar e viver do que recebem em troca, *pois o operário merece o seu salário*. Isso significa que devem confiar na *partilha*. Por meio dessa prática, o missionário resgata uma antiga tradição do povo, critica a cultura de acumulação que marcava a política do Império Romano e anuncia um novo modelo de convivência.

3. A Comunhão de mesa (Lucas 10,8): Os missionários de Jesus devem *comer o que o povo lhes oferece*. Não podem viver separados, comendo sua própria comida. Devem aceitar a comunhão de mesa. No contato com o povo, não podem ter medo de perder a pureza legal. Por meio dessa prática criticam as leis excludentes da pureza em vigor e anunciam um novo acesso à pureza, isto é, à intimidade com Deus.

4. A Acolhida aos excluídos (Lucas 10,9a): Os missionários devem *tratar dos doentes*, curar os leprosos e expulsar os demônios (cf. Mt 10,8). Isso significa que devem acolher para dentro da comunidade os que dela foram excluídos. Por meio dessa prática solidária criticam a sociedade excludente e apontam saídas concretas. É o que hoje faz a pastoral dos excluídos, dos enfermos, dos migrantes, dos marginalizados.

A chegada do Reino (Lc 10,9b). Caso todas essas exigências forem preenchidas, o missionário pode e deve gritar aos quatro ventos: *O Reino chegou!* Anunciar o Reino não é em primeiro lugar ensinar verdades e doutrinas, mas sim levar as pessoas a uma nova maneira de viver e de conviver como irmãos e irmãs a partir da Boa Nova que Jesus nos trouxe, comunicando que Deus é Pai/Mãe de todos nós.

3. O resumo dado pelo próprio Jesus

Nos escritos do Novo Testamento Jesus recebe muitos títulos e atributos. Cada título é uma tentativa para revelar algum aspecto daquilo que Jesus significa para nós. Nem todos os títulos têm a mesma origem, ou são do tempo de Jesus. Os três títulos mais antigos e mais próximos de Jesus são *Filho do Homem*, *Servo de Deus* e *Redentor*. Os três vêm do AT e se encontram nesta frase de Jesus: *“O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate para muitos”* (Mc 10,45). Esses três títulos, usados pelo próprio Jesus, são um resumo que ele nos oferece para nos fazer entender melhor a característica básica da sua prática missionária.

Filho do homem: ser humano, humanizar

Esse título ocorre 83 vezes só nos quatro evangelhos! A expressão Filho do Homem vem dos profetas. Em Ezequiel, ele acentua a condição humana do profeta.

No livro de Daniel a expressão *Filho do Homem* ocorre na visão dos reinos deste mundo (Dn 7,1-28), que são apresentados sob a figura de animais (Dn 7,4-8), pois são reinos animaiscos, desumanizam a vida, *animalizam* as pessoas. Na mesma visão de Daniel, o Reino de Deus é apresentado sob a figura de um *Filho do Homem*, (Dn 7,13), *figura humana*, que representa o povo de Deus (Dn 7,18.27). O povo de Deus não se deixa desumanizar nem enganar pela ideologia dominante dos reinos animaiscos. A sua missão consiste em realizar o Reino de Deus como um reino humano, reino que não persegue a vida, mas sim a promove, *humaniza* as pessoas.

Apresentando-se aos discípulos como *Filho do Homem*, Jesus assume como sua essa missão humanizadora, do Povo de Deus. É como se dissesse para nós: “*Venham comigo! Esta missão é de todos nós! Vamos juntos realizar a missão que Deus nos entregou, e realizar o Reino humano que ele sonhou!*” Jesus foi tão humano, como só Deus pode ser humano. Quanto mais humano, tanto mais divino! Quanto mais “filho do Homem”, tanto mais “filho de Deus!” Tudo que desumaniza as pessoas afasta de Deus.

Servo de Deus: serviço, servir, doar-se

Como já vimos, esse título vem do profeta Isaías. No tempo de Jesus, havia várias formas de esperança messiânica: Messias Rei (Mc 15,9.32), Messias *Santo de Deus* (Mc 1,24); Messias *Guerrilheiro* (Lc 23,5; Mc 13,6-8), Messias *Doutor* (Jo 4,25), Messias *Juiz* (Lc 3,5-9), Messias *Profeta* (Mc 6,4; 14,65). Apesar dessas diferenças, todos esperavam um messias glorioso que fizesse o povo de Deus ser grandioso no meio dos povos. Só os pobres esperavam o Messias *Servidor*, anunciado pelo profeta Isaías (Is 42,1-9; 49,1-6; 50,4-9; 52,13-53,12), e encaravam a missão do povo de Deus não como um domínio ou promoção, mas como um serviço à humanidade. Maria, a pobre de Javé, dizia ao anjo: “*Eis aqui a serva do Senhor!*” É o contrário da visão que, na época da monarquia, o povo tinha da sua missão como povo eleito de Deus.

Esse povo-servo é descrito como aquele que “*não grita, nem levanta a voz, não solta berros pelas ruas, não quebra a planta machucada, nem apaga o pavio de vela que ainda solta fumaça*” (Is 42,2). Perseguido, não persegue; oprimido, não oprime. Nele o vírus da violência opressora dos impérios não consegue penetrar. Sem desanimar, ele anuncia a justiça às nações (Is 42,3-4). Jesus percorreu o caminho do serviço até o fim, até as últimas conseqüências. A atitude resistente do Servo de Javé marcou a sua vida. Ele definiu sua missão: “*Não vim para ser servido, mas para servir*” (Mc 10,45). Seu objetivo era serviço, doação total.

Redentor dos irmãos: acolher, oferecer um lugar

Jesus inicia a sua pregação proclamando um novo jubileu, um “*Ano de Graça da parte do Senhor*” (Lc 4,19). O objetivo do Ano Jubileu era restabelecer os direitos

dos pobres, acolher os excluídos, reintegrá-los na convivência e, assim, voltar ao sentido original da Lei de Deus. Era uma oportunidade para fazer uma revisão, corrigir os erros e recomeçar tudo de novo. Um dos meios para levar a bom termo o Ano Jubileu era a lei do “Resgate” (*Goêl*, Redentor) (Lv 25,23-55). Quando alguém, por falta de dinheiro ou outro motivo, era ameaçado de perder sua terra ou de ser escravizado, o parente mais próximo devia pagar ao credor o resgate necessário para evitar que seu irmão perdesse sua terra ou que ele ou seus filhos fossem escravizados.

Jesus é o *goêl*, nosso irmão mais velho, o redentor, que veio pagar o resgate necessário, para que nós pudéssemos ser libertados da escravidão e recuperar a vida em comunidade. Como *redentor* (*goêl*), Jesus oferece um lugar aos que não tinham lugar. Não tendo dinheiro para pagar o resgate, ele se entregou a si mesmo, para que nós pudéssemos viver em fraternidade (1Cor 11,23-26; Mc 14,22-24; Lc 22,20). São Paulo o define na carta aos Gálatas: “*Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim. E esta vida que agora vivo, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim*” (Gl 2,20). O termo hebraico *goêl* é tão rico que não tem tradução unívoca: é redentor, salvador, libertador, defensor, advogado, consolador, paráclito, parente próximo, irmão mais velho.

Foi através da janela desses três títulos que os primeiros cristãos transmitiam o significado de Jesus para as suas vidas. O *Filho do Homem* se caracteriza pela humanidade. O Servo de Deus, pelo serviço. O *Redentor*, pela **acolhida aos excluídos**. Humanizar, servir, acolher são três atitudes que mostram como Jesus realizou sua missão de “**missionário de Deus**” Elas são um resumo de como Jesus encarava sua prática missionária para revelar a Boa Nova de Deus.

3. Olhar de perto como Jesus realiza sua missão de Missionário de Deus

O livro do Antigo Testamento que Jesus mais usava e citava é o de Isaías. As sete características da prática missionária dos discípulos, contempladas de perto, eram o que a gente estava vendo no próprio Jesus: (1) acolher o povo com muita ternura, (2) ensinar dialogando em pé de igualdade, (3) reunir o povo para rezar a Deus e falar da vida, (4) fazer nascer consciência crítica, (5) ser uma presença viva da Boa Nova de Deus, (6) anunciar a Boa Nova do Reino de Deus, (7) releer e atualizar os valores do passado.

Jesus tinha a sua maneira de anunciar a Boa Nova e de revelar o rosto do Pai para o povo da sua terra:

1. Jesus acolhe os excluídos, sobretudo os doentes e os considerados pecadores

No tempo de Jesus, em nome da Lei de Deus, muita gente era marginalizada. Jesus, a partir da sua experiência de Deus como Pai, denuncia essa situação que escondia o rosto de Deus (Mt 23,13-36). Ele anuncia o Reino para todos! Não exclui

ninguém. Mas o anuncia a partir dos excluídos. Recebe como irmão e irmã os que a religião e o governo excluíam: *os imorais*: prostitutas e pecadores (Mt 21,31-32; Mc 2,15; Lc 7,37-50; Jo 8,2-11); *os hereges*: pagãos e samaritanos (Lc 7,2-10; 17,16; Mc 7,24-30; Jo 4,7-42); *os impuros*: leprosos e possessos (Mt 8,2-4; Lc 11,14-22; 17,12-14; Mc 1,25-26); *os colaboradores dos romanos*: publicanos e soldados (Lc 18,9-14; 19,1-10); *os pobres*: o povo da terra e os pobres sem poder (Mt 5,3; Lc 6,20-24; Mt 11,25-26). *os marginalizados*: mulheres, crianças, doentes (Mc 1,32; Mt 8,17; 19,13-15; Lc 8,2s). O que Jesus mais faz é cuidar de doentes (Mc 1,32). A doença era considerada um castigo divino. Por isso, eles eram afastados e marginalizados do convívio social, vivendo de esmola. Tocando no leproso para curá-lo, Jesus assumiu conscientemente uma marginalização social, a ponto de já não poder entrar nas cidades (Mc 1,45).

2. Jesus vai ao encontro das pessoas e chama para segui-lo

Jesus se torna um pregador ambulante que vai ao encontro das pessoas. Estabelece com elas uma relação direta através da sua bondade acolhedora. Onde há gente para escutá-lo, ele fala e transmite a Boa Nova de Deus: nas *sinagogas* durante a celebração da Palavra nos sábados (Mc 1,21; 3,1; 6,2); em *reuniões* informais nas casas de amigos (Mc 2,1.15; 7,17; 9,28; 10,10); andando pelo *caminho* com os discípulos (Mc 2,23); ao longo do mar, à beira da *praia*, sentado num barco (Mc 4,1); no *deserto* para onde se refugiou e onde o povo o procura (Mc 6,32-34); na *montanha*, de onde proclama as bem-aventuranças (Mt 5,1); nas praças das aldeias e cidades, onde povo carrega seus doentes (Mc 6, 55-56); mesmo no *Templo* de Jerusalém, nas romarias, diariamente, sem medo (Mc 14,49)! Em vez de expor ou impor uma doutrina, Jesus propõe um caminho de vida, irradia uma nova imagem de Deus. A resposta é seguir Jesus neste caminho: “*Venham para mim todos vocês que estão cansados de carregar o peso do seu fardo, e eu lhes darei descanso, aprendam de mim que sou manso e humilde de coração.*” (Mt 11,28-30).

3. Jesus reconstrói a vida comunitária nos povoados da Galiléia

Na época de Jesus, devido à política dos romanos e ao sistema da religião oficial, a vida comunitária estava sendo desintegrada. Mais da metade do orçamento familiar ia para os impostos e tributos. Tais políticas excludentes geravam pobres e marginalizados sem recursos. Essa situação levava as famílias a se fecharem sobre si mesmas, impossibilitadas de exercer seu dever de ajuda desinteressada aos parentes do mesmo clã ou comunidade (o dever de *goêl*). A própria família de Jesus queria levá-lo de volta para Nazaré. Jesus reage: “*Quem é minha mãe e meus irmãos? É todo aquele que faz a vontade do Pai que está nos céus.*” (Mc 3,34-35) Jesus alarga a família. Ele quer evitar que as famílias se fechem sobre si mesmas e, assim, desintegrem a vida do clã, da comunidade. Por isso ele diz: “*Se alguém vem a mim, e não odeia seu pai, sua mãe, sua mulher, seus filhos, irmãos, irmãs, e até mesmo a sua própria vida,*

esse não pode ser meu discípulo” (Lc 14,26). Manda que as pequenas famílias se abram para a vida em comunidade.

4. Jesus recupera a dimensão caseira e festiva da fé

A religião oficial insistia no espaço sagrado do Templo e nas coisas do culto. Jesus nunca aparece oferecendo sacrifícios no templo. Ele recupera a dimensão caseira da fé. O ambiente da Casa exerce um papel central na atividade de Jesus. Não se trata só da casa de tijolos, nem só da família, mas também do clã, da comunidade. Até à idade de trinta anos, Jesus viveu no ambiente comunitário e caseiro, lá em Nazaré. Durante os três anos em que andou pela Galiléia ele entrava e vivia nas casas do povo. Entrou na *casa* de Pedro (Mt 8,14), de Mateus (Mt 9,10), de Jairo (Mt 9,23), do fariseu Simão (Lc 7,36), do leproso Simão (Mc 14,3), de Zaqueu (Lc 19,5). O oficial reconhece: “Não sou digno de que entres em minha *casa*” (Mt 8,8). E o povo procurava Jesus na *casa* dele (Mt 9,28; Mc 1,33; 2,1; 3,20). Quando ia a Jerusalém, Jesus parava em Betânia, na *casa* de Marta, Maria e Lázaro (Jo 11,3.5.45; 12,2). No envio dos discípulos e discípulas a missão deles é entrar nas casas do povo e levar a paz (Mt 10,12-14; Mc 6,10; Lc 10,1-9). Jesus recupera a dimensão sagrada e festiva da *Casa*. Ele participa da festa de casamento em Caná (Jo 2,1-2) e foi na sala superior da *casa* de um amigo que celebrou a última páscoa com seus amigos (Mt 26,18-19). Depois da ressurreição, Jesus entrou em *casa* com os dois discípulos em Emaús e foi reconhecido no gesto tão caseiro da fração do pão (Lc 24,29-30).

5. Jesus recupera igualdade homem e mulher

Um grupo de mulheres seguia Jesus e fazia parte da comunidade ao redor de Jesus (Lc 8,2-3; Mc 15,40-41). Aceitar mulheres como discípulas dentro do grupo não era costume e não deve ter sido fácil para os discípulos (Lc 24,11). Pelas suas atitudes Jesus tira o privilégio do homem frente à mulher. Ele não permite que o homem se divorcie da sua mulher (cf. Mt 19,1-12). A moça *prostituída* é defendida contra o fariseu (Lc 7,36-50). A mulher encurvada é acolhida como filha de Abraão contra o dirigente da sinagoga (Lc 13,10-17). A mulher *adúltera*, acusada pelos fariseus, não foi condenada por Jesus (Jo 8,1-11). A mulher *impura* é acolhida e curada sem censura (Mc 5,25-34). A Samaritana, desprezada como *herética*, é acolhida num longo diálogo (Jo 4,7-26). A mulher *estrangeira* de Tiro e Sidônia é atendida por ele (Mc 7, 24-30). As *mães com filhos pequenos* são acolhidas e abençoadas por Jesus (Mt 19,13-15; Mc 10,13-16). Maria Madalena, considerada *possessa*, mas curada por Jesus (Lc 8,2), recebe a *ordem* de transmitir a Boa Nova da ressurreição aos apóstolos (Jo 20,16-18). As mulheres que ficaram perto da cruz de Jesus (Mt 27,55-56.61) são as primeiras a experimentar a presença de Jesus ressuscitado (Mt 28,9-10).

6. Jesus supera as barreiras de gênero, religião, raça e classe

Jesus não se fecha dentro da sua própria raça e religião, mas sabe reconhecer as coisas boas que existem nas pessoas de outra raça e religião e acolhe lições da parte deles. À Samaritana revela o segredo maior de ser o messias (Jo 4,26). A Cananéia ajuda Jesus a abrir a visão sobre a sua missão (Mt 15,27-28). No contato com um oficial romano, Jesus reconhece: “nunca encontrei uma fé tão grande em Israel” (Mt 8,10). Acolhe Nicodemos e conversa com ele (Jo 3,1), que era um membro da alta classe judaica, com assento no Sinédrio. Desafiando as leis religiosas, Jesus acolhe leprosos, impuros e deficientes físicos. O publicano Zaqueu é acolhido como filho de Abraão (Lc 19,9). Jesus fala para todos, indistintamente, mas fala a partir dos pobres.

7. Jesus reflete o humano universal

No acolhimento às pessoas Jesus é universal. Não distingue a religião e acolhe a todos do mesmo jeito. Nas oito bem-aventuranças Jesus não faz distinção entre judeus e não judeus, mas fala de todos os seres humanos: “Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os mansos, porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu”. (Mt 5,3-10). O mesmo vale para o juízo final, onde ele não faz nenhuma distinção e se dirige ao ser humano como tal (Mt 25,31-46).

4. Breve síntese da prática missionária de Jesus

Vimos a nova prática missionária do povo de Deus na época do cativo. Acabamos de ver a prática missionária de Jesus. Eram épocas bem diferentes de hoje, a primeira de 2500 anos atrás e a outra de 2000 anos atrás. Apesar de diferentes, existe algo comum entre a prática missionária deles e a nossa. No fundo, o que está em jogo é a imagem de Deus que o missionário e a comunidade irradiam. Ela é a chave principal para interpretar as palavras do missionário. As palavras, elas sozinhas, sem a pessoa que as pronuncia, são como as notas musicais escritas no papel, mas sem a música. Só as palavras de Jesus, sem a pessoa dele e sem a experiência de Deus que ele nos comunica, são interpretadas conforme a imagem de Deus que temos na cabeça. Por isso, é tão importante ter bem presente a atitude missionária de Jesus quando se procura entender as palavras dele sobre a missão. É importante não esquecer que, antes de falar três anos ao povo, ele viveu durante trinta anos no anonimato de Nazaré.

1. Ter em si os mesmos sentimentos que animavam Jesus

O critério mais importante é ter sempre presente a pessoa de Jesus, o Missionário de Deus, e o contexto da sua ação missionária. Precisamos “*ter em nós os sentimentos de Jesus*” (Flp 2,5). Qualquer sentido que eu possa tirar dos textos da Bíblia, se

estiver em desacordo com a atitude missionária de Jesus, deve me levar a perguntar: Será que a minha interpretação é correta? O próprio Jesus muitas vezes pedia para as pessoas terem presentes as obras que ele realizava. Ele dizia aos que o questionavam: “Se não acreditarem em mim, acreditem ao menos nas obras que faço!” (Jo 14,11; 15,24; 10,25.37-38; 5,20.36).

2. Confrontar-se sempre com Jesus, o missionário de Deus.

Jesus irradia uma nova imagem de Deus como Pai. Falava tanto do Pai que Filipe disse: “Mostra-nos o Pai e basta!” Jesus responde a Filipe: “Quem vê a mim, vê o Pai!” Antes de falar do Pai, mesmo sem dizer uma só palavra, o missionário reflete o Pai.

Jesus não faz proselitismo, não puxa o povo para o seu grupo, mas irradia um novo sentido da vida e da lei que atrai as pessoas. Aquilo que ele é e diz responde ao desejo mais profundo que o ser humano tem de justiça e de verdade: “Quem é pela verdade escuta minha voz!” (Jo 18,37)

Jesus não traz normas que fecham e excluem, mas abre as normas da lei que fechavam e excluía. Por seis vezes ele diz: “Antigamente foi dito, mas eu digo!” (Mt 5,21.27.31.33.38.43).

Jesus não traz uma nova doutrina, mas com um novo olhar relê a doutrina e a tradição dos antigos e corrige suas limitações (cf. Mc 7,1-23).

Jesus, ajudado pela Cananéia, descobre que ele não veio só para as ovelhas perdidas de Israel, mas para todo ser humano, também de outra raça e religião (Mt 15,21-28).

Jesus se faz irmão de todos. Diante da Samaritana, ele se declara judeu (Jo 4,22). Para o evangelista João, Jesus não é o judeu que convida os pagãos, mas ele se coloca do lado dos pagãos e convida os judeus. Ele diz “vocês” (Jo 8,31), como se ele não fosse judeu.

Jesus ensina que não basta conhecer o sentido exato deste ou daquele texto, mas diz que os textos devem ser lidos à luz dele mesmo, pois é a respeito dele que eles falam. (Jo 5,46)

3. Ser humano como Jesus foi humano

Eu sou cristão, mas não posso ir numa aldeia dos índios e dizer para eles: Vocês devem tornar-se cristãos. Não tenho esse direito. Não posso apelar para as palavras de Jesus e dizer: Se não aceitarem o cristianismo você vão para o inferno.

Como brasileiro, posso exigir dos brasileiros que sejam bons brasileiros, contanto que eu mesmo seja realmente um bom brasileiro. Como ser humano, posso exigir dos índios que sejam humanos, pois eles são seres humanos como eu, contanto que eu mesmo seja muito humano e que não me coloque diante deles como se eu fosse um ser mais humano do que eles.

O que Deus pede de nós, seres humanos, em primeiro lugar, é que sejamos humanos. No fundo, ele não pede mais nada além disso. O que Jesus fez foi isto: veio nos ajudar para que possamos tornar-nos plenamente humanos, realizar nossa missão como seres humanos, que é servir, humanizar, acolher. “Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância!” (Jo 10,10). O nome ou título que ele mais gostava de usar era *Filho do homem*, isto é, ser humano, mostrando como a gente deve fazer para poder ser plenamente humano. Jesus foi tão humano como só Deus pode ser humano, dizia o Papa Leão Magno.

4. Sete pontos como critérios de avaliação para nós

1. O **conteúdo** é a Boa Nova de Deus. Deus é o conteúdo. Jesus é o Missionário de Deus.
2. O **objetivo** é que todos tenham vida, e a tenham em abundância.
3. O **caminho** escolhido para chegar ao objetivo é humanizar, servir e acolher os excluídos.
4. A **condição** é estar atento aos sinais dos tempos e aos problemas concretos das pessoas.
5. A **preocupação** central é revelar a presença do Reino na vida e provocar conversão e fé.
6. A **coragem** leva a denunciar tudo que desumaniza a vida.
7. O **coração** da ação missionária é não condenar, mas amar como eu amei vocês.

Endereço do autor:

Convento do Carmo,
Rua Calixto Martins de Melo, 460 - Centro
CEP: 38610-000 Unai-MG

Missão e diálogo no Concílio Vaticano II

Elias Wolff*

Resumo

O diálogo é uma das categorias de maior relevância no ensino do concílio Vaticano II. Mais do que um tema teológico pastoral, o diálogo foi um fato no concílio, o que efetivou uma real experiência conciliar. Isso tem uma implicação direta no *modus essendi* e no *modus operandi* da Igreja. O diálogo não é estratégia de articulação da comunidade, é constitutivo da natureza da Igreja; e não é apenas um método da missão, é também seu método. Pelo diálogo a Igreja melhor testemunha o Deus que crê e prega, pois o diálogo é expressão do próprio Deus, que se define como relação em seu próprio ser (Agostinho) e estabelece uma relação salvífica com a humanidade. Aqui temos um dos principais desafios para a missão da Igreja em nossos dias: pregar e viver o Evangelho dialogando com todos os cristãos, as religiões, a sociedade.

Palavras chave: Diálogo, missão, Vaticano II.

Abstract

Dialogue is one of the most relevant elements of the teaching the Council Vatican II has given to us. It is more than a theological pastoral subject. Dialogue was a matter of fact in the Council, and has provided a real experience for the participants of this event. This has a direct implication in the *modus essendi* and the *modus operandi* of the Church. Dialogue is not an strategy to articulate the community, it is part of the very nature of the Church; it is not only a method to be used in the missionary work, it is the way of being of the whole Church. By the use of dialogue, the Church testifies with greater credibility what it says and proclaims about God, because dialogue is an expression of God himself, which is defined in relation to his own being (Augustin) and establishes a relation of salvation with humanity. So, here we have one of the most

* Pertence ao Programa de Pós-graduação em Teologia da PUCPR, pesquisador sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso e Coordenador da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC.

important challenges for the mission of the church in our days: to preach and live the Gospel in dialogue with all Christians, with the the religions and the society.

Keywords: Mission, dialogue, Vatican II.

Introdução

Repensar o ser e o agir missionário da Igreja integrando nele o diálogo ecumênico e inter-religioso como uma de suas dimensões constitutivas é um dos principais desafios a serem enfrentados na atualidade. Esse repensar exige que a Igreja se desloque da posição em que está acostumada no contexto do pluralismo eclesial e religioso. Por séculos, ela se entendeu como a única detentora de toda verdade religiosa. A partir do Vaticano II, o catolicismo é orientado a olhar também para fora de si mesmo, compreendendo a legitimidade da vivência do Evangelho em outras Igrejas, a eclesialidade destas (LG 15; UR 3) e a realidade da graça se manifestando em diferentes religiões (NA/DH; GS 22). Há salvação fora das instituições católicas romanas!

Essa exigência não poderia ser apresentada para a Igreja Católica até as vésperas do Vaticano II, uma vez que a relação que ela possuía com as comunidades religiosas, cristãs ou não, situadas além das suas fronteiras institucionais, era marcada pela apologia e pela polêmica. A atitude recíproca também se verificava. As outras Igrejas marcaram com os semelhantes elementos conflitantes a sua relação com o catolicismo romano. E o comportamento psicológico consequente produziu preconceitos e hostilidades recíprocas, criando um contexto de contendas doutrinárias, pastorais e espirituais.

Esse cenário plantou raízes no imaginário coletivo dos cristãos. E, nas comunidades católicas, mesmo se o Vaticano II buscou mudá-lo, ele ainda não desapareceu de todo. Permanecem comportamentos e atitudes de resistência às orientações conciliares sobre o diálogo com outras Igrejas e com as religiões. Caminhos autônomos, paralelos e de contra-mão obstaculizam os caminhos de aproximação, diálogo e cooperação. A bem da verdade, temos que reconhecer que em muitos ambientes ainda não foi superado o complexo triunfalístico, de poder, decorrente do longo período de hegemonia política do catolicismo em relação às demais expressões religiosas na sociedade. Assim, as estruturas eclesiais, a teologia, a espiritualidade, a pastoral, a ética etc. são compreendidas fora do contexto de diálogo apresentado pelo concílio. A identidade eclesial é afirmada por tendências que enfatizam mais a separação e o distanciamento do que a sintonia, a convergência e a cooperação entre tradições religiosas diferentes.

Esse fato mostra que a dificuldade da recepção do Vaticano II tem explicação também no fato de a Igreja não saber se colocar no atual contexto religioso plural. Poucos são os ambientes eclesiais que assumiram uma postura serena e de diálogo com essa realidade. E grande é também o distanciamento do movimento ecumênico e das

iniciativas de diálogo inter-religioso por parte de setores consideráveis da Igreja. Mesmo se o Vaticano II orienta a Igreja a percorrer os caminhos de diálogo, crises e dinâmicas internas assumem precedência em relação ao ecumenismo e a busca de relação com as religiões, gerando tensão entre o espírito de abertura e diálogo e a necessidade de salvaguardar a própria identidade. Como foi já observado, “é difícil conciliar uma eclesiologia que se deixa moldar pelas tônicas do Concílio, com uma busca de ecumenismo que relegue a segundo plano justamente aquelas faixas que passaram a ser o locus inclusive de uma nova eclesialidade” (KRISCHKE,/SANTOS PRADO, 1971, p. 14).

1 Desafios da evangelização

1.1 Desafios internos à Igreja

Tais desafios manifestam-se em alguns principais âmbitos:

a) Institucional:

A recepção das orientações sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso do Vaticano II apresenta a, por vezes inconsciente, da ênfase mais dogmático-sacramentalista ao concomitância lado de um esforço novo, não totalmente assimilado, de viver a Igreja na história e com a história, que tem como agentes também outras tradições eclesiais e religiosas. No que se refere ao ecumenismo, se no ideal da unidade a Igreja se mostra clara em seus princípios, o mesmo não acontece na prática. Não há consenso sobre a concretitude dos princípios ecumênicos, e as divergências a respeito obscurecem o horizonte das convergências alcançadas por longos anos de diálogo.

b) Na reflexão da fé:

Nem todo pensamento teológico da Igreja Católica manifesta possibilidades para a explicitação da necessidade de ecumenismo e diálogo como parte da fé cristã e da natureza da Igreja. Não raro, manifestam-se posturas teológicas e doutrinárias que buscam deslegitimar estruturas e ensinamentos religiosos pelo simples fato de não possuírem a *forma mentis* do catolicismo. A teologia ecumênica e teologia das religiões ainda não possuem cidadania eclesial.

c) Na pastoral:

O diálogo ecumênico e inter-religioso possui pouca, em muitos ambientes nenhuma, pertinência na evangelização, na catequese, na liturgia, na pregação, na organização da vida das comunidades. Onde existe, sua maior incidência parece ser no campo social, como se fosse uma “zona neutra”, portanto, externa à Igreja.

d) Na espiritualidade:

A emergência de certos movimentos eclesiais com incidência na instituição, na reflexão teológica, na espiritualidade e na pastoral, prioriza os aspectos *ad intra*

em prejuízo das relações ad extra que a Igreja constrói pelo diálogo ecumênico, inter-religioso e inter-cultural.

A constatação dessas dificuldades, entre outras, permite considerar que muitos são os modos de recepção dos documentos conciliares. E nem todos expressam um verdadeiro *sentire cum ecclesia*, na sua compreensão e aplicação. Assim, muitas das orientações que o magistério eclesial apresenta sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso perdem-se no labirinto das motivações da Igreja local que, conscientemente ou não, seleciona o que considera mais “urgente” ou mesmo “conveniente” aplicar na orientação da evangelização em seu próprio contexto. Nesses casos, é difícil falar de “recepção” do Vaticano II como ato teológico que envolve a Igreja como um todo. Com isso há perdas para o diálogo, que ainda não tem assegurado o status eclesial proposto pelo Concílio.

1.2 Desafios externos à Igreja

Existem também desafios oriundos da realidade externa à Igreja, que influenciam significativamente em seu processo de evangelização em perspectiva dialógica. Entre eles:

a) O universo cristão plural:

O pluralismo do mundo cristão apresenta desafios peculiares à aplicação na pastoral das orientações conciliares sobre o ecumenismo e o diálogo das religiões. Numa diversidade sempre mais crescente de comunidades cristãs que buscam se afirmar como Igreja, não é fácil identificar os interlocutores, o conteúdo, o método e o objetivo do diálogo a ser desenvolvido. E esse diálogo precisa se desenvolver em três principais horizontes: a) com as comunidades cristãs ortodoxas, considerando sua diversidade de expressão; b) com as tradições eclesiais oriundas dos séculos XVI – XVIII; b) com as comunidades de cristãos que nasceram a partir do final do século XIX, que mesmo tendo assumido tendências do protestantismo histórico dele se distanciam na doutrina e na organização, sobretudo pela perspectiva pentecostal.

b) O pluralismo religioso:

Igualmente difícil é compreender a realidade religiosa plural com o intento de construir espaços de diálogo. Em muitos espaços, sobretudo na América Latina, a reflexão sobre o pluralismo religioso desenvolve-se, quase unicamente, no horizonte sócio-antropológico, não existindo, ainda, uma leitura teológica consistente. Por essa razão, também com as religiões não existe ainda clareza sobre o conteúdo, o método e os objetivos do diálogo a ser entabulado. A experiência nesse campo é ainda principiante e extremamente frágil.

c) A sociedade:

O modo como a sociedade se encontra estruturada, em seus aspectos políticos, econômicos, culturais, éticos e outros, tem implicações para a evangelização e o diálogo. Fatores sociais podem ser motivos de aproximação e/ou de distanciamento

entre as Igrejas e as religiões. Assim, a concepção que essas têm do meio social em que se encontram, a visão da cultura, da política e da economia, a compreensão do ser humano e o modo como orientam o seu comportamento no meio social incidem também nas relações entre elas. Sobretudo nos países onde grande parte da população vive no estado de pobreza, desemprego e sem condições de acesso a uma vida digna e ali onde a sociedade vive em meio a conflitos político-ideológicos, econômicos, étnicos e de gênero, é difícil indicar caminhos para cuidar da questão de plasmar a unidade do povo de Deus.

A sociedade é o espaço de relações entre as Igrejas e as religiões, mas é também um desafio para essas relações. No meio do tecido social, os diferentes credos são interpelados a descobrirem juntos o melhor modo de contribuir para amenizar as situações de sofrimento e de injustiça sofridas pelo povo. O desafio do diálogo está em construir relações em duas principais direções: no sentido religioso, promovendo o entendimento mútuo entre os credos; e no sentido sócio-cultural, fazendo com que a busca do diálogo seja fator de promoção humana e de integração social.

d) Questões metodológicas:

Além do que foi até aqui exposto, a proposta da relação entre missão e diálogo possui também desafios metodológicos. Uma proposta é a do ecumenismo, comumente entendido como busca da unidade de fé entre os cristãos. Outra é a do diálogo das religiões, que visa mais aproximar as diferentes tradições religiosas pelo conhecimento mútuo, a convivência pacífica e a cooperação na ação social. Ambos os diálogos têm suas especificidades. Compreender quais são os elementos metodológicos desses diálogos que sejam capazes de vincular diferentes cosmovisões, concepções doutrinárias, espirituais e as estruturas que as expressam é um trabalho de uma envergadura tal que somente uma valorização profunda do diálogo é capaz de enfrentar sem desânimo. Com relação aos objetivos já expostos do ecumenismo e do diálogo inter-religioso há um relativo consenso. Mas não se tem clareza sobre o conteúdo e o método do diálogo, bem como sobre outros objetivos, até porque tudo isso só pode ser definido em conformidade com a identidade do agente do diálogo, não pode ser determinado previamente. Assim, o ato de dialogar com uma determinada tradição eclesial ou religiosa pode assumir características que muito se distanciam do conteúdo e do método do diálogo com outras.

Esses desafios internos, externos e metodológicos do diálogo ecumênico e inter-religioso serão superados na medida em que se desenvolver uma convicção consequente acerca do valor de tal diálogo, capaz de impulsionar a busca de instrumentos que o concretizem em cada espaço religioso. É no curso das relações que são identificados os parceiros do diálogo, as questões a serem priorizadas e os procedimentos metodológicos para tratá-las¹.

¹ Uma tentativa de identificar os elementos de uma metodologia da reflexão e da ação ecumênicas no Brasil, encontra-se em WOLFF, E., *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*, Paulus, 2002, cap. II e III.

2 A perspectiva ecumênica da missão

Já foi constatado no movimento ecumênico que “a evangelização é o teste da nossa vocação ecumênica” (CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, 1983, p. 11). Cresce sempre mais nas Igrejas a consciência de que “as divisões que existem entre os cristãos constituem certamente o maior obstáculo ao êxito na proclamação do Evangelho” (PONTIFÍCIO CONSELHO PAR A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, 1994, n. 205. Também Decreto *Unitatis Redintegratio*, n. 1). O documento de trabalho do sínodo dos bispos católicos sobre a evangelização, em 1974, exortava: “[...] todas as Igrejas, num esforço comum, levem Cristo a todos os homens do nosso tempo” (SÍNODO DOS BISPOS, A Evangelização no mundo de hoje”, 1974, n. 11. Também: PAULO VI, 1976, n. 77). A CNBB, por sua vez, afirma que “para ser autêntica e libertadora, a missão deve [...] estar aberta para relacionamentos inter-confessionais” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1995, n. 51). Na mesma direção vão as demais confissões, pedindo para que haja “espírito de tolerância, capacidade de ouvir e respeito pelas convicções do nosso próximo [...] especialmente os que são diferentes de nós” (IGREJA METODISTA, 1999, 28).

Isso significa que, ao procurarem responder os desafios da evangelização com espírito ecumênico, as Igrejas são convidadas a examinar suas convicções em um contexto de referências muito mais amplo do que quando o fazem sem respeitar a integridade dos interlocutores e o direito que eles têm de discordar das suas posições (E.M. KRISCHKE, 1967, 4-6). Para isso é preciso a capacidade de aceitar com naturalidade os questionamentos que outros porventura possam fazer. Acima de tudo, isso obriga as Igrejas a examinar profundamente a fé, para que possam expressá-la em palavras e ações que façam sentido não apenas para seus fiéis mas também para os cristãos membros de outras confissões: “Nesta união no plano da missão, que é desejada principalmente pelo próprio Cristo, todos os cristãos devem descobrir o que os une já, antes mesmo que se realize a sua plena comunhão” (RH 12).

Importante é conscientizar-se de que “o desafio ecumênico [...] não significa abandonar os princípios de fé que nos orientam [...] nem abdicar da afirmação da verdade” (IGREJA METODISTA, 1999, 27; Ver também UR 4). Isso, porém, não pode impedir que nos aproximemos de quem tem outras convicções com o mesmo espírito de amor, compreensão e respeito demonstrados por Jesus em seus encontros com as pessoas. Ao contrário, o serviço a Deus e também a consequente fidelidade ao Evangelho se exercitam na capacidade de convivência e relacionamento com o diferente. Serve como encorajamento o conteúdo do Evangelho anunciado: que Deus, em Cristo, derubra as barreiras que divide os homens (Ef 2), é fonte e sustento da comunhão mesmo em situações onde os obstáculos parecem intransponíveis. Assim, como evangelizadores, nós devemos apresentar aos fiéis de Cristo já não a imagem de homens divididos e separados por litígios que nada edificam, mas sim a imagem de pessoas amadurecidas

na fé, capazes de se encontrar para além de tensões que foram criadas ao longo do tempo, graças à procura comum, sincera e desinteressada da verdade (EN 77).

3 A perspectiva inter-religiosa da missão

a) O diálogo inter-religioso

O Vaticano II orienta os fiéis católicos ao diálogo com as religiões. Pede-lhes que “...com prudência e caridade, por meio do diálogo e da colaboração e sempre dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e façam progredir os bens espirituais, morais e os valores sócio-culturais que nelas se encontram” (NA 2). Esse diálogo “guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém” (GS 92).

O papa João Paulo II, falando aos cristãos católicos da Ásia, em 1981, afirmava que a Igreja “tem uma profunda necessidade de entrar em contato e em diálogo com todas essas religiões” (JOÃO PAULO II, 1981, 452-460). E entendia que a oração era fundamental para isso, pois nela o Espírito atua sempre:

“Por isso, todos os cristãos devem empenhar-se no diálogo com os fiéis de todas as religiões, de modo a fazer crescer a compreensão e a colaboração, para reforçar os valores morais, para que Deus seja louvado em toda a criação. É necessário desenvolver novos modos para que este diálogo se torne realidade em toda parte, mas especialmente na Ásia, continente que é o berço de antigas culturas e religiões” (Giovanni Paolo II, 1981, 455).

“Diálogo” não é uma realidade tranquila na Igreja. Historicamente, ela tem demonstrado dificuldades para o diálogo, tanto *ad intra* quanto *ad extra*. As dificuldades *ad intra* devem-se à forma hierárquica da organização do poder eclesiástico. Nesse nível, em muitos espaços o diálogo existe mais como possibilidade do que como fato. As dificuldades *ad extra* manifestam-se pelo distanciamento que a Igreja tem das realidades que a circundam no âmbito da sociedade. E aí se situam as religiões.

Mas o que é, de fato, *diálogo inter-religioso*? “Diálogo” é, acima de tudo, uma atitude de espírito, que disponibiliza a interioridade da pessoa para estar com o outro, compreendê-lo na sua verdade e possibilitar um intercâmbio de dons que levam a um enriquecimento mútuo. É importante distinguir o diálogo como “atitude ou espírito”, e o diálogo como “elemento da missão evangelizadora” da Igreja. O primeiro, o *espírito de diálogo*, indica “uma atitude de respeito e de amizade, que penetra ou deveria penetrar todas as atividades que constituem a missão evangelizadora da Igreja” (DA 9). No segundo, como *elemento específico, integrante da evangelização*, “diálogo” indica

“o conjunto de relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras fés para um conhecimento mútuo e um enriquecimento recíproco’ (DM 3), na obediência à verdade e no respeito da liberdade. Isso inclui que o testemunho seja a descoberta das respectivas convicções religiosas (DA 9)”².

Três elementos merecem consideração:

1) A *natureza* e razão profundas do diálogo não são de caráter sociológico ou antropológico, mas teológico. A Igreja não realiza o diálogo inter-religioso motivada apenas por fatores circunstanciais, como a necessidade da cooperação em projetos sociais. O ponto de partida para o diálogo com as religiões é o reconhecimento do Espírito agindo no coração de cada pessoa. Isso mostra que “há um só desígnio divino para cada ser humano que vem a este mundo (cf Jo 1,9)” (João Paulo II, 1986, n.7. Apud DUPUIS, 1997, 485). Toda a humanidade vive, assim, o mistério de uma unidade universal, tendo a mesma origem e o mesmo fim (NA 1). E, por isso, “a universal unidade fundada sobre o evento da criação e da redenção não pode não deixar um rastro na realidade viva dos homens, também pertencentes a religiões diversas” (João Paulo II, 1986, n. 7). Ciente disso, a Igreja entende que precisa realizar um “diálogo de salvação” com todas as pessoas, da mesma forma que Deus com elas se comunica: “nesse diálogo de salvação, os cristãos e os demais são chamados a colaborar com o Espírito do Senhor Ressuscitado, Espírito que é presente e age universalmente” (DA 40).

2) Os *objetivos* do diálogo inter-religioso não visam apenas uma relação amigável entre as religiões e a cooperação por um mundo melhor. O objetivo maior é “aprofundar o próprio compromisso religioso e responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que Ele faz de si mesmo, dom que passa sempre, como o proclama a nossa fé, através da mediação de Jesus Cristo e da obra do seu Espírito” (DA 40). O diálogo visa, portanto, “uma conversão mais profunda de todos para Deus” (DA 41). Partilhando esse objetivo fundamental, as religiões podem melhor cooperar em projetos de ação social.

3) As *formas do diálogo*: o diálogo, como realidade dinâmica e situado nos diferentes contextos, possui quatro principais formas: o diálogo da vida, no qual todos têm condições de participar; o diálogo como cooperação social pela afirmação da justiça, da paz, da dignidade humana; o diálogo intelectual pelo intercâmbio dos ensinamentos religiosos; e o diálogo espiritual com o intercâmbio das experiências religiosas de oração, contemplação, busca do Absoluto (SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS, 1985/2, n. 59).

² Ver também: DUPUIS, J., Verso una teologia cristiana del pluralismo religioso, Queriniana, 1997, 483.

b) Missão e diálogo

É preciso enfrentar questionamentos concretos que surgem da relação entre diálogo e missão. Alguns poderiam ser colocados assim: a orientação da Igreja sobre o diálogo inter-religioso revoga o mandato missionário de Cristo? Será o diálogo um elemento fragilizador da convicção missionária dos cristãos? Como entender que missão e diálogo não se excluem, mas se exigem mutuamente para a eficácia do testemunho e da pregação do Evangelho?

Essas questões são frequentemente consideradas pela Igreja e pela missiologia atual. O documento *Diálogo e Missão* entende a missão da Igreja como um processo constituído por: presença e testemunho, serviço de promoção humana, vida litúrgica/espiritual, diálogo e anúncio/catequese. Nesse contexto, é necessário o diálogo. Ele é, de um lado, distinto da ação evangelizadora da Igreja; de outro lado, é “uma atitude e um espírito” e por isso torna-se “a norma e o estilo necessário de toda a missão cristã”. O papa João Paulo II frisou que toda ação evangelizadora deve ser, pois, “permeada pelo diálogo” (JOÃO PAULO II, 1986, n. 19.29). O mesmo papa retoma a questão na encíclica *Redemptoris Missio* (1990), afirmando que o diálogo inter-religioso “faz parte da missão evangelizadora da Igreja” (n. 55), é uma das expressões da missão e um caminho para o Reino (n. 57). São dois elementos distintos, mas não se contrapõem (n.55), e o diálogo não pode ser *instrumentalizado* em função da evangelização, não é apenas “meio” da missão mas é dela também “conteúdo”.

Na mesma direção segue o documento *Diálogo e Anúncio*: “O diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são ambos elementos autênticos da missão evangelizadora da Igreja. São ambos legítimos e necessários” (DA, 77).

A chave para relacionar corretamente diálogo e evangelização é a sensibilidade às circunstâncias específicas da missão, atendendo aos “‘sinais dos tempos’ através dos quais o Espírito de Deus fala, instrui e guia” (DA, 78) e tendo o adequado discernimento. Uma vez mais afirma-se que o anúncio e o diálogo são “dois caminhos para cumprir a única missão da Igreja” (DA, 82).

Não obstante o entendimento do diálogo como constitutivo da missão, ele não se identifica e nem substitui a missão: “... o diálogo ... não constitui a inteira missão da Igreja, que não pode simplesmente substituir o anúncio, mas permanece orientado para o anúncio enquanto nele o processo dinâmico da missão evangelizadora da Igreja alcança o seu cume e a sua plenitude” (DA, 82). Pois sendo a Igreja “sacramento universal de salvação” (LG 1, 48), ela é inseparável do Reino de Deus, e ambos da pessoa e ação de Cristo (DA, n. 34). Nesse sentido, também os membros das diversas religiões são ordenados à Igreja (LG 16), como sacramento do Reino (DA, 35).

O acento é mais sobre o anúncio do que sobre o diálogo, como chamado dirigido a todas as pessoas para participarem do Reino já “presente em mistério” na Igreja. Tal é o próprio e específico da ação missionária da Igreja (RM 34). A prioridade do anúncio como “lugar central e insubstituível” (RM, 44) na Igreja permite entender

que o diálogo “permanece orientado para o anúncio enquanto nele o processo dinâmico da missão evangelizadora da Igreja atinge o seu cume e sua plenitude” (DA 82) O risco do eclesiocentrismo é claro (RM 48). Isso faz perceber a importância de fortalecer o diálogo que possibilita o cristocentrismo na perspectiva reinocêntrica (DM 13; DA 8.82). Embora nos documentos citados o anúncio tenha precedência, é fundamental observar que o diálogo inter-religioso é “a única maneira de render sincero testemunho a Cristo e generoso serviço ao homem” (RM, 57).

4 Espaços concretos da vinculação entre missão e diálogo

Ao falarmos do diálogo como elemento constitutivo da ação evangelizadora, estamos falando da recepção do ensino ecumênico do Vaticano II na vida concreta da Igreja. Isso implica numa reestruturação prática da vida eclesial de modo a contribuir para que o diálogo seja contemplado nos projetos de missão da Igreja, em seu conteúdo, seus objetivos e seus métodos. Implica na consciência da corresponsabilidade entre todos os cristãos na pregação e no testemunho comum do Evangelho. Implica na capacidade de estabelecer parcerias entre diferentes tradições eclesiais e religiosas, de modo a somar forças para a superação dos desafios que a afirmação da fé enfrenta na sociedade secularizada. Implica, ainda, numa revisão do conceito de missão de modo a eliminar as tendências de competição e a pretensão de exclusividade religiosa. Para todas as Igrejas vale o princípio de que uma Igreja não deve continuar agindo isoladamente na missão quando a coerência com o Evangelho não a impede de agir junto com outras Igrejas: “O anseio de cada Comunidade cristã pela unidade cresce ao ritmo da sua fidelidade ao Evangelho” (UUS 15).

a) O diálogo na Igreja local

A Igreja local é o lugar da recepção concreta do ensino ecumênico e inter-religioso do Vaticano II. O diálogo torna-se fato na Igreja local, na perspectiva de uma eclesiologia da comunhão. Na doutrina católica, cada Igreja local é “a porção do povo de Deus”, pastoreado por um bispo e seu presbitério, unidos ao Pastor e reunidos pelo Espírito por meio do Evangelho e da Eucaristia, onde se manifesta a Igreja una, santa, católica e apostólica (CD 11). A Igreja local nasce do único Espírito que a todas as Igrejas possibilita a Palavra, os sacramentos, os serviços e ministérios, de modo que em cada Igreja local e na comunhão das Igrejas locais se expressa a catolicidade/universalidade da Igreja. A Igreja universal tem manifestações nas diversas Igrejas locais, mas nenhuma destas a exaure completamente.

A comunhão existente na Igreja local não é fechada apenas aos fiéis católicos. Pela Igreja local os cristãos católicos entram em relação com fiéis de outras Igrejas, com as religiões, com a sociedade como um todo. A dimensão de comunhão Igreja local se enriquece nessas relações, de modo que a Igreja local vive sua experiência ecumênica no âmbito da catolicidade e na comunhão de toda a Igreja.

O magistério não define concretamente “o que” os bispos podem fazer para

vincular missão e diálogo, pois confere-lhes autoridade para governar a sua Igreja com a autonomia regida pelos princípios da colegialidade e da subsidiariedade. Mas os exorta a incluírem os ensinamentos conciliares sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso no *modus essendi e modus operandi* da Igreja local. Os bispos não podem negligenciar essa exigência do Vaticano II em suas igrejas, de modo que é próprio do múnus episcopal impulsionar as iniciativas e atividades que favorecem a unidade dos cristãos e o diálogo entre as religiões (cf., UR 2; DE, 39-40; NA; DH).

b) Comissão Regional/Diocesana para o diálogo

Logicamente, o bispo não pode fazer tudo na diocese. O Diretório Ecumênico orienta para que a responsabilidade ecumênica tenha a colaboração de um delegado, um secretariado ou uma comissão diocesana para o ecumenismo (DE 42-45). O mesmo pode-se dizer das orientações para o diálogo inter-religioso. A finalidade de se colocar uma pessoa e uma comissão responsável para promover o diálogo na diocese é “para que a responsabilidade pela unidade que compromete todas as Igrejas seja expressada mais claramente e promovida mais eficazmente” (UR 5). Para isso, pede-se que “a totalidade da Igreja local” esteja representada nessa comissão, ou seja, ela deve ser composta pelas principais lideranças da Igreja diocesana. Assim, a Igreja local como um todo poderá melhor relacionar missão e diálogo.

c) Ambientes de formação

Um outro aspecto fundamental para a vinculação entre missão e diálogo diz respeito à formação da vida cristã. O diálogo precisa estar presente na catequese, na pregação, nas faculdades de teologia, nos seminários, nas casas de formação femininas. Todos os espaços de formação da identidade cristã e eclesial devem ser permeados pela dimensão ecumênica da fé (UR 10) e pela capacidade de dialogar com os membros das outras religiões (NA/DH). A formação para o diálogo é um processo para todos e deve estar inserida no cotidiano da Igreja, considerando a diversidade das pessoas, das funções e das situações. Isso “requer uma pedagogia adaptada às situações concretas da vida das pessoas e dos grupos, respeitando a exigência da progressividade num esforço de contínua renovação e mudança de atitudes” (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, 1994, n. 56).

Não há convicção para o diálogo sem formação dialógica. A carência dessa formação faz com que explicações absolutizadas e absolutizantes da fé cristã deslegitimem outros modos de fazer a experiência do sagrado/divino. E assim, afirma-se polemicamente a própria fé. A apologia conflitiva torna-se um obstáculo, tanto ao testemunho da própria fé, quanto à compreensão de outros modos de crer. Essa atitude produz um limitado esquema interpretativo do Evangelho e uma limitada compreensão de outras crenças. A formação para o diálogo busca, ao contrário, fazer com que o universo religioso pessoal se torne dialógico. Não busca afirmar que os muitos modos de se ver a realidade estejam simplesmente “errados”. Esses modos podem ser percebidos também

como alternativos, interativos e, inclusive, complementares. Cria-se, assim, a capacidade de criticar os próprios esquemas interpretativos e as próprias atitudes em relação ao pluralismo eclesial e religioso do nosso tempo (PADEN, 2001, 18).

Constata-se, porém, que as propostas de formação da identidade cristã e eclesial dos fiéis possuem sérias lacunas no que se refere ao diálogo ecumênico e inter-religioso. Há desconhecimento das orientações do Vaticano II sobre as Igrejas e as religiões, sobre o movimento ecumênico e o diálogo inter-religioso. Não se favorece o “conhecimento mútuo” (UR 9), o que explica as posturas ideológicas e preconceituosas tanto sobre as Igrejas e as religiões quanto sobre as iniciativas de diálogo. Daí vem o descompasso entre a necessidade de se afirmar a identidade, de um lado, e a abertura ao diálogo, de outro.

Entende-se, assim, a falta de convicção e de disposição para o diálogo. Os fiéis católicos não estão habituados a relacionar-se positivamente com as diferentes Igrejas e religiões porque herdaram uma história de distanciamento. A formação cristã recebida na catequese e a experiência da fé vivida nas comunidades atuais não raro intensificam esse distanciamento já histórico. Conseqüentemente, não poucos, a despeito do que a Igreja propõe, assumem um posicionamento anti-dialógico, desconsiderando que, ao menos em termos de princípio, “o caminho ecumênico é o caminho da Igreja” (UUS 7). As iniciativas para superar essa realidade não podem ser tímidas devido à grandiosidade e urgência do desafio. É urgente assumir atitudes proféticas e convictas para construir um projeto de formação cristã que contemple o ecumenismo e o diálogo inter-religioso na consciência evangélica e eclesial dos evangelizadores do nosso tempo.

6 Estruturas de diálogo: estruturas da Igreja?

Analisando o conjunto das propostas dos documentos magisteriais que à luz do ensino do Vaticano II incentivam o diálogo ecumênico e inter-religioso, seria de se esperar um ser e agir dialógico mais convicto e mais convincente dos fiéis católicos. A mesma expectativa é criada pela importância dada às estruturas de diálogo que os documentos sugerem para as Conferências Episcopais e a Igreja local. Mas, infelizmente, não é o que se verifica. Nesse campo, há uma franca desobediência ao magistério católico. As orientações para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso pouco são observadas na prática pela maioria das Igrejas locais, das comunidades católicas e das lideranças eclesiais. Constata-se que no nível das Conferências Episcopais procura-se ter uma pessoa ou um setor responsável pela causa ecumênica. Mas essa preocupação pouco move a Conferência como um todo. E no nível das dioceses, a maioria desconsidera a necessidade de se ter um delegado ou uma comissão que promova o diálogo.

O que se observa é que as poucas estruturas para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso existentes atuam em descompasso com as demais estruturas da Igreja. Não poucas vezes funcionam como organizações paralelas à organização da vida eclesial. Isso mostra que o diálogo ainda não tem cidadania eclesial, funciona à mar-

gem da Igreja e esta parece viver muito bem sem ele. As Comissões Diocesanas, onde existem, não gozam, em termos efetivos, do mesmo *status eclesial* que possuem as demais Comissões ou Setores Pastorais na Igreja local; não poucas vezes as pessoas por elas encarregadas sequer encontram espaço para influir nos processos de decisão e de planejamento da vida da Igreja; os projetos e as iniciativas a favor do diálogo não incidem nos planos de evangelização da diocese. Além disso, em muitos ambientes e instâncias da Igreja paira uma espécie de dúvida sobre a necessidade e a eclesialidade do diálogo – quando não uma suspeita a respeito de quem o promove.

Explicam-se, assim, as dificuldades de fazer do diálogo um paradigma ou uma dimensão da compreensão da fé cristã, da consciência eclesial, da espiritualidade e da ação evangelizadora da Igreja. E se ele não se enraíza no chão eclesial, não será uma árvore que dará os frutos da tolerância, convivência, cooperação e comunhão com o diferente. Eis porque imperam em muitos ambientes eclesiais o preconceito e a discriminação por motivos religiosos, bem como o anacronismo em posturas teológicas, espirituais e pastorais.

Muitos são os caminhos a serem percorridos para a superação de tal situação. O caminho mais privilegiado e urgente é um consistente processo de formação ecumênica e inter-religiosa das lideranças da comunidade eclesial. Trata-se de um caminho a ser seguido por todos os que se propõem a assumir o diálogo como método e conteúdo da missão, proposto pelo Vaticano II.

7 A espiritualidade do diálogo

Um outro âmbito onde se verifica a recepção dos decretos conciliares sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso é a espiritualidade. Em muitos lugares, a dimensão ecumênica da espiritualidade se desenvolve, sobretudo, através da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, do Dia Mundial de Oração e por outras várias circunstâncias que estimulam celebrações ecumênicas. Em alguns lugares existem grupos de pessoas que desenvolvem uma espiritualidade que enfatiza o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, como as comunidades de Taizé e Focolarinos.

Para os cristãos, compreende-se que a oração é a alma do ecumenismo (UR 8). De fato, a unidade da Igreja é fruto da ação do Espírito, que provoca “a conversão do coração e a santidade de vida” dos cristãos (UR 2.7-8). Rezando juntos, os cristãos compreendem que possuem uma identidade comum, mais forte e fundamental. E acima das circunstâncias históricas e das diferenças objetivas de instituições e de convicções pessoais, essa identidade lhes dá força para agirem juntos e ultrapassarem o que os separa. Isso é experimentado quando “não só os indivíduos, mas as Igrejas como um todo procuram reunir-se na oração, na certeza de que serão escutadas no seu pedido de unidade” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1986, 16).

Para o diálogo inter-religioso, a espiritualidade ajuda a compreender que

as idéias que se afirmam numa forma religiosa, tais como a idéia do Verbo ou da Unidade Divina, não podem deixar de se afirmar, de uma forma ou de outra, nas outras religiões. Do mesmo modo, os meios de graça ou de realização espiritual de que dispõe o sacerdote não podem deixar de encontrar equivalentes noutras partes. E, acrescentemos, é precisamente na medida em que um meio de graça é importante ou indispensável que ele se acha necessariamente em todas as formas ortodoxas, de modo apropriado ao contexto respectivo (SCHUON, 1991, 34).

A ação do Espírito é permanente, não se limita no tempo e no espaço. Se um rito, uma doutrina, uma prece é um meio da ação do Espírito, em uma forma religiosa específica, podemos concluir que é inspirada pelo próprio Espírito. Mas esse meio não é único, uma vez que o que o Espírito é ilimitado em suas mediações de manifestação. Se assim não fosse, não seria Espírito de Cristo, o Espírito das espiritualidades.

O atual pluralismo religioso e espiritual pode ser entendido então, num grande horizonte de positividade, como um apelo ao enriquecimento mútuo na compreensão dos caminhos que Deus percorre para encontrar-se com as pessoas. Não se trata de legitimar sem critérios qualquer expressão religiosa. É preciso espírito crítico para questionar o valor de determinadas expressões de religiosidade e de espiritualidade centradas no imanentismo, antropocentrismo, economicismo. Essas não poucas vezes incitam ao fundamentalismo, ao exclusivismo, ao nacionalismo, gerando tensões e violência no meio social. O que afirmamos aqui é que uma verdadeira mística do diálogo ajuda para compreender as religiões não como meras expressões culturais, mas como comunidades de pessoas crentes em Deus. “Assim aprendemos a aceitar os outros, na sua maneira diferente de ser, de pensar e de se exprimir” (EG 250). Tal é o que podemos deduzir da fé num único Deus como origem e fim de tudo o que existe (NA 1). Se por diversos modos Deus conduz à fé sem a qual é impossível agradá-Lo (At 10, 34; AG 7), o Espírito de Deus está agindo de alguma forma nas diferentes vivências espirituais em que as pessoas se envolvem, possibilitando-lhes experiências de fé. Ensinam os bispos da Ásia: “Nossas comunidades na Ásia têm de escutar o Espírito Santo trabalhando nas muitas comunidades de fiéis que vivem e experimentam a própria fé, que partilham e celebram em sua própria história social, cultural e religiosa” (FABC, n. 8. *Apud* AMALADOSS, 1996, 249). Deus não apenas “permitiu” a pluralidade no mundo, mas está em sua origem. Os textos sagrados do cristianismo afirmam diferentes manifestações e revelações de Deus (Hb 1,1). Igualmente, o Alcorão também afirma distintas revelações de Deus, nos patriarcas e nos profetas do Primeiro Testamento, em Jesus, nos livros sagrados da Torá, dos Evangelhos, do próprio Alcorão (3,3;3,48). A diversidade religiosa não é algo fora do caminho de Deus (TAMAYO-ACOSTA, 2007, 16). Olhando a partir de Deus, o pluralismo é um convite à comunhão que passa pela reconciliação das

diferenças, que já nos foi dada em Jesus Cristo (Cl 1,20), pois por Ele Deus quer reunir todas as coisas, do céu e da terra (Ef 1,9-10). Rejeitar a comunhão com a diferença é uma contradição à fé no único Deus. E “nós não podemos invocar Deus, Pai de todos os homens, se nos recusamos a comportar-nos como irmãos para com alguns homens criados à imagem de Deus” (NA 5). Dessa comunhão a Igreja é “sacramento” (LG 1). A forma como ela vive deve visibilizar o projeto de comunhão que Deus tem para toda a humanidade e, ao mesmo tempo, ser o espaço dessa comunhão pois todos estão, de alguma forma, ordenados ao povo de Deus (LG 16). A missão da Igreja é um serviço para isso na medida em que contribui para superar, “como contrária à vontade de Cristo, qualquer espécie de discriminação entre os homens ou de perseguição perpetrada por motivos de raça ou de cor, de condição social ou de religião” (NA 5).

Com isso, constata-se mais claramente que a recepção do Decreto conciliar sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso é um processo espiritual, precisa ser cultivado no horizonte da fé e da oração. A oração permite a conversão do coração, a abertura da mente, o pedido de perdão e alimenta o desejo de buscar a convivência, a cooperação e a comunhão nas diferenças.

Conclusão

Portanto, a relação entre missão e diálogo é uma exigência da própria natureza da Igreja, que busca crescer na comunhão. No horizonte conciliar é impensável uma correta ação missionária sem essa consciência dialógica. As formas e as ênfases das iniciativas de diálogo, bem como seus parceiros, podem variar de acordo com o contexto da evangelização em cada Igreja local, suas necessidades e seus projetos. Mas o diálogo não pode faltar, sob pena de contradizer e levar ao fracasso o verdadeiro e eficaz anúncio do Evangelho.

Referência bibliográfica

AMALADOSS, M., *Pela Estrada da Vida – Prática do diálogo inter-religioso*, Paulinas, 1996.

IGREJA METODISTA, *Carta Pastoral do Colégio Episcopal Sobre Ecumenismo*, Cedro, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Guia Ecumênico Popular*, Paulinas, 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral 1995-1998*, Paulinas, 1995.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, *Missão e Evangelização – Uma afirmação ecumênica*, CEDI, 1983.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II, Constituições, Decretos, Declarações, Vozes, 1968.

JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio*, Paulinas, 1990.

JOÃO PAULO II, *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, vol. IV/1, Libreria Editrice Vaticana, 1981, 452-460.

KRISCHKE, E.M., “A Igreja no contexto de sua missão”, in *Estandarte Cristão*, 1516 (1967) 4-6.

KRISCHKE, P. J., - SANTOS PRADO, R.P., *Ecumenismo e Renovação*, CERIS, 1971.

PADEN, W. E., *Interpretando o Sagrado*, Paulinas, 2001.

PAULO VI, *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, Vozes, 1976.

PONTIFÍCIO CONSELHO PAR A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*, Paulinas, 1994.

SCHUON, F., *A Unidade Transcendente das Religiões*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991.

SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS, *Diálogo e Missão*, in *Bulletin* (1985)/2, 164-171.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO/ CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS, *Diálogo e Anúncio Vozes*, 1991.

SÍNODO DOS BISPOS, *A Evangelização no mundo de hoje*”, 1974, SEDOC 7 (1974-75) 353-366.

TAMAYO-ACOSTA, J. José, *Espiritualidade e Respeito à Diversidade*, *Cadernos Teologia Pública*, UNISINOS, 2007.

Endereço do autor

Rua: Pe. João Wislinski, 755 Santa Cândida CEP: 82630-010 Curitiba - PR

A Relação entre diálogo e missão na perspectiva da Igreja Católica

Marcus Barbosa*

Resumo

O artigo procura revisitar os caminhos da reflexão sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, a partir dos documentos do magistério da Igreja Católica, no contexto dos 50 anos do Concílio Ecumênico Vaticano II, para captar os principais fundamentos, compreensões, tensões e perspectivas em torno da relação Diálogo e Missão na forte retomada missionária verificada na vida eclesial nos últimos tempos, especialmente neste pontificado. Deseja reunir, de forma sintética, alguns dos principais fundamentos e perspectivas da Igreja Católica ao pensar a relação Diálogo e Missão, a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, procurando traçar algumas considerações e prospectivas em torno da temática analisada.

Palavras-chave: Missão, diálogo, religião, Vaticano II.

Abstract

This article aims to revisit the roads of the reflection about ecumenism and inter religious dialogue, based on the documents of the Catholic Church authorities, in the context of the celebration of the 50th anniversary of the Vatican II Ecumenical Council, in order to appoint the main foundations, comprehensions, tensions and perspectives around the relationship between Dialogue and Mission in the strong missionary revival we perceive in the Church life of our time, specially under the leadership of the present Pope. We wish to express, in an abridged way, some of the main principles and

* Doutor em Teologia pela PUC-RJ; Assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso; Professor no Instituto Teológico Paulo VI – NI; Pároco da Catedral de Santo Antônio de Jacutinga – Diocese de Nova Iguaçu – RJ

perspectives of the Catholic Church regarding the relationship between Dialogue and Mission, looking back at the Vatican II Ecumenical Council and trying to expose some considerations and prospectives regarding the issues we have analysed here.

Keywords: Mission, dialogue, religion, Vatican II.

Introdução

Festejar as recorrências históricas pode ser tanto uma mera celebração sem consequências, quanto uma fecunda oportunidade de construir o futuro olhando o passado. A essa segunda categoria de possibilidades pertence esta apresentação. A leitura renovada da perspectiva da Igreja Católica na relação Diálogo e Missão, no contexto das celebrações dos 50 anos do Concílio Ecumênico Vaticano II, é uma ocasião para dar vida nova às nossas convicções e para promover com mais empenho nosso trabalho ecumênico. Confiamos que o Espírito Santo, princípio da busca da Unidade, construirá, nos modos e tempos que quiser, a plenitude da Comunhão entre nós.

Reconstruir a história do movimento para a unidade dos cristãos e para as relações de diálogo inter-religioso, “historicizar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso”, retomando e analisando os documentos mais centrados no tema da relação Diálogo e Missão, é, portanto, uma tarefa para o nosso tempo. É fato que após os anos “ardentes” do Concílio Vaticano II o ecumenismo tenha sido repetidamente contradito, e agora se deva, neste contexto conciliar não apenas celebrativo, “recomeçar” do início reconhecendo que o verdadeiro ecumenismo não é só boa vizinhança entre uma e outra Igreja ou Tradição religiosa, mas devia ser, simplesmente, a modalidade, a forma de ser cristãos. A Missão se faz no Diálogo. O Diálogo é modalidade da Missão! Os tempos de hoje se apresentam com suas luzes e sombras e, entre essas, podemos destacar:

- fundamentalismos e violência em nome da religião;
- os mais variados encontros ecumênicos e inter-religiosos;
- perspectivas eclesiais teóricas e práticas que recolocam no centro a questão e o desafio para este nosso século XXI da Unidade entre as Igrejas e as Religiões para a Paz no mundo, numa dinâmica de despojamento, abertura e alteridade;
- o reacender da dimensão espiritual do diálogo ecumênico e inter-religioso;
- escritos, gestos e estilos vindos deste pontificado, demonstrando que o ecumenismo ainda se move!

Reuniremos, agora, em alguns pontos, de forma sintética, alguns dos principais fundamentos e perspectivas da Igreja Católica na relação Diálogo e Missão, tomando como partida o Concílio Ecumênico Vaticano II.

1. A missão evangelizadora na perspectiva do Decreto *Ad Gentes*: uma nova perspectiva da Missão

Primeiro se faz necessário lembrar que a renovada consciência teológica sobre a Missão tem no Decreto *Ad Gentes* seu foco ou eixo precursor central. Tal documento desenvolve primeiro o amplo contexto da missão universal da Igreja (cf. AG 1-5) para, em seguida, situar as “missões”, isto é, a missão específica ad gentes, a ser exercida e desenvolvida naqueles territórios em que a Igreja não está fundada ou não atingiu a plena maturidade (cf. AG 6s). A prioridade da “missão” sobre as “missões” indica o início do desenvolvimento de uma nova teologia da missão. A missão da Igreja é idêntica em todos os lugares, embora admita diferenças de graus e formas nas Igrejas locais. Seu objetivo é o de evangelizar (cf. AG 6: “o múnus de pregar o Evangelho e de fundar a própria Igreja entre os povos ou sociedades que ainda não crêem em Cristo”), isto é, tornar o mistério de Jesus Cristo visivelmente operante em palavras e atos. Tal percepção permite superar o eclesiocentrismo unilateral que havia predominado até o momento na reflexão católica sobre a missão, recentrando a Igreja em Jesus Cristo e no Reino de Deus anunciado e instaurado por Jesus e oferecido a todos como dom e exigência de seu crescimento através da história (cf. UR/AG/NA à luz da eclesiologia de LG!). A partir dessas bases teológico-pastorais, a Igreja pós-conciliar pôde reaproximar e reintegrar sempre mais os termos missão e evangelização, que por muito tempo andaram separados. Abandonando uma acepção restritiva e funcional de missão, como salvação de almas e implantação de Igrejas, e uma visão redutora de evangelização, limitada à proclamação evangélica, missão e evangelização reaparecem como realidades unidas e constitutivas do ser da Igreja. A reflexão magisterial e teológica pós-conciliar chegou a identificar os dois termos e a falar pleonasticamente de missão evangelizadora da Igreja. Sendo a Igreja convocada por Jesus Cristo para levar adiante o cumprimento de sua missão, ela o faz pelas vias amplas e diversificadas da evangelização. Isso vai desde o testemunho cotidiano dos cristãos às suas ações na comunidade eclesial e nos mais variados campos da realidade, tais como o da cultura, da economia, religião e política, entre outros. Associa-se a essa re-atualização da missão evangelizadora a compreensão de que toda a Igreja é corresponsável pela sua realização.

2. A evangelização: realidade dinâmica e complexa na ação missionária da Igreja: O Sínodo de 1974 e a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*. Uma nova perspectiva para o Diálogo na Missão

Após os ensinamentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, o Sínodo de 1974 sobre a evangelização exerce importância relevante na colaboração para a sedimentação de uma compreensão mais ampla e complexa de missão na consciência eclesial católica. Esse Sínodo não somente reúne em torno do mesmo termo “missão” um leque diversificado de reflexões que vinham se consolidando em diversos setores da Igreja

entusiasmados com as novas aberturas proporcionadas pelo Concílio, como também caracteriza o início de uma nova etapa nas reflexões magisteriais, mais interessada na problemática missionária. Do Sínodo de 1974 aos nossos dias, temos um número considerável de documentos do Magistério que tomam como tema central a missão evangelizadora da Igreja com variadas perspectivas e tendências teológico-pastorais. Houve um enfraquecimento progressivo de uma noção estreita de evangelização, gerado principalmente pelas experiências inovadoras e rápidas no campo da missão, do Concílio Ecumênico Vaticano II ao Sínodo de 1974, em diversas Igrejas locais (período fértil!). Isso traz para o Magistério a pergunta sobre as principais atitudes e dimensões que abrangem, por sua natureza, a missão. Em termos mais precisos, levanta também a questão sobre como se articula a centralidade do anúncio e conversão a Jesus Cristo na Igreja com as novas e emergentes dimensões relacionadas à missão, tais como o diálogo ecumênico, o diálogo inter-religioso, o empenho pela justiça no mundo e a inculturação do evangelho, entre outras. Em suma, as novas transformações no campo da atividade missionária colocam para a Igreja a pergunta sobre o que é evangelização/missão.

A Exortação Apostólica de Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi* (1975), é a resposta mais direta e concreta da Igreja no imediato pós-concílio a tais perguntas. Esse documento guarda a sua relevância entre os demais documentos pós-conciliares por ser o primeiro a integrar a teologia do Decreto Ad Gentes com a maior parte dos desafios que surgiram com rapidez incrível após o Concílio Vaticano II.

A relevância desse documento reaparece com toda a sua força no pontificado do Sumo Pontífice Francisco, especialmente no conteúdo e estilo da sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium - A alegria do Evangelho, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual* (2013).

No processo de evolução da temática da missão, a EN vai inserir e preferir o termo “evangelização” a “missão” e a utilizá-lo como categoria teológica para definir a natureza da Igreja. Segundo o documento, “evangelizar é a graça e a vocação própria da Igreja, sua identidade mais profunda” (EN 14; cf. 13, 59, 60, 66). A EN descreve o termo “evangelização” afirmando que “nenhuma definição parcial e fragmentária é capaz de dar conta da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de empobrecê-la e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la, se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais” (EN 17; cf. 6,21,22,24,41). Sublinha também a referida Exortação Apostólica a extensão do objeto da evangelização, alargando-se o campo de atenção e inserção da missão: “Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade (EN 18). Trata-se, portanto, para a Igreja, de “evangelizar a cultura e as culturas dos homens” (EN 20). A mensagem evangélica deve encarnar-se em tudo aquilo que é humano. O termo “cultura” vem entendido na noção larga da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n.53. A tarefa de evangelizar não deve se realizar de maneira decora-

tiva, mas precisa ir à raiz da vida e das realidades humanas, das relações interpessoais e religiosas. E conclui a Exortação Apostólica: “A ruptura entre o Evangelho e a Cultura é, sem dúvida, o drama de nossa época, como o foi também de outras épocas” (EN 20). São enriquecedoras as reflexões intensas e claras do papa Francisco sobre essa temática da inculturação nos números 115 a 118 da EG: “Um povo com muitos rostos”: “O Espírito Santo mesmo é a harmonia, tal qual é o vínculo de amor entre o Pai e o Filho. É ele que suscita uma abundante e diversificada riqueza de dons e, ao mesmo tempo, constrói uma unidade que nunca é uniformidade, mas multiforme harmonia que atrai (...). Não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural ou monocórdico (...). Às vezes na Igreja, caímos na vaidosa sacralização da própria cultura, o que pode mostrar mais fanatismo do que autêntico ardor evangelizador” (118).

Sobre a temática estritamente relacionada à Missão e ao Diálogo, numa perspectiva inter-religiosa, a EN chama a atenção para aspectos que vão além de certo esfriamento, de uma visão negativa na avaliação das outras religiões. Segundo a EN, essas expressam uma religião natural, incapaz de instaurar uma relação autêntica com Deus. Todas as religiões têm os braços voltados para o céu, mas são incapazes de instaurar uma relação com Deus de modo vivente e completo. Só o cristianismo, religião sobrenatural, é resposta divina ao desejo do homem. A compreensão teológica aqui é a da Teoria do Acabamento. A Exortação afirma também a necessidade de se denunciar abertamente certas tendências perigosas e reducionistas que, apoiadas em algumas passagens descontextualizadas do Concílio Vaticano II sobre a atividade missionária, apontariam para a não necessidade do anúncio explícito e da conversão à Igreja como meio ordinário da Salvação (Cf. n.80). Consequentemente, a salvação fora da Igreja é possível somente de maneira extraordinária: ela acontece de um modo que só Deus conhece. Embora, na EN, se afirme a possibilidade de salvação para todos os homens, enquanto pessoas salvas individualmente por Deus, a possibilidade de salvação nas outras tradições religiosas e não apesar delas é vista de forma restritiva. A EN retoma praticamente as reflexões do Concílio Vaticano II, sem avanços. Limita-se a afirmar a tradicional doutrina teológica da “semente do Verbo” e da “preparação evangélica”. Em suma, o diálogo inter-religioso não é analisado na EN como expressão autêntica da missão da Igreja. Ele não aparece nem mesmo entre os elementos da evangelização (cf. EN 17, 24). Os seguidores das outras religiões são considerados os ‘beneficiários da evangelização’ e os primeiros destinatários do Evangelho proclamado pela Igreja. Não existe lugar para a recíproca evangelização entre cristãos e os outros mediante o diálogo inter-religioso. Vale lembrar que essa perspectiva do diálogo inter-religioso na missão não coincide, ou melhor, está distanciada das intervenções realizadas no Sínodo de 1974 pelos bispos asiáticos e indianos, em particular.

A relação entre Missão e Diálogo na perspectiva ecumênica aparece com bem pouca relevância na EN. Ela se encontra no mesmo número 54 que também aborda a questão da “reevangelização” (nova evangelização) dos fiéis que por algum motivo

abandonaram a Igreja e agora retornam ao seu seio. Precisamente sobre o ecumenismo, a EN se limita a apresentar no último e brevíssimo parágrafo desse mesmo número a viva solicitude e empenho que a Igreja tem em relação aos cristãos que não estão em plena comunhão com ela e o grave dever que ela também tem de testemunhar a plenitude da revelação de que ela conserva o depósito.

Note-se que mesmo sem se debruçar com mais interesse e precisão sobre a problemática da Missão e Diálogo no campo ecumênico e inter-religioso, a primeira Carta Encíclica de Paulo VI sobre os caminhos da Igreja, a *Ecclesiam Suam* (1964), aborda, com relevância (o tema do Diálogo na Missão é quase metade do texto da Carta) a importância do diálogo na Igreja em quatro círculos concêntricos: consigo mesma, com os outros cristãos, com as outras religiões, com o mundo. Comparada à EN, a *Ecclesiam Suam* apresenta uma abertura maior e um comportamento mais positivo com relação ao diálogo ecumênico e inter-religioso na missão. Na ES o diálogo é indicado como a atitude mais idônea para caracterizar a missão da Igreja. O conceito “diálogo” para Paulo VI tem aqui a mesma força que o termo “aggiornamento” empregado por João XXIII em seu pontificado.

Vale recordar que a Encíclica programática de Paulo VI, a ES, também nasce no contexto da sua memorial viagem, em 1964, em que houve o encontro com o Patriarca Atenágoras em Jerusalém para reabilitar a aproximação entre Católicos e Ortodoxos.

Necessitamos hoje reabilitar humana, teológica e pastoralmente o termo “diálogo” – dar o “tom” de diálogo à nossa vida e missão. É urgente reabilitar o estilo dialogal na evangelização, recuperar a sua memória! Embora tão falado, encontra-se, muitas vezes, debilitado ou mesmo, por vezes, agonizando. Em muitas ocasiões hoje podemos perceber um fútil espetáculo do diálogo. É um vazio espetáculo – excesso de palavras, opiniões, pensamentos (o que já é bem melhor que a guerra!) - não um autêntico intercâmbio de ideias, propostas, identidades, pensamentos, na prática do diálogo. Também a interação “total” proposta pela mídia, muitas vezes apresentada como enriquecimento e visibilidade do diálogo (e até mesmo como liberdade de pensamento), nos deixa perplexos. Será isso mesmo? Não é algo tantas vezes vazio? O diálogo deve ser posto a salvo em nossa cultura! Não pode ser superficialidade, ausência de verdade, de compromissos, empenhos, envolvimento e de “mão dupla”; não é a defesa apenas de interesses (econômicos, políticos, religiosos...), condenado ao “deveriaqueísmo” (cf. EG 96). Vale revisitar a *Ecclesiam Suam* e reabilitar o bom diálogo na Igreja, entre as Igrejas e as Tradições Religiosas e o Mundo. É preciso criar uma sensibilidade dialogal (que não pode ser medida pela reciprocidade). Você entra no diálogo porque você acredita no diálogo! Ama e deseja crescer na sua identidade, mas sempre na abertura ao outro. Temos na nossa raiz Jesus, é ele que nos abre para o diálogo. Essa questão precisa ser firmada, fortalecida no movimento ecumênico e inter-religioso.

3. Diálogo e Anúncio na missão evangelizadora da Igreja: a perspectiva do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso

Passemos a analisar o lugar do diálogo, precisamente do diálogo inter-religioso na missão, em dois documentos do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso: “A atitude da Igreja Católica frente aos seguidores de outras religiões – reflexos e orientações sobre o diálogo e missão” (1984) e “Diálogo e Anúncio” (1991). A partir do princípio de que o diálogo inter-religioso não é um preâmbulo, mas uma forma autêntica da missão, ambos os documentos procuram estabelecer as bases teológico-pastorais para a estreita relação entre diálogo e missão.

O Documento *Diálogo e Missão* (10 anos após Sínodo de 1974) apresenta a missão da Igreja como “uma tarefa única, mas que se realiza de diversos modos, de acordo com os condicionamentos em que se exerce a missão(...). A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, complexa e articulada” (DM 11, 13). Entre os elementos da evangelização, podem-se destacar:

- a presença e o testemunho da vida cristã, o empenho pela justiça no mundo e a libertação humana
- a ação litúrgica, a oração e a contemplação como testemunhos de libertação eloquente
- o diálogo no qual os cristãos encontram os outros para caminharem juntos para a verdade e cooperarem nas obras de interesses comuns
- o anúncio e a catequese, quando se proclama a boa notícia do Evangelho e se aprofunda as suas consequências para a vida e a cultura
- a proclamação explícita.

O arco da missão abrange todos esses campos de ação.

Segundo o citado documento, em contexto de pluralismo religioso, o diálogo com as religiões não-cristãs torna-se uma forma privilegiada da missão. Ele vem compreendido como todo conjunto de relações inter-religiosas positivas e construtivas e não só como colóquio (cf. n. 3). Por si só, todo diálogo inclui a consciência de uma identidade pessoal e um reconhecimento da alteridade do interlocutor e, particularmente no diálogo ligado à prática missionária, comporta o respeito pelo outro não apenas por basear-se na dignidade absoluta do outro, mas fundamentalmente por motivos teológicos. Parte-se da certeza ou dos “motivos de fé” (n.22), seja de que Deus está agindo em todos os homens, através de suas religiões (n. 23) ou de que o Espírito Santo, segundo a sua economia universal, “atua além das fronteiras da Igreja, manifestando sua presença operante nas outras comunidades religiosas” (n. 24). Então, o diálogo deve ser concebido, segundo o documento, como oportunidade para levar os cristãos a descobrir a presença nos outros de Jesus Cristo e do seu Espírito, centrando a missão num horizonte maior, o Reino de Deus. “O Reino de Deus é a meta final de todos os homens. A Igreja, que é dele ‘o germe e início’ (LG 5e 9), é solicitada a empreender, em primeiro lugar, esse caminho para o Reino, e fazer avançar o resto da humanidade

em direção a ele” (n. 25). Portanto, o diálogo na missão é visto no documento como diálogo de salvação, isto é, como dimensão constitutiva, não algo estranho e paralelo, da missão salvífica da Igreja. Ele é “a norma e o estilo necessários de toda missão cristã e de cada uma de suas partes (...). Uma missão que não fosse permeada pelo espírito dialogal estaria contra as exigências da verdadeira humanidade e contra as indicações do Evangelho” (n. 29). “Cada discípulo de Cristo, por força de sua vocação humana e cristã, é chamado a viver o diálogo na sua vida quotidiana, quer se encontre em situação de maioria, quer em situação de minoria (...). O diálogo insere-se, assim, no grande dinamismo da missão eclesial” (n. 30). Logo após recordar (sobretudo a partir das inspirações do Concílio Vaticano II) e apresentar os fundamentos teóricos do diálogo inter-religioso (cf. n. 26), o documento faz um profundo convite à Igreja para que se empenhe na prática dialogal, traduzindo-a concretamente em quatro formas: a simples convivência, a ação comum em favor da promoção e libertação do homem, a reflexão comum de especialistas, a participação na vida religiosa (cf. n. 28-35).

O Documento Diálogo e Anúncio (1991), em relação à contemporânea Carta Encíclica do Papa João Paulo II, *Redemptoris Missio* (1990), oferece elementos novos, que garantem um sentido mais amplo e uma perspectiva mais abrangente da missão evangelizadora da Igreja. Há nesse Documento do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso não só uma maior quantidade, mas também uma maior qualidade de reflexões sobre a temática “Diálogo e Missão”.

Ao desejar aprofundar a intrínseca e mútua relação entre diálogo e anúncio, concebidos como “dois elementos componentes e formas autênticas da única missão evangelizadora da Igreja” (n. 2), desde a introdução, alerta o documento que o diálogo é um grande desafio e o “primeiro a ser enfrentado” na evangelização (n. 3). Segundo o documento, é urgente hoje, diante do crescente pluralismo religioso e das consequências tomadas de posição por parte da Igreja, seja de hesitação, rejeição ou de abertura à prática dialogal (cf. n. 4), clarificar com objetividade o lugar que o diálogo ocupa na missão eclesial. Para tal, o documento retoma o princípio categórico de que o diálogo é um elemento constitutivo, não só tático, mediador ou metódico da missão (cf. n. 9). A urgência e exigência do anúncio, como ápice da missão, não diminuem a necessidade de comunicação ou disposição para a comunhão interpessoal entre os diferentes interlocutores, num espírito dialogal. Ao contrário, o anúncio exige relações dialogais, pois, como releva o documento, “num contexto de pluralismo religioso, o diálogo significa o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outros credos para um conhecimento mútuo e um recíproco enriquecimento (DM 3), na obediência à verdade e no respeito de liberdade” (n. 9).

É fundamental, na abordagem da imprescindível atitude dialogal na missão, o princípio teológico, assumido pelo documento, da positividade salvífica conferida às diversas religiões: “É através da prática daquilo que é bom nas próprias tradições religiosas, e seguindo os ditames da sua consciência, que os membros das outras religiões respon-

dem afirmativamente ao convite de Deus e recebem a salvação em Jesus Cristo, mesmo se não O reconhecem como o seu Salvador” (DA 29). Uma afirmação de tão amplo alcance não se havia até então encontrado nos documentos do magistério da Igreja Católica. Até esse momento, encontrávamos a afirmação de um possível caminho de salvação nas próprias tradições religiosas, mas nunca a afirmação de sua positividade salvífica.

A partir desse fundamento, o diálogo vem explicitamente assumido na forma de “mão dupla”, a ponto de afirmar corajosamente o documento que “com um espírito aberto no diálogo com os membros das outras tradições religiosas, os cristãos podem apresentar-lhes algumas questões, num espírito pacífico, sobre o conteúdo do credo delas. Mas os próprios cristãos devem aceitar, por sua vez, ser postos em discussão. De fato, apesar da plenitude da revelação de Deus em Jesus Cristo, algumas vezes o modo como os cristãos compreendem a própria religião e a vivem podem ter necessidade de purificação” (DA 32). Os cristãos podem, a partir de outras perspectivas culturais e religiosas, crescer na compreensão e na vivência da própria fé. Um outro número do documento elucida essa questão, retomando o decreto conciliar *Unitatis Redintegratio*: “A Igreja, na terra, está sempre em peregrinação. Embora santa por instituição divina, os seus membros não são perfeitos, e trazem o sinal dos limites humanos. Consequentemente, a sua transparência como sacramento de salvação ofusca-se. É por isto que a Igreja mesma, “enquanto instituição humana e terrena”, e não só os seus membros, tem sempre necessidade de renovação e reforma” (DA 36; cf. UR 6).

A perspectiva teológico-pastoral fundante para a prática do diálogo encontra-se em dois pilares: na atitude de todas as religiões na busca da Verdade e no empenho singular do Cristianismo na construção do reino de Deus, realidade já presente na Igreja como germen e início (DA. 34; LG 5) e que também pode ser encontrada para além das suas fronteiras e absolutamente realizada somente no mundo que há de vir (cf. DA 35). Ainda sobre o primeiro fundamento, sublinha o documento que é na ação do Espírito do Ressuscitado, presente universalmente, que o diálogo na missão alcança seriedade e profundidade. O diálogo ultrapassa assim o nível apenas de convivência e respeito mútuos para aterrizar em níveis mais exigentes que sejam capazes de alcançar o substrato das Religiões, como a descoberta e o aprofundamento das convicções religiosas ou o credo de cada Tradição, tendo como consequência não só o conhecimento de cada Religião como também a descoberta profunda de suas respostas e ações concretas ao apelo e à gratuidade do próprio Deus (cf DA 40). Para o documento, o único desafio de conversão mais profunda de TODOS para Deus já justifica o grande valor do diálogo inter-religioso (cf. n. 41). Sobre o segundo fundamento acima citado, recorda o documento, relançando-se às fontes da nossa fé, a universalidade da Missão. Na tensão dialética entre os elementos que centralizam a eleição particular do Senhor em relação a Israel e a universalidade salvífica de Deus, podem ser encontradas as noções fundamentais para se bem compreender a missão em chave universalística e o consequente impulso para um sadio e frutuoso diálogo inter-religioso. A história da ação salvífica

de Deus estende-se para além de Israel a todas as nações (cf. DA 19-20). Em Jesus encontramos uma perceptível atitude de abertura para “além daquilo que é puramente local, para uma universalidade que é cristológica e pneumatológica no seu caráter” (DA 21). Na Boa Nova do Reino de Deus se encontra a intervenção última, escatológica e decisiva de Deus em toda história, para além dos limites de Israel (cf DA 22). Para iluminar essa mesma perspectiva teológica de abertura, positividade e aproximação à prática do diálogo que possibilita inclusive aprofundar a própria missão da Igreja (cf. DA 50), o documento ainda recorre a algumas afirmações contemporâneas do magistério de João Paulo II, precisamente na Carta Encíclica *Redemptoris Hominis*, nn. 6 e 13, e *Dominum et Vivificantem*, n. 53 e na sua alocução à Cúria Romana depois do Dia de Oração em Assis, onde fala de “um Mistério de Unidade para além das diferenças entre as profissões religiosas” (n. 28).

A segunda parte do Documento *Diálogo e Anúncio* recorda que a prática do Diálogo Inter-religioso, não sendo meio para outro fim, mas expressão autêntica da única Missão da Igreja, não elimina e nem mesmo diminui o lugar do anúncio explícito de Jesus Cristo na Missão (cf DA 66). O anúncio é central na evangelização e a Igreja sempre assim entendeu. No contexto do diálogo, o anúncio encontra sua finalidade tanto no desvelar do mistério salvador já presente e ativo nas Religiões, consideradas parceiras do diálogo, quanto no convite a fazer discípulos de Jesus na Igreja, comunidade onde o mistério crístico encontra sua plena visibilidade sacramental. Ao contrário de um modelo evangelizador que tem como base um monólogo apologético e proselitista, onde o diálogo na missão vem concebido num sentido estreito “como se consistisse simplesmente em convidar todos os homens a serem discípulos de Jesus na Igreja” (DA 75) – associam-se imediatamente os dois campos (diálogo e missão), caso se queira de fato um anúncio autêntico. A tarefa do anúncio, irrenunciável para a Igreja, precisa ser animada por uma pedagogia evangélica particular onde a proclamação do querigma cristão pode ser devidamente captada, entendida e acolhida. Trata-se de um lento e delicado processo para tornar significativa a mensagem cristã às diferentes religiões. O anúncio feito pela Igreja deve ser realizado com as qualidades ou valores próprios do evangelho: anúncio confiante e fiel, porém, humilde, respeitoso, dialogal e inculturado (cf DA. 70). “Na medida que a Igreja e os cristãos têm um amor profundo pelo Senhor Jesus, o desejo de compartilhá-lo com os outros é motivado não só pela sua obediência ao mandato do Senhor, mas por este mesmo amor. Não deveria ser surpreendente, mas absolutamente normal, que os seguidores das outras religiões possam desejar sinceramente compartilhar a sua fé. Todo diálogo implica a reciprocidade e tem como objetivo eliminar o medo e a agressividade” (DA 83).

Concluindo: “O diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são ambos elementos autênticos da missão evangelizadora da Igreja. São ambos elementos legítimos e necessários. Estão intimamente ligados, mas não são intercambiáveis (...). As duas atividades permanecem distintas mas, como a experiência demonstra, a mesma

Igreja local e a mesma pessoa podem estar diversamente empenhadas em ambas” (DA 77). Ambos, diálogo e anúncio, em relação intrínseca, são capazes de ampliar os horizontes, o “motivo” da missão. Ela não se reduz ao anúncio verbal do querigma, mas reorienta seu campo aos novos horizontes do diálogo: “É o Espírito que guia a missão evangelizadora da Igreja(...). A nós compete estar atentos às sugestões do Espírito. Quer o anúncio seja possível ou não, a Igreja prossegue sua missão no pleno respeito da liberdade, mediante o diálogo inter-religioso, testemunhando e compartilhando os valores evangélicos” (DA 84).

4. Duas questões fundamentais que estão no centro do debate “Diálogo e Missão”: A abertura ao PLURALISMO DE PRINCÍPIO e a abertura à VERDADE

Não poderá existir real diálogo sem uma consideração de abertura ao pluralismo de princípio, bem como uma perspectiva de real humildade em face dos desígnios gratuitos e misteriosos do Deus sempre maior, que é amor e comunicação.

Reconhecer o pluralismo religioso de princípio, e não apenas de fato, significa tornar manifesto o significado positivo das diversas tradições religiosas na globalidade do único desígnio salvífico de Deus. A diversidade não é percebida como limite, mas como sinal dos dons ilimitados “escondidos” por Deus na criação e na história; é um “patrimônio espiritual” que revela todas as riquezas da sabedoria infinita e multiforme de Deus” (cf DM 41, 22 e 26).

A afirmação do pluralismo de princípio não significa a sedimentação de uma perspectiva relativista. Sabemos que a atual dinâmica presente no mundo das Igrejas, marcada por afirmação da identidade e radicalizada nos movimentos fundamentalistas, expressa uma forma de autoafirmação e, frequentemente, uma expressão do temor de perder a si mesmo. Essa fixação nas diferenças confessionais decorre, muitas vezes, mais do medo da perda da identidade do que do interesse profundo na verdade. Em suma, as dificuldades de abertura ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso traduzem, na prática, o temor da abolição da “identidade confessional”. Alguns traços importantes podem ser elencados para dirimir certas dificuldades que acompanham tal reflexão. O teólogo TEIXEIRA, em um texto publicado na Revista Perspectiva Teológica (n. 96/2002), apresenta quatro desses traços: “Em primeiro lugar, há que sublinhar que esta abertura ao pluralismo não significa um nivelamento das experiências diversas, mas a consciência de sua diversidade. Em segundo lugar, há que frisar que esta mesma abertura não abafa o valor do testemunho particular, exigindo, porém, uma mudança em seu exercício e estilo. Este testemunho deve acontecer, não como exercício de arrogância, mas imbuído de amor, autoadoação e humildade. A riqueza de uma comunidade plural é tecida pela inter-relação de testemunhos autênticos. Em terceiro lugar, a consciência do pluralismo não significa a exclusão do discernimento crítico com respeito às religiões específicas. Como indica o documento Diálogo e Anúncio, “afirmar que as outras tradições religiosas contêm elementos de graça não significa, por outro lado, que tudo, nelas, seja fruto da graça(n.31). Em quarto lugar,

a afirmação do pluralismo não pode restringir-se a uma resposta passiva ao fato da pluralidade religiosa, mas deve manter acesa a responsabilidade para desenvolver critérios de valoração que permitam esclarecer a validade relativa de cada posição ou proposta”.

A questão da verdade constitui-se também num dos grandes embaraços à prática do diálogo na missão. Como afirma KUNG (1999, p. 262) “nenhum problema produziu na história das Igrejas e das religiões tantas controvérsias, tantos conflitos sangrentos e até tantas ‘guerras de religião’ como o problema da verdade”. O sentimento de possuir a verdade e a violência se vincularam e continuam a se vincular na história da humanidade. A autossuficiência e a arrogância identitária têm sido sempre decisivos obstáculos para a prática do diálogo na missão. Resumindo uma questão tão ampla e complexa, ficaremos com um pequeno texto do teólogo QUEIRUGA (2001, pp. 344-345 e 347-348). Na visão de Queiruga, “o diálogo das religiões obriga a revisar com absoluta seriedade o ‘cristocentrismo’”. Para ele, certas frases do repertório cristão, que podem ter sentido numa linguagem imediatamente confessante, deveriam “ser eliminadas, não só por serem psicologicamente ofensivas para os demais, mas por serem objetivamente falsas, pois implicam a negação de toda verdade nas demais religiões, incluído o Antigo Testamento”. O autor não deixa de sinalizar a importância da convicção religiosa vivenciada pelos cristãos, mas para ele, tal convicção não pode acontecer como uma imposição, mas deve ser apresentada no respeito para com aqueles que professam uma convicção distinta. E acrescenta: essa mesma convicção “deve ser apresentada como proposta aberta ao diálogo, ao contraste e à verificação”. Ainda nesta mesma obra, escreve Queiruga, ao verificar o percurso realizado pela Igreja Católica, do Concílio Ecumênico Vaticano II ao Documento Diálogo e Missão (1984) e Diálogo e Anúncio (1991): “Reconhecer que há ‘verdade e santidade’ nas demais religiões significa, direta e indiretamente, que os homens e mulheres que as praticam se salvam nelas e por elas; e não a simples título individual, nem muito menos à margem ou apesar delas. O que, por sua vez, supõe uma guinada de cento e oitenta graus na perspectiva, pois isso equivale a dizer que Deus está se revelando e exercendo a sua salvação em todas e cada uma das religiões, sem que jamais algum homem ou mulher tenham sido privados da oferta de sua presença amorosa”.

5. Princípios e desafios para o Diálogo e Missão no atual pontificado de Francisco

Não só a preservação, mas a clara recordação e atualização desse fundamental espírito de abertura advindo do Concílio Ecumênico Vaticano II, acompanhado de um forte encorajamento não só teórico como também prático na relação “Diálogo e Missão”, encontramos no atual pontificado de Francisco.

Recordemos trechos da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: A evangelização implica também um caminho de diálogo (EG 238). No que diz respeito à relação entre diálogo e missão na caminhada ecumênica ele afirma: Devemos sempre lembrar-

-nos que somos peregrinos e peregrinamos juntos. Para isso, devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças, e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus (EG 244). Sob esta luz, o ecumenismo é uma contribuição para a unidade da família humana (EG 245). Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdades, poderemos caminhar decididamente para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho (246). E se realmente acreditamos na ação generosa do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns dos outros! Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós (EG 246). No que diz respeito à relação entre diálogo e missão na caminhada inter-religiosa, a exortação apostólica nos alerta: Uma atitude de abertura na verdade e no amor deve caracterizar o diálogo com os crentes das religiões não cristãs, apesar de vários obstáculos e dificuldades, de modo particular os fundamentalismos de ambos os lados. Este diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo e, por conseguinte, é um dever para os cristãos e também para outras comunidades religiosas. Este diálogo é em primeiro lugar, uma conversa sobre a vida humana (...). Assim aprendemos a aceitar os outros, na sua maneira diferente de ser, de pensar e de se exprimir. Com este método, podemos assumir juntos o dever de servir a justiça e a paz, que deverá se tornar um critério básico de todo o intercâmbio (...). Os esforços à volta de um tema específico podem transformar-se num processo em que, através da escuta do outro, ambas as partes encontrem purificação e enriquecimento. Portanto, estes esforços também podem ter o significado de amor à verdade (EG 250). Neste diálogo, sempre amável e cordial, nunca se deve descuidar o vínculo essencial entre diálogo e anúncio (...). A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas disponível para compreender o outro e sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não nos serve uma abertura diplomática que diga sim a tudo para evitar problemas, porque seria um modo de enganar o outro e negar-lhe o bem que se recebeu como um dom para partilhar com generosidade. Longe de se contraporem, a evangelização e o diálogo inter-religioso apoiam-se e alimentam-se reciprocamente (EG 251). Graças à dimensão sacramental da graça santificante, a ação divina nos não cristãos tende a produzir sinais, ritos, expressões sagradas que, por sua vez, envolvem outros em uma experiência comunitária do caminho para Deus. Não tem o significado e a eficácia dos Sacramentos instituídos por Cristo, mas podem ser canais que o próprio Espírito suscita por toda parte para libertar os não cristãos do imanentismo ateu ou de experiências religiosas meramente individualistas (...). Nós, cristãos, podemos tirar proveito também desta riqueza consolidada ao longo dos séculos, que pode nos ajudar a viver melhor as nossas próprias convicções (EG 254).

O Papa Francisco trouxe ao clima dos encontros ecumênicos e inter-religiosos o seu carisma pessoal. Para o ecumenismo do Papa Francisco, não contam o poder eclesiás-

tico, a diplomacia, as lógicas políticas ou o papel das pessoas, mas “olhar o rosto do outro”. Ao Patriarca Bartolomeu, na visita a Istambul (nov.2014), ele disse: “Encontrarmos-nos, olhar o rosto um do outro, trocar o abraço da paz, rezar um pelo outro são dimensões essenciais daquele caminho rumo ao restabelecimento da plena comunhão”. O caminho da unidade entre os cristãos ainda está para ser plenamente percorrido. Mas Francisco, com o seu ecumenismo do encontro e da amizade, está fazendo com que demos passos importantes. Francisco faz questão de colocar, no diálogo ecumênico e inter-religioso, sempre as vozes do mundo e do povo. Para ele, todas as Igrejas e Tradições Religiosas devem ouvir os pobres, as vítimas da guerra, os cristãos perseguidos, os jovens... A Igreja não vive para si mesma, mas para o serviço ao Evangelho e aos homens e mulheres de hoje.

Alguns fundamentos teóricos são constantes nas palavras de Francisco. À delegação da Aliança Evangélica Mundial o papa destacou que o Batismo é um dom divino inestimável que temos em comum e graças ao qual não vivemos sozinhos na realidade terrestre, mas na força do Espírito. Ele afirmou: “A realidade das nossas divisões tira a beleza do único manto de Cristo, mas não destrói por completo a profunda unidade que a graça produz em todos os batizados”. “Se realmente acreditamos na livre e generosa ação do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns dos outros! Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para conhecê-los melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom para nós. Também espero que o documento *“Testemunho cristão em um mundo multireligioso-. Recomendações de conduta”* se converta em fonte de inspiração para o anúncio do Evangelho em contextos multireligiosos”.

Podemos observar sempre com maior clareza que, no projeto ecumênico do papa Francisco, ocupam centralidade: o Evangelho, a ação do Espírito Santo e o Batismo; e isso tem aberto uma nova possibilidade de diálogo ecumênico. Recordemos o pronunciamento fortemente revelador da ideia de ecumenismo do Papa Francisco, no seu discurso à Igreja Pentecostal de Caserta (julho 2014): “Nós estamos na época da globalização, e pensamos em que consiste a globalização e o que seria a unidade da Igreja: talvez uma esfera, onde todos os pontos são equidistantes do centro, todos iguais? Não! Isso é uniformidade. E o Espírito Santo não faz uniformidade! Que figura podemos encontrar? Pensemos no poliedro: o poliedro é uma unidade, mas com todas as partes diversas; cada uma tem a sua peculiaridade, o seu carisma. Essa é a unidade na diversidade. É nessa estrada que nós, cristãos, fazemos o que chamamos com o nome teológico de ecumenismo”.

Termino citando trechos dos discursos pronunciados por Francisco, com sua visão de ecumenismo, aos líderes da Comunhão das Igrejas Evangélicas Episcopais (no encontro realizado durante o Sínodo de outubro 2014): “Antes de mais nada, felicito-os pela coragem. Ontem encontrei, na porta do salão do Sínodo, com um bispo luterano e lhe disse: “Você está aqui? Que coragem!” Porque em outra época os luteranos eram queimados vivos! Estamos pecando contra a vontade de Cristo, porque nos fixamos nas diferenças. Mas todos temos o mesmo batismo e o batismo é mais importante que as diferenças. Todos cremos no Pai, no Filho e no Espírito Santo. Todos temos dentro de nós o Espírito Santo

que reza, ora em nós, o Espírito que reza em nós. Não sei se é loucura... ter um tesouro e preferir usar imitações do tesouro. As imitações são as diferenças, o que interessa é o tesouro: Pai, Filho e Espírito Santo, a vocação à santidade, o mesmo batismo e o chamado para pregar o Evangelho até os confins do mundo. A certeza de que ele está conosco ali onde estivermos... Não está comigo apenas porque sou católico; não está comigo porque sou luterano; não está comigo porque sou ortodoxo... Um manicômio teológico! Cada um tem a sua própria identidade e pressuponho que cada um de nós está à procura da verdade. Enquanto isso, caminhemos juntos. Rezemos uns pelos outros e façamos obras de caridade juntos. Mateus 25, juntos! E as bem-aventuranças, juntos! E todos temos em nossas Igrejas bons teólogos. Que eles façam o trabalho do estudo teológico. É outra maneira de caminhar também. Mas nós não esperemos que se coloquem de acordo... Há outra coisa. Isto se chama ecumenismo espiritual, mas há outra coisa. Atualmente, estamos vendo como os cristãos são perseguidos. Atualmente no Oriente Médio, na África, em tantos lugares, quantos cristãos são mortos! Não lhes perguntam se são pentecostais, luteranos, calvinistas, anglicanos, católicos, ortodoxos... São cristãos? Matam-nos porque creem em Cristo. Este é o ecumenismo de sangue (...)Eu não sei... uma coisa também me contava Tony [amigo de Francisco, líder evangélico falecido em julho passado] quando ele era jovem rapaz. Na África do Sul, no colégio, brancos e pessoas de cor iam juntos, brincavam juntos. Apenas na hora de comer estavam separados e diziam: “Queremos comer juntos”. E tinham esse desejo dentro de si: caminhemos juntos para podermos comer juntos o banquete do Senhor. Como o Senhor quiser, como o Senhor quiser.

Ainda... Na tentativa de exemplificar o pensamento de Francisco relacionado à missão e ao diálogo inter-religioso, entre tantos encontros, pronunciamentos e gestos do papa com líderes de várias religiões, são elucidativas as suas palavras na visita em terras turcas (novembro 2014). Ali, Francisco afirma que mulçumanos, judeus e cristãos se reconhecem como “irmãos e companheiros de viagem” e assumem o “compromisso de construir uma paz sólida”. Para ele, é urgente promover o “diálogo inter-religioso e intercultural, a fim de banir todas as formas de fundamentalismo e de terrorismo”. “Ao fanatismo e ao fundamentalismo, às fobias irracionais que incentivam incompreensões e discriminações, é preciso contrapor a solidariedade de todos os crentes – que tenha como pilares o respeito pela vida humana, pela liberdade religiosa, que é liberdade do culto e liberdade de viver segundo a ética religiosa – o esforço por garantir a todos o necessário para uma vida digna, e o cuidado do meio ambiente”.

Para concluir... Na Plenária do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, no dia 21 de novembro de 2014, durante as comemorações dos 50 anos do Decreto Unitatis Redintegratio, assim o papa Francisco resume os desafios ecumênicos de hoje: cultivar o ecumenismo espiritual, valorizar o ecumenismo de sangue, caminhar juntos na via do Evangelho.

Referência bibliográfica

COMPÊNDIO do Vaticano II, Constituições, decretos, declarações, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1968.

DUPUIS, J., “Evangelização” in R. LATOURELLE- R. FISICHELLA (orgs.), Dicionário de teologia Fundamental, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes/Santuário, 1994, 297-303.

FRANCISCO, Evangelii Gaudium, A alegria do Evangelho sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, São paulo, Loyola/Paulus, 2013

JOÃO PAULO II, Redemptoris Missio, São Paulo, Paulinas, 1991 (Coleção A voz do papa, n. 125).

KUNG, H., Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico, São Paulo, Paulinas, 1999.

PAULO VI, Ecclesiam Suam (1964), Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1964 (Documentos Pontifícios, n. 147).

Paulo VI, Evangelii Nuntiandi (1975), Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1975 (Documentos Pontifícios, n. 188).

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO - CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS, Diálogo e Anúncio (1991), Vozes, 1991.

QUEIRUGA, A.T., Do terror de Isaac ao Abbá de Jesus, São Paulo, Paulinas, 2001.

SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS, Atitude da Igreja Católica frente aos seguidores de outras religiões. Reflexões e orientações sobre o diálogo e missão, in SEDOC 176 (1984), 387-399.

SÍNODO DOS BISPOS de 1974, I testi principali del Sinodo dei Vescovi. Documentazione Sinodo 1974, in Il Regno-documenti 19 (1974), 504-535.

TEIXEIRA, F., “Diálogo inter-religioso: o desafio da acolhida da diferença”, in Perspectiva Teológica, n. 93, Belo Horizonte, O Lutador, maio/ago 2002.

Endereço do autor

Av. Marechal Floriano Peixoto, 2262
26210-060 -CENTRO - Nova Iguaçu - RJ

A relação entre diálogo e missão na perspectiva das igrejas evangélicas

Roberto E. Zwetsch*

Resumo

O autor apresenta a diversidade que constitui o mundo das Igrejas evangélicas atualmente no Brasil e o desafio que representa para essas Igrejas conceber e praticar a missão como diálogo de pessoas e Igrejas a partir de uma caminhada e vivência da fé e do testemunho do evangelho de Jesus Cristo. O diálogo/encontro com o outro pode se tornar inspiração para uma descoberta inusitada da presença do Senhor Ressuscitado no meio de nós.

Palavras-chave: Missão, protestantismo, diálogo.

Abstract

The author presents the diversity which currently constitutes the world of the Evangelical churches in Brazil and the challenge it is for these churches to conceive and practice mission as a dialog of people and churches based on a journey and living of the faith and the witness of the Gospel of Jesus Christ. The dialog/encounter with the other can become an inspiration for an unexpected discovery of the presence of the Resurrected Lord among us.

Keywords: Mission, protestantism, dialogue.

* Doutor em teologia - Faculdades EST. Professor de Missiologia e Teologia Prática na graduação e pós-graduação de Faculdades EST, em São Leopoldo, RS. E-mail: rezwetsch@gmail.com – Palestra apresentada no V Simpósio sobre Diálogo e Missão promovido pela Comissão Episcopal do Diálogo Ecumênico e Inter-religioso para a missão da Igreja, da CNBB, realizado em São Paulo, SP, nos dias 23-25/01/2015.

Introdução

Agradeço pelo convite para participar deste Simpósio promovido pela Comissão Episcopal do Diálogo Ecumênico e Inter-religioso para a missão da Igreja, da CNBB. Minha trajetória como estudante de teologia, missionário entre povos indígenas, pastor luterano e atualmente professor de teologia, me proporcionou viver o desafio ecumênico de muitas formas, pelo que sou grato ao Deus da Vida. Se, como afirmou o teólogo reformado sul-africano David Bosch, diálogo e missão se manifestam num encontro de corações e não apenas de mentalidades, este fato nos conduz a uma experiência espiritual intensa que se coloca no campo do *mistério divino* (BOSCH, 2002, p. 577).

Vivi intensamente este diálogo desde 1974, quando estudei no antigo ITER, na cidade do Recife, tendo conhecido de perto Dom Helder, a Coordenação de Pastoral e muitos dos movimentos que à época fizeram daquela Igreja um modelo de renovação e compromisso com os mais pobres. Depois, já formado, minha esposa Lori Altmann e eu fomos enviados pela IECLB para a missão entre povos indígenas, primeiro em Rondônia, onde trabalhamos com o povo Suruí, e depois no Acre, com o povo Kulina, então já num projeto de parceria com o CIMI-Amazônia Ocidental e o apoio de Dom Moacyr Grechi, bispo da Prelazia do Acre e Purus. Permanecemos por quase dez anos na Amazônia, período no qual nasceram nossa filha Pamalomid, em Cacoal, e Bino Maurirá, na aldeia de Maronáua, alto Purus, no Acre. Realizei estudos de mestrado em missiologia na Faculdade NS de Assunção, no Ipiranga, sob a orientação de Paulo Suess, que conhecera ainda nos seus tempos de Amazônia, dos encontros do CIMI e do jornal *Porantim*. Foi uma honra receber meu diploma assinado por Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns, Reitor da Faculdade à época. Já como docente de teologia na EST em São Leopoldo, estes contatos se ampliaram. Desde 2005, colaboro junto com Luis Carlos Susin, Érico Hammes, Benedito Ferraro, Agenor Brighenti, Cleusa Andreatta, Marileda Baggio, Valmor da Silva e outras irmãs e irmãos de diversas Igrejas cristãs no Fórum Mundial de Teologia e Libertação (FMTL), numa experiência ecumênica que busca qualificar nossa reflexão como teólogas e teólogos junto às comunidades de fé e aos movimentos populares desde o espaço desafiador do Fórum Social Mundial. Fazemos algo como uma *teologia pública de libertação*.

Ainda assim, debater com o grupo reunido neste Simpósio sugere uma grande humildade, pois isto é próprio de quem acredita no caminho do diálogo e da missão como cerne do seguimento de Jesus Cristo, nosso Senhor, nesta terra brasileira.

Quando recebi o convite e a formulação do tema que me foi proposto, me deparei com a primeira interrogação de difícil resposta: Quem são os evangélicos? A que Igrejas estamos nos referindo? Serei a pessoa mais indicada para tal explanação?

Apresentar minhas ideias sobre diálogo e missão me pareceu mais fácil. Mas difícil é fazê-lo na perspectiva *plural* das Igrejas evangélicas nos dias de hoje, tal a diversidade que caracteriza a realidade religiosa das Igrejas conhecidas por esse nome. Assim, para nos entendermos melhor e para delimitar minha contribuição, achei por bem fazer uma breve apresentação desse complexo mundo, para que possa me situar nele e então trazer

ao debate algumas provocações, enquanto teólogo *evangélico de confissão luterana*. Por que é importante tanta cautela? Porque aqui nos defrontamos com um desenvolvimento histórico das Igrejas cristãs de tradição evangélica que mudou muito a configuração do mapa religioso brasileiro nas últimas décadas. Tal desenvolvimento, com o crescimento exponencial das Igrejas pentecostais, questiona a caminhada das Igrejas evangélicas históricas, principalmente no que se refere ao culto, ao ministério e à missão, mas também atiza disputas por poder, acirra a competição por membresia e espaço social, e, não por último, redefine radicalmente o que se entende por evangélico em nosso país.

Assim, vou seguir quatro passos na exposição: 1) Visão geral do protestantismo no Brasil; 2) Diálogo e missão como compromissos ecumênicos; 3) Os desafios que emergem da situação atual; 4) Sinais dos tempos – sinais dos lugares. Os dois últimos tópicos serão apenas esboçados e exigirão posterior aprofundamento.

1. Visão geral do protestantismo no Brasil

Valho-me aqui de uma pesquisa realizada pelo teólogo luterano Adilson Schulz, docente em instituição metodista em Belo Horizonte e na PUC de Minas Gerais. Em sua tese de doutorado *Deus está presente – o diabo está no meio*, ele estudou o protestantismo e as estruturas teológicas do imaginário religioso brasileiro (SCHULTZ, 2055, p. 75ss). Schulz trabalhou com diversas tipologias do protestantismo em sua análise. Apresento aqui algumas delas:

1.1 A mais simplificada é a de Martin N. Dreher, luterano: 1) Protestantismo de imigração; 2) Protestantismo de missão; 3) Pentecostalismo; 4) Neopentecostalismo; 5) Transconfessionalidade protestante. Este último tipo é o mais interessante porque permite incluir na classificação os movimentos carismáticos das Igrejas históricas ou ainda as tendências fundamentalistas.

1.2 A tipologia de José Bittencourt Filho, presbiteriano: 1) Protestantismo de missão; 2) Protestantismo de imigração; 3) Pentecostalismo clássico; 4) Pentecostalismo autônomo; 5) Neodenominacionalismo; 6) Seitas. Essa classificação é uma das mais difundidas e tem o mérito de ser inclusiva, abrindo espaço para as Igrejas autônomas. Poderia se questionar o uso do tipo *seitas*.

1.3 A tipologia mais elaborada é a do próprio Adilson Schulz. Ela nos interessa aqui porque demonstra a *complexidade* do que se convencionou chamar de *Igrejas evangélicas* e como é urgente debater sobre esse conceito para compreendermos melhor a que ele se refere. Schulz parte *didaticamente* de dois conceitos maiores e depois os desdobra: 1) Protestantismo clássico; 2) Neoprottestantismo. No primeiro, situa: 1.1 Protestantismo evangélico; 1.2 Protestantismo sacramental. No segundo, temos: 2.1 Pentecostalismo clássico; 2.2 Neopentecostalismo; 2.3 Outros. Debaixo de cada coluna, o autor traz as Igrejas e denominações que se situariam nesse tipo. Uma informação adicional são as datas de fundação das instituições. Como o quadro é de 2005, há novas instituições que foram surgindo de lá para cá. Por isto eu me permito

acrescentar outra coluna, que abre espaço para uma realidade muito presente nas periferias das cidades brasileiras: as *pequenas Igrejas independentes ou livres*, geralmente, resultado da divisão de outras Igrejas e que surgem a partir de um líder ou pastor carismático. Já nos anos de 1980, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão menciona este tipo de Igrejas em sua pesquisa no interior de São Paulo (cf. *Os deuses do povo*).

TIPOLOGIA DO PROTESTANTISMO NO BRASIL Adilson Schultz							
Tipologia geral	PROTESTANTISMO CLÁSSICO		NEOPROTESTANTISMO				
	PENTECOSTALISMO		NEOPENTECOSTALISMO	OUTROS			
Sete Tipos Principais Igrejas com ano de fundação ou chegada ao Brasil	Protestantismo CLÁSSICO Evangélico ou de reta doutrina	Protestantismo CLÁSSICO Sacramental ou confessional	Protestantismo PENTECOSTAL Clássico	Protestantismo PENTECOSTAL Renovado	Protestantismo NEO PENTECOSTAL	Protestantismo NEO PENTECOSTAL Carismático ou gospel	Protestantismo RENOVAÇÃO Denominacional e Comunidades
	Congregacional 1855	Luterana IECLB-1824 IELB 1903	Congregação Cristã 1910	Quadrangular 1953	Universal 1977	Sara Nossa Terra 1976	Adventista da Reforma
	Presbiteriana IPB: 1859 IPI: 1905 IPU: 1978	Reformada	Assembleia de Deus 1911	O Brasil para Cristo 1956	Cristo Vive 1986	Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo 1994	Congregacional Independente
	Metodista 1867	Anglicana 1890		Deus é Amor 1962	Internacional da Graça 1980	Renascer em Cristo 1986	Metodista Wesleyana
	Cristã Evangélica 1879			Nova Vida 1960	Bíblia da Paz 1990	Comunidade da Graça 1979	Cristã Evangélica Renovada
	Batista 1882			Igreja de Deus 1955	Missão Apostólica da Graça de Deus 199?		Presbiteriana Renovada
	Exército da Salvação 1922			Nazareno 1958	Igreja Mundial do Poder de Deus 1998		Evangélica Maranata
			Casa da Bênção 1964			Maranata Amém	
			Maranata 1970				Pentecostal Presbiteriana
							Batista Independente
							Metodista Ortodoxa

O que podemos aprender dessas tentativas de classificação? Muito, mas restrinjo-me aqui a algumas *observações*:

A) O conceito *evangélico* definitivamente se tornou lugar comum na sociedade brasileira atual e não diz muita coisa. Aliás, considerando a mídia dos grandes grupos de comunicação, o termo remete ora aos grupos da bancada *evangélica* no Congresso Nacional, e então com críticas ao corporativismo desses parlamentares e suas posições conservadoras, ora ao mundo da música gospel, um verdadeiro filão disputado por grandes gravadoras, como a da Rede Globo, que disputa o mercado religioso com a Rede Record, sua rival de propriedade do bispo Edir Macedo, da Igreja Universal.

B) O universo das *igrejas evangélicas* é tão complexo que, hoje em dia, se torna cada vez mais exigente tentar descrevê-lo e buscar explicações para o seu dinamismo, o que diferentes pesquisadores dos estudos de religião vêm atestando (BOBSIN, 2013, p. 189-202; CUNHA, 2013, p. 203-214). Definitivamente, estamos diante de um dos fenômenos que caracterizam a *pós-modernidade*. Reportando-se aos estudos de Zigmunt Bauman, meu colega prof. Oneide Bobsin faz a seguinte reflexão, principalmente, considerando as Igrejas neopentecostais e os pregadores do sucesso individual como Lauro Trevisan e Lair Ribeiro: “se o mundo moderno buscou o fundamento em si mesmo, fechando-se para a transcendência, o seu desdobramento chamado pós-moderno dispensou os pregadores que anunciavam renúncias no presente em favor de um futuro no além. Também não são necessários os que gritam contra os pecados e que pedem conversão como sinal de que um novo reino virá para transformar o presente” (BOBSIN, 2013, p. 198). Atualmente, o que vale é o presente e nada mais do que ele. O futuro? Bem, isso não interessa. Daí, talvez, as sucessivas crises em todos os âmbitos da vida humana e que atingem cada vez mais o próprio meio ambiente. Como acontece com o futuro, também o passado não mais interessa, com a consequente perda de memória e até certo desprezo por ela, como se viu em muitas das críticas aos trabalhos da Comissão da Verdade que apresentou seu relatório à Presidente Dilma Rousseff em dezembro passado. Quer dizer, vivemos num momento muito complicado de nossa história, tanto do ponto de vista político quanto eclesial. Essa situação nos irá exigir muito debate, capacidade de análise, de escuta e de discernimento dos sinais *dos tempos e dos lugares*, se nos sentimos comprometidos com o evangelho da boa notícia e desejarmos ser fieis ao mandato e à liberdade para a qual Cristo nos libertou.

C) Diante do desafio de pensar missão e diálogo como dimensões fundantes da Igreja cristã, proponho um exercício de elaborarmos um *gradiente das Igrejas assim ditas evangélicas*, tomando como medida de estudo sua abertura para o diálogo ecumênico ou não. E isso se justifica pela compreensão concomitante a respeito da missão da Igreja, que depende de assumir ou não o fato de que a *missão é de Deus (missio Dei)* e as Igrejas, seus instrumentos para a realização dessa missão, do seu envio ao mundo. Pensei assim em apresentar o gradiente considerando dois opostos extremos:

**Exercício de visualização do gradiente de Igrejas Protestantes Evangélicas
diante do Diálogo e da Missão da Igreja
(p/estudo e debate)**

Não ao Diálogo

Igrejas anticatólicas
Igrejas que aceitam algum D
Igrejas que se abrem ao D+

Sim ao diálogo

Igrejas ecumênicas
Igrejas presentes no ME
Igrejas que recuam no D_
Igrejas que avançam
p/Ações Conjuntas
D+Ação

Sentido do gradiente: da divisão à unidade na diversidade

Exemplos para pensar juntos:

- Lógica do Mercado no campo religioso: cf. o prof. Leonildo S. Campos: “nada mais antidialógico e antiecumênico que a mentalidade ora em vigor no campo religioso contemporâneo” (CAMPOS, 2013, p. 231)

Missão com crianças
Missão c/moradores de rua

CAPA – Quilombolas

CFE 2000: “De mãos dadas”

Siglas: D = Diálogo

ME = Movimento ecumênico

D+ = mais abertas ao diálogo

D_ = menos abertas ao diálogo

D+Ação = Igrejas que atuam juntas em parceria ecumênica

2. Diálogo e missão como compromissos ecumênicos

Já mencionei o teólogo reformado sul-africano David Bosch. Ele se tornou um dos missiólogos protestantes mais reconhecidos, principalmente por sua obra *Missão transformadora*, de 1991, publicada nos EUA por uma editora católica, a Orbis Books de Nova York. A obra foi traduzida e publicada no Brasil pela Editora Sinodal em 2002 e já chegou à 4ª edição revisada, tornando-se livro-texto em muitas faculdades de teologia protestantes no país. Bosch foi aluno de Karl Barth e desde seus estudos

na Suíça tornou-se um firme opositor do regime do *apartheid*, o que lhe valeu a marginalidade em sua Igreja, embora nunca a tenha abandonado.

A teologia de Bosch é um exemplo de como fazer teologia da missão em perspectiva ecumênica. Em minha tese de doutorado, *Missão como com-paixão* (ZWETSCH, 2008), procurei seguir seus argumentos relidos a partir de nossa situação latino-americana. Bosch fez uma abordagem ainda válida para o tema do diálogo e da missão (cf. GEORGE, Sherron, 2013). Vou resumir aqui sua contribuição com acréscimos de minha responsabilidade (BOSCH, 2002, p. 576-584).

Bosch se distancia das conhecidas posições a respeito do diálogo inter-religioso, isto é, o exclusivismo, o inclusivismo e o pluralismo, que lhe parecem posições demasiado “assépticas” diante da complexidade das práticas e vivências religiosas das pessoas, além de não responderem a contento aos dramas da realidade contextual. Para ele, a questão do diálogo com o *outro*, com pessoas de outra vivência religiosa ou compreensão da fé, não pode se ater apenas a maneiras racionalmente corretas de abordar as diferenças. É preciso abrir espaço para as surpresas, as incertezas, o que não pode ser facilmente resolvido apenas com argumentos lógicos. É por essa razão que ele defende a ideia de que tanto o diálogo quanto a missão se manifestam num encontro de corações e não de mentalidades apenas. Eu diria: um encontro de corações e não só de argumentos racionais.

Sobre o conceito de *diálogo*, permitam-me acrescentar o seguinte. Assim como acontece com a cultura, diálogo não ocorre entre entidades abstratas, entre culturas, entre instituições, entre pensamentos. Diálogo é atividade humana e por isso acontece entre *pessoas*, entre grupos ou até comunidades representadas por pessoas qualificadas. Por isso gosto de usar o termo *conversação* como outra possibilidade para falar de diálogo, uma vez que estamos pensando não apenas entre duas pessoas, mas em algo que envolve muitas pessoas e diferentes relações.

Bosch arrola então oito pontos que devem ser considerados para realizar um diálogo profícuo com vistas ao exercício da ação missionária. São os seguintes: 1) aceitar a coexistência de crenças diferentes e fazê-lo de boa vontade, sem relutância. Não é possível querer dialogar e considerar a presença de outras religiões ou comunidades de fé um estorvo. 2) Diálogo ou conversação autêntica pressupõe compromissos de respeito e sincera busca de compreensão do outro. Isso não implica abrir mão ou o sacrifício da própria posição. A confessionalidade aqui se entende como algo aberto para o outro e não um sistema fechado de crenças e valores. 3) Diálogo e missão só se tornam viáveis juntos se admitirmos a possibilidade de nos encontrarmos com Deus, que nos precede e atua entre pessoas no contexto de suas próprias culturas. Deus não é propriedade de ninguém. Ele nos acompanha, mas também vem ao nosso encontro por meio do outro. Bosch se vale de uma figura cara à teologia judaico-cristã, isto é, o fato de sermos seres agraciados em primeiro lugar. Escreve ele: “aproximamo-nos [...] de qualquer outra fé e de seus adeptos com reverência,

descalçamo-nos, uma vez que o lugar de que nos acercamos é sagrado”. 4) Aqui entra o que afirmei acima, a humildade que se encontra no coração da fé bíblica, se bem entendemos o que seja *graça de Deus* estampada na *cruz de Cristo*. Por isto se pode dizer que a atitude de humildade (pensemos em Maria, a mãe de Jesus!) na presença de outras crenças ou comunidades de fé é algo autenticamente cristão. Se Cristo viveu e morreu em fraqueza e nela tornou-se Senhor e Salvador, na força de sua Ressurreição, seus seguidores e seguidoras não podem arrogar-se qualquer intenção de superioridade. É preciso assumir a *vulnerabilidade* da palavra do evangelho. É precisamente assim que ela se torna – para nós – palavra de salvação. E não há sinal mais frágil, e por isso, mais poderoso, do que o Senhor dar-se a nós ao redor de uma mesa (e não mais de um altar!) sob o pão e o fruto da videira. Para mim, esse sinal e presença do Cristo é o sinal mais subversivo da nossa fé comum, especialmente num mundo que coloca o dinheiro como ídolo e objetivo único de todo um sistema. Bosch acrescenta aqui algo importante: tal humildade também diz respeito aos que nos precederam na fé e na vida cristã. 5) É preciso aceitar que outras formas de religião e crença não se ajustam aos nossos parâmetros e compreensão da fé. Têm caminhos próprios para expressar seus encontros com o Sagrado da vida e sua transcendência. Por isto não cabe generalizar nem enquadrar os diferentes. Aqui Bosch se vale de um conceito que o acompanha em todo o seu livro: é preciso assumir a *tensão criativa* entre a palavra que anunciamos e a compreensão do *outro*, que acreditamos ser imprescindível numa atitude missionária que se vive de forma dialógica. 6) Diálogo não é justificativa para evitar o desafio da ação missionária. É justamente nele que, talvez da forma mais exigente, faremos a experiência do *testemunho* da fé libertadora. Diálogo verdadeiro pressupõe a verdade de nossas convicções e de nosso compromisso com Cristo. Senão, torna-se contratestemunho. Recordando importantes documentos do Vaticano II, Bosch cita *Lumen Gentium, Ad Gentes, Nostra Aetate* como referências que continuam válidas para iluminar este caminho. Ao seu lado, vários documentos do CMI corroboram a fé inabalável em Jesus como Cristo, mas ao mesmo tempo asseveram o diálogo como caminho persuasivo de testemunho autêntico (CMI. *Missão e evangelização: uma afirmação ecumênica*, 1983; CMI. *A natureza e missão da igreja*, 2009). 7) A afirmação enfática de que Jesus é o Cristo de Deus, dado a nós para nossa salvação, perdão e libertação, não significa atropelar as pessoas que pensam e vivenciam sua fé de outra forma e por outros caminhos. Bosch entende a conversão não como caminho único para uma salvação pós-morte, mas antes como um compromisso de vida com Cristo, de viver a fé de Cristo para o bem *do outro*. Trata-se de viver a fé neste mundo como um serviço a Deus nos irmãos e irmãs da raça humana, sem discriminações de qualquer natureza. 8) Este talvez seja o desafio mais difícil nesta proposta de diálogo: trata-se de manter numa mesma afirmação paradoxal que não há outro caminho para Deus a não ser este Jesus de Nazaré chamado Cristo e, ao mesmo tempo, que o poder salvífico pertence a Deus e não nos cabe – enquanto

seres humanos e membros de sua Igreja – impor-lhe limites. Deus é soberano e sua misericórdia não tem fim, como cantamos nos Salmos. É assim que entendo o argumento de Paulo nos capítulos 9 a 11 da carta aos Romanos; “Deus encerrou a todos na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos” (11.32). A não ser assim, que será de nós?

Concluo este tópico com um testemunho eloquente: “Há algum de nós que não é pecador? Se houver algum, que levante a mão! Todos somos pecadores, todos! [...] Mas a graça de Jesus Cristo nos salva do pecado: nos salva! Todos, se aceitarmos a graça de Jesus Cristo, Ele muda o nosso coração e de pecadores nos torna santos”. Quais seriam as implicações dessa graça? O autor cita três delas: 1) aprender a ouvir e aprender de Jesus, e isso dura a vida inteira. 2) Sair de si mesmo e ir ao encontro do outro. Por isso, quem encontra seu centro em Jesus descentraliza-se. Quanto mais unido a Cristo Jesus, maior é a abertura ao *outro* e maior o aprendizado do amor. 3) Não ter medo de ir às *periferias*, pois é lá que encontraremos o Deus vivo e sofredor. Quanto mais fechados em nós mesmos, mais rígidos e mais distantes do amor de Deus. Quanto mais nos arriscamos sair às ruas e às periferias deste mundo, mais perto estaremos do Deus crucificado que ressurgiu para a vida do mundo. Isso pode significar dor e até a morte. Nosso autor conclui: “prefiro mil vezes uma Igreja acidentada a uma Igreja doente!” (PAPA Francisco, 2014, p. 18-24). Impressionantes palavras do papa Francisco!

3. Os desafios que emergem da situação atual

Neste tópico apenas apresentarei alguns pontos para posterior reflexão em forma de perguntas, questionamentos e afirmações. Serão pontos para nosso debate aqui e adiante:

3.1 – A disputa pelo conceito missão e sua realidade

Uma primeira pergunta incômoda é o que entendemos por missão no século 21. Conquista ou envio? O desafio da *missio Dei* é **participar** da *presença/ação* de Deus no mundo. E esta concepção de missão tem importantes implicações para o diálogo missionário, a caminhada ecumênica e mesmo a luta pela paz no mundo. Somente com abertura para o *outro* saberemos como andar com ele, como compreender a ação de Deus num mundo dividido e o que vem a ser o que Paulo, o apóstolo, chamou de ministério da reconciliação (2 Coríntios 5.18-21).

A compreensão de missão conforme a perspectiva do Novo Testamento está inextricavelmente unida ao seguimento de Jesus (“e ele os enviou de dois em dois”, Lucas 10.1). Mas Jesus adiantou, sem ilusões: segui-lo pode levar ao caminho da cruz (Marcos 8.34). Isto significa, entre outras consequências, aprender a olhar para baixo, para a periferia, para os desqualificados, rejeitados, inúteis, “os que nada são” (1 Coríntios 1.28). Paulo, ao recordar o seu encontro com os colunas da Igreja de

Jerusalém, ouviu deles a recomendação: “lembrem-se dos pobres” (Gálata 2.10), o que ele procurou seguir com fidelidade. O teólogo metodista Joerg Rieger, que vive em Dallas, Texas, retoma este motivo como desafio central para a teologia cristã do século 21, demonstrando desde sua experiência entre os trabalhadores nos EUA, a atualidade da Teologia da libertação (RIEGER, 2009).

Missão como *parceria na missão de Deus* (GEORGE, 2006), em meio a uma realidade de disputas entre confissões pode significar, em certos casos, ser enviados “como cordeiros para o meio de lobos”. Daí o imenso desafio que significa sermos anunciadores e anunciadoras da Paz, do *shalom* de Deus, num mundo convulsionado por guerras, divisões, mas também por contendas religiosas, que acabam minando o anúncio evangélico e o próprio respeito que a fé cristã porventura teria a partir da vida e ministério de Jesus de Nazaré. O anúncio da paz é para todas as pessoas, povos, comunidades religiosas. Este anúncio pode se tornar um *signal de unidade* em torno de uma causa que transcende confissões, credos, nacionalidades.

Este anúncio nos conduz ao centro da mensagem de Jesus. Ele proclamou e colocou sinais concretos do Reino ou Reinado de Deus, demonstrando assim que Deus não se esqueceu de seu povo, que ele é misericordioso e compassivo, que ele não exalta os soberbos, mas acolhe com amor a quem, de mãos vazias, se achega a ele. Aliás, em Jesus temos o inverso, pois é o Deus encarnado que vem até o seu povo e o resgata para uma vida nova, em justiça, paz e alegria no Espírito Santo

É a partir da dimensão encarnatória da fé cristã que na teologia latino-americana se valoriza expressamente o contexto da missão, a realidade do mundo da vida das pessoas e das comunidades de fé: globalização, neoliberalismo, multiplicação da pobreza, das desigualdades, o avanço da tecnologia, suas contribuições para o bem-estar das pessoas e, de outro lado, a discriminação que ela provoca, são fenômenos com os quais nos debatemos todos os dias e que exigem das igrejas e da caminhada da fé um processo de análise e discernimento permanentes. Alguns dos sinais maiores com que nos defrontamos atualmente são a migração no mundo, a hegemonia do capitalismo financeiro, a desvalorização da política no capitalismo neoliberal, volátil, sem pátria, sem compromissos, a mercadoria sendo colocada acima de tudo, chegando ao que alguns chamam de idolatria do lucro pelo lucro, o que demonstra a impossibilidade da promessa liberal. Sabiamente o Dalai Lama colocou que vivemos hoje a disjuntiva entre competição x compaixão (Dalai Lama, 2006).

Em termos de uma análise global, o sociólogo português Boaventura Souza Santos defende que temos de elaborar uma epistemologia do sul, que significa uma nova ciência social, econômica, psicológica e até no campo das ciências da vida e do cosmo. Ora, se ele tem razão a teologia também se encontra diante do mesmo desafio, de reelaborar sua compreensão do mundo, da vida e da fé com uma linguagem e um conteúdo que fale a mensagem de Deus em formas compreensíveis e que convençam as pessoas que vivem nas periferias do mundo e da história.

3.2 – Missão e Igreja – a disputa pela eclesiologia

Vivemos um momento único na história do mundo. Diante dos imensos desafios que se apresentam e afetam a vida das Igrejas, criticamente perguntamos: a que Igreja nos referimos? Igreja-instituição? Igreja-povo de Deus? Igreja-comunidade crente? Igreja-sinal do reinado de Deus? Há uma disputa pela eclesiologia na ecumene cristã. E esta disputa, se ajuda a discernir carismas e patologias, também traz como consequência a necessidade de uma *volta às fontes*, ao entendimento de que Igreja de Jesus é uma Igreja-em-missão, Igreja peregrina, Igreja pé-no-chão, Igreja que acompanha o seu povo e sofre com ele, que se solidariza com as vítimas de todas as formas de opressão e as defende, mesmo quando isto possa significar perda de prestígio ou direitos sociais.

É por isto que na caminhada missionária, junto com a atitude dialógica, outra marca crucial é o serviço do reinado de Deus, a diaconia transformadora. Este serviço ao mundo muda a forma de ser Igreja e de viver a própria fé. Por isto, o teólogo uruguaio Juan Luis Segundo escreveu nos anos de 1970 não só sobre teologia da libertação, mas sobre a libertação da teologia, que em termos eclesiológicos e ecumênicos significa libertação da Igreja. Entendo que esta experiência só se dá plenamente na caminhada da *missio Dei*, na caminhada missionária e ecumênica.

Outro aspecto dessa disputa é o contraste entre a Igreja da doutrina, do direito canônico, da reta doutrina x Igreja-Povo de Deus, Igreja da Misericórdia, da Compaixão, Igreja-Serviço de libertação, de cura, de comunhão, da partilha de bens e carismas, da experiência da dignidade da vida e do ser humano. Esta disjuntiva nos leva a considerar a tese de que a Igreja de Jesus só pode ser Igreja no poder do Espírito. É o Espírito Santo que empodera o seu povo para dar conta de sua missão, que, de resto, supera todas as possibilidades humanas. A missão no poder do Espírito ensina o caminho da humildade, do discernimento e da profecia. Sabendo sempre que o Espírito sopra onde quer: ouvir sua voz, o seu clamor, o seu chamado é imperioso e urgente. Por isto podemos perguntar: Onde sopra hoje o Espírito?

4 Questionamentos atuais: sinais dos tempos – sinais dos lugares – a disputa pela compreensão do nosso tempo – nosso lugar

Aqui igualmente anoto questões para debate e posterior aprofundamento. Trata-se de propor uma leitura dos nossos lugares em confronto com nosso tempo e nossas circunstâncias neste início de século. Há mudanças radicais em curso. Nem sempre nos damos conta do que este tempo representa para nós. Aliás, normalmente só compreendemos a história a *posteriori*, pois somente pós-evento é que conseguimos ter uma *visão de conjunto* dos fatos e suas implicações. A pergunta então é esta: Como discernir o tempo que se chama hoje com vistas ao futuro de Deus que vem a nós em Cristo e no evangelho? Que faz em nós e conosco a obra do Espírito Santo? Ou perguntando de outra forma: Como compreender o desafio dos lugares ou das

periferias que clamam a Deus por vida, dignidade e salvação já neste tempo de luta e alegria? Trata-se de desafios que se colocam no cerne do debate sobre *diálogo e missão*. São temas que precisamos ter muito presentes em nossas ações e reflexões.

Do Vaticano II, de Medellín e de Puebla aprendemos: ler os *sinais dos tempos* é compromisso de fé. Já do Movimento Ecumênico aprendemos: é preciso ler os *sinais dos lugares*, das periferias, das outras religiões, povos, culturas. Assim, tempos e lugares são condições para reinterpretarmos a mensagem do evangelho e suas implicações para a vida das pessoas e do mundo.

O que o século 21 nos coloca como novidade? Uma delas é que vivemos no tempo das redes, da conexão instantânea, das interações virtuais, que já avançam sobre as comunidades de fé, obrigando-as a redefinir seu papel e suas formas de se comunicar. Que Igreja surgirá desse tempo/lugar? O desafio do mundo *midiático* já ganhou até mesmo uma nova perspectiva teológica, a *ciberteologia*. Que será da comunhão cristã, de carne e osso, no futuro? Questões para reflexão, estudo e compartilhar de experiências.

Em meio a tantas mudanças e desafios, vão surgindo experiências novas ou retomadas que procuram superar os modelos paroquiais que a tradição nos legou. Temos hoje as pequenas igrejas domésticas, que se reúnem nas casas e que proporcionam uma vivência mais concreta da Igreja-comunidade que ajuda as pessoas a carregar juntos os fardos da vida e a celebrar a alegria da fé e da partilha de dons e carismas. Outra experiência que se vai firmando é a Igreja-de-caminhada, que não se fixa num lugar, mas caminha com o povo migrante, sem lar ou proteção e se faz peregrina, como seu mestre e Senhor. Nessa caminhada, faz o exercício de se tornar Igreja da misericórdia, da compaixão, da libertação, da inculturação, da vivência intercultural. Possivelmente tenhamos aí desdobramentos das concepções da Igreja-povo de Deus, como aprendemos do Vaticano II, ou de uma Igreja inculturada e intercultural, como se vislumbrou em Puebla (1979) ou em Aparecida (2007), ou mesmo na Assembleia de Missão e Evangelização promovida pelo CMI que se celebrou em Salvador da Bahia, em 1996, sob o tema “O evangelho e o desafio das culturas”.

Estas observações permitem realçar aqui as dimensões inescapáveis do pluralismo cultural e o concomitante pluralismo religioso como desafios para a convivência entre diferentes. É o que me faz imaginar que o diálogo que estamos propondo nos levará para além de relações amistosas e tolerantes, elas evidentemente também incluídas. Diante dos sinais que nos aguçam os sentidos e a mente, deparamo-nos com desafios que nos levam a uma cumplicidade pela vida *dos outros*, o que pode implicar o desafio da luta por justiça econômica, social, cultural, ambiental, espiritual. Gestos como a visita do Papa Francisco aos naufragos do Mediterrâneo que sobreviveram e se abrigaram na Ilha de Lampedusa são suficientemente eloquentes para nos dizer que a pobreza, a desigualdade, a desfaçatez do atual sistema mundial se constitui como o **escândalo maior de nosso tempo**: a vida das pessoas e do planeta está em

risco permanente. Não por acaso, a teologia latino-americana vem destacando temas candentes da atualidade como a economia, a ecologia, ambiental e humana, as novas subjetividades e a dimensão utópica de um novo céu e uma nova terra em que habite a justiça (*Para além do espírito do império*, 2012).

O desafio e a compreensão do Ecumenismo deverá se ampliar, por exemplo, quando as Igrejas-comunidade assumem um ecumenismo das causas justas, que significa aliar amor e justiça (com-paixão) em ações conjuntas em benefício de quem mais sofre. Nesse sentido, o que também aprendemos é que justamente estas pessoas e grupos sociais são quem melhor pode nos ensinar o que significa viver da fé, do amor e da solidariedade.

Por fim, advogar o direito à pluralidade em defesa da vida no mundo, numa visão holística e encarnada da fé em Cristo, poderá levar a compreender a conversão como processo *sem fim*. Isto significa que tornar-se cristão só se dá no seguimento de Jesus junto com os pobres, as pessoas desprezadas e discriminadas, o que exige uma vivência espiritual intensa, alicerçada na leitura bíblica, na oração, na comunhão e na disponibilidade ao Espírito Santo.

Por isto mesmo, a caminhada missionária e ecumênica nos convida a viver uma nova espiritualidade. Esta se define pelo viver em Cristo como um andar no Espírito. Se fosse possível resumir, eu diria que estamos diante do desafio de uma espiritualidade ecumênica, bíblicamente alicerçada, comprometida com a vida, solidária com as pessoas mais vulneráveis, como expressão maior da comunhão dos diferentes que se unem pelo vínculo do amor, do perdão e da graça. Trata-se de uma espiritualidade compassiva, livre e libertadora, que celebra, canta e dança. Esta é sua força e magia.

Conclusão: por uma espiritualidade ecumênica testemunhal

O desafio ecumênico, que se apresenta sob a formulação *diálogo e missão*, encontra na narrativa de Lucas 24.13-35 uma inspiração muito atual. Nesse relato temos um diálogo até certo ponto constrangedor entre discípulos de Jesus e o Jesus Ressuscitado no caminho para a vila de Emaús. Jesus se aproxima dos caminhantes e inicia a conversa com a dupla a partir de uma pergunta: Que discutiam vocês pelo caminho? A partir do que os dois relataram, até com certa surpresa, ele passa a lhes expor uma visão da história da revelação de Deus ao povo de Israel, começando com Moisés e chegando até os profetas, para mostrar o que a respeito dele diziam as Escrituras. No final da tarde, já chegando à vila, Jesus fez menção de prosseguir caminho. Os discípulos, então, o constrangeram dizendo: *Fica conosco, porque é tarde [...]*. E ele entrou para ficar com eles.

Há nessa narrativa detalhes que apontam para uma espiritualidade do *encontro* que nem sempre aparece claramente em outros textos. Ela vai se dando nas

relações que se estabelecem entre as pessoas, *no caminho ou na caminhada*, como se costuma dizer na espiritualidade da América Latina (ZWETSCH, 2008, p. 362-373; 386-393). Algo importante aconteceu naquela tarde e a partir do *diálogo* entre o peregrino e aqueles dois discípulos entristecidos pela perda do amigo e mestre. Nessa circunstância inusitada, inesperada, mesmo sem entender o que aquele peregrino lhes falava, os dois preservaram de sua vivência com Jesus um gesto que os habilitou a descobrir quem era aquele homem. Eles exerceram a *hospitalidade* e a partir dela souberam acolher em sua casa o peregrino que, afinal, se revelou à *mesa e no partir do pão com ação de graças*. É por demais evidente o gesto de Jesus para não compreendermos o seu sentido. Sua presença na casa e no partir do pão são sinais de uma presença que transcende espaço e tempo e se apresenta em cada nova acolhida que fazemos *em nossa caminhada cristã, ecumênica, testemunhal*.

Por isto, vale retomar o que os discípulos dizem e fazem depois de descobrir a presença/ausência de seu mestre e Senhor. Dizem eles um ao outro: Como não percebemos que “nos ardia o coração, quando pelo caminho nos falava”? Eles se enchem de coragem, põem-se a caminho de Jerusalém, na mesma noite, e vão ao encontro dos seus amigos para lhes contar o que tinham vivido e visto. O medo passou. Uma nova energia os inspirava para anunciar a *novidade*: eles encontraram o Ressuscitado e o reconheceram. Sua vida nunca mais foi a mesma!

O evangelho não é posse, é chamamento para seguir Jesus onde quer que ele esteja, onde quer que ele chegue antes de nós, como escreveu certa vez o teólogo pietista Nicolau von Zinzendorf. É o Espírito de Cristo que conduz a missão e o diálogo. Por isso mesmo a experiência ecumênica se torna urgente e necessária num mundo de tanta divisão, separatismo, violência e exclusão. A caminhada ecumênica não elimina nossas particularidades e carismas. Mas certamente nos fará mais fieis ao Senhor e à caminhada para a qual ele nos envia com a palavra do evangelho da boa notícia, da notícia de grande alegria que nos cabe compartilhar e por ela viver e dar a vida. O texto de Lucas nos propõe uma *teologia narrativa* que pode se tornar inspiração para um diálogo autêntico e transformador, desde que saibamos *ouvir, meditar e acolher* outros parceiros nesse diálogo-encontro (MÍGUEZ, 2013).

Em suma, trata-se de deixar Deus ser Deus em nossa caminhada, que se apresenta cheia de tropeços, mas também carregada de esperança! Quem sabe, essa *nova mística do caminho* nos ajude a assumir a nossa “noite escura” na confiança radical de que Deus é maior que nossas diferenças. Deus salva! O Deus de Jesus é misericordioso. Ele é nosso refúgio, fortaleza, abismo de amor e de ternura! Ele é o fundamento do diálogo verdadeiro e transformador.

Referências Bibliográficas

BOBSIN, O., Protestantismo e religiosidades contemporâneas. In: DIAS, Zwinglio Mota; RODRIGUES, Elisa; PORTELLA, Rodrigo (Orgs.). *Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais. História, teologias, igrejas e perspectivas*. São Paulo: Fonte, 2013, p. 189-202.

BOSCH, D. J., *Missão transformadora*. Trad. Geraldo Korndörfer; Luís Marcos Sander. *Mudanças de paradigma na teologia da missão*. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2002.

BRANDÃO, C. R., *Os deuses do povo. Um estudo sobre a religião popular*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPOS, L. S., *A identidade protestante tradicional.: os desafios da secularização e do crescimento do pentecostalismo brasileiro*. In: DIAS, Zwinglio Mota; RODRIGUES, Elisa; PORTELLA, Rodrigo (Orgs.). *Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais. História, teologias, Igrejas e perspectivas*. São Paulo: Fonte, 2013, p. 215-234.

CMI. *Missão e evangelização: uma afirmação ecumênica (1982)*. Rio de Janeiro: CEDI, 1983.

CMI. *A natureza e missão da igreja. Um passo rumo a uma declaração conjunta [2005]*. Trad. Nelson Kilpp. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 2009.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Religiosidade midiática e novos paradigmas de cristianismo e culto em tempos de cultura gospel*. In: DIAS et al., 2013, p. 203-214.

DALAI LAMA. *Compaixão ou competição. Valores humanos nos negócios e na economia*. Editado por Sander Tideman. Trad. Arnaldo Bassoli; Lamara Bassoli. São Paulo: Palas Athena, 2006.

DIAS, Z. M., RODRIGUES, Elisa; PORTELLA, Rodrigo (Orgs.). *Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais. História, teologias, Igrejas e perspectivas*. São Paulo: Fonte, 2013.

FLM - Federação Luterana Mundial. *Missão em contexto. Transformação. Reconciliação. Empoderamento*. Trad. Neila S. Uecker. Curitiba: Encontro, 2006.

GEORGE, S. K., Participantes da graça: parceria na missão de Deus. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2006.

GEORGE, S. K., Juntos é melhor. Convite ao diálogo missionário. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2013.

MÍGUEZ, N.; RIEGER, J., MO SUNG, J., Para além do espírito do império. Novas perspectivas em política e religião. São Paulo: Paulinas, 2012.

MÍGUEZ, N., Um Jesus popular. Para uma cristologia narrativa. Trad. Sérgio José Schirato. São Paulo: Paulus, 2013.

PAPA FRANCISCO. A Igreja da misericórdia. Minha visão sobre a Igreja. Org. Giuliano Vigni. São Paulo: Paralela, 2014.

RIEGER, J., Lembrar-se dos pobres. O desafio da teologia no século XXI. Trad. Thiago Gambi. São Paulo: Loyola, 2009

SCHULZ, A., Deus está presente – o diabo está no meio. O Protestantismo e as estruturas do imaginário religioso brasileiro. Tese de doutorado. São Leopoldo: IEPG/EST, 2005.

ZWETSCH, R. E., Missão como com-paixão. Por uma teologia da missão em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2008.

Endereço do autor:

Faculdades EST – Cx. Postal 14
93001-970 São Leopoldo, RS

Quando os protestantes se encontraram com o Brasil

Zwinglio M. Dias*

Resumo

A Conferência do Nordeste (1962) foi uma forte expressão do vínculo entre Igreja e Sociedade por parte de setores significativos do protestantismo brasileiro. A Conferência contribuiu para que o protestantismo melhor conhecesse o Brasil, em suas questões culturais, políticas e econômicas. Isso possibilitou um redimensionamento teológico para aqueles setores protestantes que buscaram viver a fé inseridos em seu contexto social. E aqui está uma fundamental contribuição protestante para um modo de viver o cristianismo na América Latina vinculando fé e vida, oração e ação, na perspectiva da teologia da libertação e em parceria com os movimentos que buscam a transformação social.

Palavras-chave: Protestantismo, sociedade, missão.

Abstract

The North-east Conference (1962) was a strong manifestation of the bond between Church and Society expressed by significant sectors of the Brazilian Protestantism. The Conference has helped the Protestants to have a better understanding of Brazil, in the field of its cultural, political and economical issues. This has led to a new theological comprehension for those Protestant sectors that have been in search of ways to live their faith in their social context. And here we have a fundamental contribution of Protestantism to a way of living the Christian faith in Latin America,

* Doutor em Teologia pela Universidade de Hamburg (Alemanha); Professor-convidado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Univ. Federal de Juiz de Fora, MG; Pastor Emérito da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil; Colaborador de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço.

establishing relationship between faith and life, prayer and action, in the perspective of the liberation theology and in partnership with movements that work for social transformation.

Keywords: Protestantism, society, mission.

*“Onde está a Igreja? Ou a encontramos como
um remanescente,
oprimido, dentro das estruturas
eclesiásticas, confiando ainda
nas possibilidades da Reforma, ou como
povo espalhado,
ovelhas dispersas, ansiando por novas
estruturas comunitárias
que sejam expressões e instrumentos do
amor e da liberdade.”
(Rubem Alves)*

Introdução

As considerações que seguem pretendem ser um pequeno exercício de análise de nossa realidade social e eclesial, tomando por base as motivações que produziram a “Conferência do Nordeste”. São provisórias e inacabadas e devem ser entendidas como um convite, na forma de uma humilde provocação, ao aprofundamento da reflexão sobre o presente e o futuro da herança protestante no contexto sociocultural brasileiro.

Podemos afirmar, sem maiores reservas, que a “Conferência do Nordeste” pode ser considerada como o primeiro evento organizado pelas instituições eclesiásticas protestantes para tratar das grandes questões sociopolíticas que caracterizavam a vida nacional no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial. Praticamente, um século depois da chegada do primeiro missionário protestante norte-americano no país em 1859. Contando com a participação de 167 delegados de 14 denominações diferentes, da Igreja Episcopal Anglicana aos Pentecostais, cobrindo, a bem dizer, todo o espectro do protestantismo brasileiro, essa conferência representou um momento significativo nas disputas teológicas e ideológicas que cindiam a realidade eclesiológica protestante no país. Ao mesmo tempo, introduzia na cena política nacional a presença de um novo e inesperado ator: os movimentos de juventude e de outros setores das Igrejas evangélicas, teologicamente sensibilizados para participar dos esforços de transformação política e social que mobilizavam a nação naquele momento de sua história.

Outro elemento significativo a ser destacado que marcou a “Conferência do Nordeste” foi sua preocupação em procurar conhecer a realidade sociopolítica, econômica e cultural do país. Pela primeira vez na história do Protestantismo brasileiro líderes eclesiásticos vão buscar o diálogo com destacados representantes da academia num esforço para compreender, com o auxílio das ferramentas da ciência, a real situação do país.

A conferência aconteceu em 1962. Foi um ano depois da renúncia do presidente Jânio Quadros e da crise político-militar que ela provocou pelo fato dos setores castrenses, respondendo a interesses de determinados segmentos conservadores das elites do país, tentarem impedir a posse do vice-presidente João Goulart, legítima e democraticamente eleito. Portanto, acontece em meio a um longo período de crise política iniciado em 1954, com o suicídio do Presidente Vargas, e que tem sua culminação com o golpe militar de 1964 e o mergulho do país num longo período ditatorial de 21 anos de duração.

Os Protestantes se encontram com o Brasil enquanto nação

Essa busca de compreensão objetiva da realidade nacional foi resultado da abertura de alguns segmentos do protestantismo às novas perspectivas teológicas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, especialmente a partir da I Guerra Mundial. Essas atitudes foram sendo assumidas pelos setores mais esclarecidos e, especialmente, pelos bem articulados organismos da juventude protestante, cansados e inconformados com uma interpretação profundamente individualista e a-histórica da mensagem evangélica que, ao longo das décadas de incidência missionária, tinha se consolidado “naturalizando-se”, falsamente, como o *ethos* próprio da tradição teológica protestante.

Aqui é importante lembrar alguns aspectos históricos de nossa formação eclesiológica. Historicamente preso a uma concepção ingênua de sociedade, oriunda de um pietismo hipertrofiado conduzido pela empresa missionária, que não levava em conta as interações entre os grupos sociais e as gritantes contradições de classe, o Protestantismo oriundo dos esforços missionários estadunidenses, caracteristicamente, não foi capaz de perceber a natureza peculiar e própria da formação sociocultural brasileira, que a distinguiu da sua congênere norte-americana. O ideal societário proclamado por meio de sua mensagem teológico-doutrinária não encontrou, por isso, ressonância suficiente que lhe proporcionasse o desempenho de um papel transformador significativo no âmbito sociocultural e político nacional. Contribuiu para isto, e muito, também, sua incapacidade de inculturação, revelada no rechaço de tudo aquilo que constituía, na realidade, o *ethos* característico da cultura brasileira, mas que era entendido como conteúdo próprio do Catolicismo. Esse é um motivo que levou as suas igrejas a se caracterizarem, por décadas, como espaços de desvalo-

rização da cultura local por parte de frações descontentes e frustradas dos incipientes setores médios da sociedade em função de sua impotência social e política. Acrescente-se a isso que a proposta eclesiológica, com seu, aparentemente invisível, projeto sociopolítico, dado seu rigorismo ético-moralista, pouco a pouco começará a perder sua capacidade de produção de sentido para os setores médios aos quais, preferencialmente, se dirigia, na medida em que a modernização da sociedade avançava, especialmente a partir dos anos posteriores à II Guerra mundial.

Incapaz de perceber as mudanças que começaram a sacudir e transformar a sociedade brasileira, com o advento da industrialização e o vertiginoso e caótico processo de urbanização, o Protestantismo brasileiro, em geral, vai congelar sua visão de mundo e sua mensagem religiosa perdendo, assim, seus interlocutores preferenciais, anquilosando-se e se transformando numa subcultura de refúgio para alguns segmentos dos setores populares, e de uma incipiente classe média, ávidos de ascensão social, porém objetivamente incapacitados de alcançá-la.

Como assinala com propriedade Joanildo Burity "... o protestantismo brasileiro - perdendo de vista, devido à acirrada disputa missionária entre o "Evangelho Social" e o "Evangelho Individual", um dos elementos de sua tradição, representado pelo reformismo social que acompanhou os grandes movimentos avivalistas do século XVIII e XIX ...- recusou a história e o engajamento com vistas à mudança social e política em favor de um discurso celestial, dualista, e circunscreveu-se voluntariamente ao espaço do social que o "liberal-positivismo" reinante lhe reservou - a esfera do privado e do individual -, optando por um conversionismo que vê de forma profundamente pessimista as possibilidades de transformação do mundo. É certo que continuaram a haver minorias e algumas lideranças expressivas (como é o caso de um Eduardo Carlos Pereira, de um Erasmo Braga e outros) que não se deixaram mergulhar no "canto de sereia" do fundamentalismo. Mas este último foi se consolidando até que, nos anos 50, já se tornara um elemento hegemônico no protestantismo brasileiro" (BURITY, 2011, 154-155).

A "Conferência do Nordeste" foi, por isso, uma tentativa de rompimento com essa situação, procurando trazer as Igrejas para conhecerem e discutirem as questões vitais que envolviam a sociedade brasileira naquele momento e resgatarem as verdadeiras dimensões sócio-antropológicas do testemunho cristão da camisa-de-força do reducionismo individualista do fundamentalismo, que o tornava inconsequente e anódino no interior da sociedade brasileira.

Assim, os temas tratados foram aqueles que estavam na ordem do dia na sociedade brasileira: o significado das mudanças sociais na história contemporânea, a mudança das estruturas socioeconômicas do Brasil, a situação de atraso, pobreza e exploração extrema da região Nordeste no quadro de um processo de transformação social no país, os aspectos culturais e socioantropológicos da brasilidade, etc. . Como pano de fundo de todas as análises estava o convencimento de que se atravessava um

ciclo de crise social, econômica e política portador de novas oportunidades para a recriação do país.

No mesmo diapasão, a Conferência se ocupou também em oferecer uma nova leitura bíblico-teológica da realidade humana capaz de induzir e sustentar uma nova perspectiva de compreensão da natureza e da missão da Igreja nos termos concretos da realidade brasileira agora vislumbrada. “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, “a revolução do Reino de Deus”, “os profetas em épocas de transformações políticas e sociais”, “a missão total da Igreja numa sociedade em crise” foram os temas abordados.

Antecedentes

Podemos afirmar que a “Conferência do Nordeste” foi um momento catalizador de um longo processo de renovação teológica que, partindo dos seminários das Igrejas e dos movimentos de juventude, assumia as novas propostas teológicas que emergiram das grandes crises que abalaram o mundo e, especialmente, a Europa na primeira metade do século XX. O principal instrumento para a canalização e difusão dessas novas aproximações à Bíblia e a uma reflexão teológica liberta das amarras da tradicional ortodoxia foi o movimento ecumênico. As reflexões teológicas de Paul Tillich, Karl Barth, Emil Brunner, Rudolf Bultmann e outros vão chegar ao Brasil via alguns centros de formação teológica norte-americanos e, especialmente, pela mediação do professor Richard Shaull, em sua condição de professor do Seminário Presbiteriano de Campinas e, posteriormente, como assessor da União Cristã de Estudantes do Brasil. Seus instigantes *insights* teológicos vão fascinar seminaristas e jovens pastores e sua influência, na busca de uma nova teologia para a crítica e mutante situação brasileira, vão estar na raiz da concepção e realização da Conferência do Nordeste. Ali, um significativo grupo de protestantes brasileiros, das mais diferentes denominações, embora minoritário e sem poder nas estruturas de suas Igrejas, vai encontrar uma nova e atualizada interpretação do Evangelho que determinará seu empenho na consolidação do movimento ecumênico no país e na sua participação nas lutas políticas que se desenrolarão nas décadas seguintes na sociedade e no interior das Igrejas.

O que acontecia no Brasil, naquele momento, refletia um processo maior que, já de longa data, se desenvolvia por toda a América Latina. Embora os esforços pela unidade cristã a partir do âmbito das Igrejas protestantes no continente tenham uma história de quase um século, tendo no Congresso do Panamá em 1916 seu marco inicial, a verdade é que os movimentos ecumênicos que se vão estruturando lentamente ao longo do século, vão ganhar força e significação no panorama eclesial continental somente a partir da década de cinquenta. Os processos histórico-eclesiais ocorridos a partir de 1916, por meio de distintas reuniões e encontros, com diferen-

tes níveis de participação, vão alcançar seu ponto máximo de amadurecimento no final da década de cinquenta e inícios da década de sessenta, preparando o caminho para a formação e desenvolvimento de organismos continentais que terão entre os anos 1965 e 1975 o seu período de maior expressão. Torna-se evidente, portanto, que o desenvolvimento dos empenhos ecumênicos ocorreu paralelamente ao despertar político dos povos latino-americanos e eles vão refletir, com maior ou menor intensidade, a mesma problemática vivida por todos aqueles comprometidos com os esforços de transformação da realidade social do continente.

O surgimento de ISAL na década de sessenta

Tendo como marco de referência histórica o triunfo da revolução cubana em 1959, esse período, que atravessa toda a década de sessenta, vai encontrar seu final simbólico na queda do regime presidido por Salvador Allende no Chile em 1973. Foi uma década marcada por avanços e retrocessos no processo de tomada de consciência política por parte dos setores populares, de ilusões e frustrações por parte de todos aqueles e aquelas que pensavam que as mudanças estruturais das sociedades latino-americanas já estavam ao alcance das mãos; foi um período de muita dor e sofrimento por parte de todos e todas que ousaram desafiar as forças dominantes. Por outro lado, foi também uma década de grandes realizações em termos de mobilização e organização sociopolítica dos setores populares, de pesquisas científicas sobre a verdadeira realidade socioeconômica e política de nossos povos, de desmascaramento dos mecanismos de dominação, etc. Mas, acima de tudo, foi um período dominado por um enorme otimismo social que, nascido da tomada de consciência por parte de grandes setores populares latino-americanos acerca das possibilidades de mudar a correlação de forças políticas vigentes, se desenvolveu por quase todo o continente.

Essa perspectiva dominante nos setores políticos que lutavam por uma mudança social influenciou, de forma decisiva, o desenvolvimento das diferentes organizações ecumênicas que se vinham consolidando desde a década anterior, injetando uma nova dinâmica nas atividades eclesiais latino-americanas. Ou seja, foi a situação sociopolítica que fez surgir entre os cristãos a necessidade de um empenho comum em favor da grande maioria dos latino-americanos, como uma exigência fundamental do Evangelho. Essa motivação os levou a perceber a incongruência de sua relação com uma Igreja dividida. As exigências da missão, naquele momento específico do contexto latino-americano, puseram a descoberto a relatividade das discrepâncias teológico-institucionais e os levaram à compreensão de que somente tomando partido em favor da justiça e da libertação do povo se poderiam atenuar ou superar tais discrepâncias. Surgiu assim o que alguém denominou de “ecumenismo político”, que foi assumido por grupos de cristãos, em sua maioria jovens organizados das Igrejas, mais do que por dirigentes institucionais.

Foi no bojo desse complexo processo sociopolítico e eclesial/eclesiástico que se deu o surgimento do movimento “Igreja e Sociedade na América Latina” (ISAL), do qual o Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil foi sua expressão brasileira. Segundo Michael Löwy, trata-se “talvez, da iniciativa mais importante na criação de um movimento de libertação entre os protestantes latino-americanos...” Na verdade, trata-se de uma modificação profunda na maneira tradicional de se compreender a teologia como inteligência da fé. O fato de partir de uma práxis histórica de libertação levou à compreensão da teologia como uma reflexão crítica sobre essa mesma prática à luz da fé cristã, contrariamente à metodologia teológica dominante, que partia da revelação para determinar, em termos idealistas e universais, os conteúdos da prática cristã. Essa mudança, nascida de vivências concretas de grupos de cristãos, numa perspectiva ecumênica, foi a matriz primeira do que se convencionou denominar Teologia da Libertação. Trata-se de um fato, infelizmente, desconhecido ou ignorado pela grande maioria dos futuros militantes e seguidores dessa proposta teológica.

Assim, o movimento *Igreja e Sociedade na América Latina* (ISAL) constituiu-se no ápice de um longo processo de busca de cooperação e unidade entre as Igrejas protestantes estabelecidas na América Latina pelos empenhos missionários das Igrejas norte-americanas desde meados do século XIX. Esse organismo ecumênico representou não apenas a concreção teológica mais consequente da “responsabilidade social das Igrejas cristãs” mas se constituiu, também, na primeira tentativa, no interior do protestantismo latino-americano, de se criar uma linguagem teológica libertadora capaz de interpretar a situação histórica específica da América Latina à luz da experiência da revelação de Jesus de Nazaré.

Tudo isso se deu como resultado de uma série de encontros continentais, conhecidos como Conferências Evangélicas Latino-americanas (CELAS), realizados pelas Igrejas interessadas em conhecer a fundo a realidade sociocultural, política e econômica em que se encontravam inseridas e, ao mesmo tempo, buscar novas maneiras de cooperação e refazimento de suas formas de presença nessa realidade. Tudo isso vai levar à compreensão da necessidade de uma ação sociopolítica mais contundente por parte das Igrejas nas diferentes sociedades que deixam sua marca no continente. Assim, em 1961, aproveitando a convocação da II Conferência Evangélica Latino-americana, na localidade de Huampani, perto de Lima, no Peru, e com a significativa temática “A responsabilidade social das Igrejas Evangélicas frente às rápidas mudanças sociais”, se reúnem os representantes das comissões de Igreja e sociedade e concílios de Igrejas do continente. São liderados pelos representantes das Igrejas do Brasil, Argentina e Uruguai, e fundam a Junta Latino-americana de Igreja e Sociedade, que passará a ser conhecida pela sigla de ISAL.

Mas o que foi de fato esse movimento? Basicamente foi uma articulação de grupos, secretarias ou setores de ação social das Igrejas evangélicas de diversos países do continente preocupados com o testemunho social das Igrejas no interior da sociedade,

tanto no nível da ação concreta como no esforço de reflexão teológica a partir dessas práticas. No Brasil a expressão histórica de ISAL foi o “Setor de Responsabilidade Social da Igreja” da Confederação Evangélica do Brasil. Dentre suas várias atividades voltadas para essa temática, como produção de literatura pertinente, organização de encontros e seminários, destacam-se quatro importantes conferências que se constituíram, progressivamente, em importantes balizas teológicas no processo de formulação de uma nova perspectiva eclesiológica para as Igrejas evangélicas no contexto brasileiro. Foram elas: em 1955 a “Consulta sobre a responsabilidade social da Igreja”; em 1957 a Conferência “A Igreja e as rápidas transformações sociais no Brasil”; em 1960 a Consulta sobre “Presença da Igreja na evolução da nacionalidade” e, em 1962 a Conferência do Nordeste que teve como tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”. Assim, como expressão nacional do movimento continental de ISAL, o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da Confederação Evangélica do Brasil, teve na Conferência do Nordeste a manifestação maior de seus empenhos ecumênicos e de seus esforços para colocar os problemas sociopolíticos do país na agenda das Igrejas evangélicas.

Os temas não tratados na “Conferência do Nordeste”

Os grandes temas oriundos da preocupação com a participação sociopolítica dos cristãos na sociedade, como parte integrante de seu testemunho cristão, foram tratados de forma generalista, embora os grupos de estudo tenham tentado esmiuçar cada um deles e desenvolver propostas para aplicação direta no nível das comunidades locais e dos organismos especializados das Igrejas.

Importante, louvável, necessária, representando um acontecimento histórico na vida do protestantismo brasileiro, a “Conferência do Nordeste” tinha muitas limitações, dada a heterogeneidade de seus participantes e os melindres com que certos temas deveriam ser tratados. Por outro lado, a crise que se abatia sobre o país era óbvia e se subentendia que todos sabiam de que se tratava. Apesar disso, o vocabulário usado, tanto nas palestras como nos relatórios posteriores, era sempre semantizado para não ofender ouvidos ideologicamente mais sensíveis, ainda que expressões tomadas do linguajar político mais progressista daquele momento fossem usadas sem maiores cuidados. Pobreza, miséria, exploração dos mais pobres (a maioria da população) capitalismo, imperialismo, rápidas transformações sociais, socialismo, sociedade responsável (o grande tema da 2ª Assembleia do CMI em Evanston, 1952, nos Estados Unidos) e muitos outros vocábulos foram sempre trabalhados com certos cuidados.

Dentre os temas que não foram abordados nas discussões, seja porque não faziam parte do vocabulário da agenda política do momento ou porque seriam muito problemáticos para muitos segmentos participantes, poderíamos elencar:

- 1- Não se procedeu a uma análise crítica da natureza histórica e socio-antropológica do Protestantismo como um todo e do Protestantismo brasileiro em particular.

2- Não se discutiram as relações entre a religiosidade brasileira, quase sempre “não muito católica”, e as propostas eclesiológicas das, supostamente diferentes, denominações protestantes.

3- Não houve, a bem da verdade, uma discussão substantiva, sobre o significado da expressão “processo revolucionário brasileiro”. Menos ainda se dedicou um tratamento específico ao papel dos partidos políticos, particularmente dos então autodenominados partidos revolucionários, como o, na época, clandestino, Partido Comunista Brasileiro, e suas derivações. Na verdade, parece que a expressão “processo revolucionário” se equivalia a outra, muito usada: “rápidas transformações sociais”. Embora sempre mencionada como possível, tampouco se discutiu a fundo a proposta “socialista”. Falou-se muito sobre “revolução” mas sem uma definição mais rigorosa e substantiva deste termo.

4- Os Direitos Humanos, como tais, também não foram objeto de um tratamento específico. Houve, no entanto, menção generalista aos direitos dos explorados economicamente e dos pobres em geral.

5- Os problemas relativos às questões de gênero também não frequentaram a Agenda da Conferência...

Hoje, se algum grupo se animasse a promover um encontro semelhante, em base às necessidades do tempo presente tanto para a sociedade brasileira como para as nossas Igrejas e no espírito de testemunho evangélico que norteou a Conferência do Nordeste, esses temas, mais matizados e aprofundados, seriam certamente parte integrante da agenda. Outros temas de nosso tempo que talvez empolgassem de vez esse hipotético encontro, e que seriam impensáveis na década de sessenta, poderiam ser, entre outros:

- a concentração do poder econômico em poucas mãos e a desqualificação da política e dos partidos como espaços para a realização do bem comum;
- a exploração do entretenimento televisivo para a ocultação das reais questões da existência;
- o envolvimento político-partidário de denominações e líderes religiosos e a despolitização do testemunho evangélico dos fiéis;
- a espetacularização midiática da proclamação da Palavra e a monetarização das respostas dos fiéis;
- as razões da perda de identidade teológica das denominações, a exacerbação das experiências emocionais em detrimento da racionalidade da fé;
- a perda da dimensão profética da proclamação evangélica e a assunção acrítica dos modelos de comportamento propostos pelo mercado.

A modo de conclusão

De maneira geral a Conferência acabou por assumir as teses do governo Goulart, advogando pelas Reformas de Base (Agrária, Tributária, Bancária, Urbana, Política, Universitária) e defendendo uma política externa independente, a adoção de um estatuto para a admissão de capitais estrangeiros e a defesa e aproveitamento estatal das riquezas do subsolo brasileiro. O Brasil clamava por mudanças de toda ordem. O velho modelo de modernização dependente instaurado por Vargas não dava mais conta dos incontáveis problemas econômicos, sociais, políticos e culturais que assolavam o país. Ao mesmo tempo, vivia-se um momento de grande criatividade em todos os campos. Isso era perceptível nas artes, na literatura, na política estudantil, nos sindicatos que passaram a ter um enorme peso político, na música, com o florescimento do samba e da MPB e o nascimento da bossa-nova. A palavra de ordem era Mudança!!! As novas gerações estavam ávidas por novos conhecimentos e novos arranjos sociais e impacientes para se libertarem da carga da pesada estrutura neocolonial que ainda manietava o país. Sonhava-se com novos tempos e se agia em consequência, sem maiores cuidados...O incipiente movimento ecumênico ensaiava seus primeiros passos e a Conferência do Nordeste (Por que Nordeste? Porque essa região era o símbolo do atraso que se queria superar!) foi um esforço de cristãos protestantes que sonhavam o mesmo sonho de muitos de seus compatriotas e queriam deixar para trás as formas insípidas e anódinas de uma religiosidade importada de um Protestantismo sem raízes na Reforma...

Evidentemente, as percepções dos problemas que afligem a sociedade, tanto ontem como hoje, dependem da extensão e profundidade dos conhecimentos e da consciência possível dos atores envolvidos. Não podemos projetar as visões que temos hoje da realidade brasileira e da situação de nossas Igrejas para a realidade dos inícios dos anos sessenta. Os que naquele tempo lutavam por uma nova forma de ser Igreja protestante no Brasil, engajados na luta político-ideológica, tanto dentro como fora das estruturas eclesiais, abertos ao diálogo ecumênico e prontos para se lançarem em novas experiências comunitárias para um testemunho eficaz e convincente do Evangelho, constituíam uma minoria ousada e corajosa ante o monolítico poder de uma versão fundamentalista rígida e acomodada desse mesmo Evangelho incrustada nas estruturas de poder das várias denominações. Fizeram o que lhes foi possível fazer naquele momento como expressão de seu acolhimento da utopia do Reino de Deus.

A história posterior dos desenvolvimentos sociopolíticos da sociedade brasileira, assim como suas diretas repercussões na vida das Igrejas nos mostra que as propostas da “Conferência do Nordeste” foram derrotadas. Muitos de seus personagens amargaram o exílio, outros experimentaram a crueldade das prisões políticas e outros, ainda, o ódio e a traição de muitos que pensavam que eram seus “irmãos em Cristo”. Infelizmente, o grande recado dessa conferência não foi ouvido. Especial-

mente, depois de 1964, com o apoio ostensivo ao autoritarismo militar no poder, o conservantismo tomou conta das estruturas eclesiais que, sem criatividade e sem a ousadia dos que sonham com o futuro e se entregam à inspiração do Espírito, mantiveram, a torto e a direito, as velhas formas de ser Igreja que haviam aprendido dos missionários. Com isso foram, pouco a pouco, perdendo suas marcas históricas, suas características teológicas peculiares, reduzindo os grandes desafios transformadores do Evangelho à pequenez de um moralismo inconsequente, onde não há lugar para a Graça que... “faz novas todas as coisas.”

Por outro lado, graças ao Deus da história que nos chama com insistência para o futuro, as “minorias abraâmicas” (para usarmos a feliz expressão de D. Helder Câmara) derrotadas em 1964, encontraram novos caminhos para expressar sua fidelidade ao projeto de vida abundante para todos anunciado por Jesus de Nazaré. Graças aos esforços desses irmãos e irmãs, o movimento ecumênico, com todas as suas limitações e impasses, ganhou força e ultrapassou as fronteiras das instituições eclesiais. O Brasil democrático que hoje vivenciamos, com todos os seus problemas e dificuldades, só se tornou possível porque aquelas minorias se juntaram a outras da mesma tâmara e vêm, gradativamente, construindo um novo país. A “Conferência do Nordeste” tem tudo a ver com as possibilidades que nos são oferecidas hoje.

Referências Bibliográficas

ALVES, R., *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: ed. Paulinas, 1983.

BURITY, J., *Fé na Revolução – Protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961 – 1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

CÉSAR, W. (Ed.), *Confederação Evangélica do Brasil: Setor de Responsabilidade Social da Igreja. A Conferência do Nordeste (Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro) – Crônica da Conferência*. Rio de Janeiro: CEB, 1962.

CÉSAR, W. (Ed.), *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro (Coletânea das palestras proferidas na Conf. do Nordeste)*. Rio de Janeiro: Ed. Loqui, 1962.

LOWY, M., *A guerra dos deuses – Religião e Política na A. Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Endereço do autor:

zwli@powerline.com.br e zwingliodias@hotmail.com

Una Chiesa per gli Altri

IANNONE, F., *Una Chiesa per gli Altri - Il Concílio Vaticano II e le religioni non cristiane*, Coleção “Studi e ricerche” - Seção teológica Cittadella Editrice, Assisi, 2014, 260p.

Francisco Biasin

Francesco Iannone é presbítero da Diocese de Nola na Itália. Depois do mestrado em Teologia dogmática na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, conseguiu o doutorado em Teologia na Pontifícia Faculdade Teológica da Itália meridional de Nápoles, onde é professor de Teologia Trinitária. Atualmente é diretor do Instituto Superior de Ciências Religiosas de Nola. Leciona também Eclesiologia no Instituto Teológico Franciscano Inter-familiar da Província Sannito-Irpinia e colabora com o Secretariado para a Formação permanente da Custódia de Terra Santa de Jerusalém. Escreve artigos em várias revistas de teologia.

A obra *Una Chiesa per gli Altri* (Uma Igreja para os outros) se insere dentro da reflexão teológica pós-conciliar num contexto de grande atualidade diante dos novos desafios que a Igreja e os cristãos são chamados a enfrentar diante do pluralismo religioso no mundo globalizado.

Entre os âmbitos que a “reforma” do Concílio tocou, um dos mais nevrálgicos é aquele da relação entre a Igreja e as religiões não cristãs. Pouco tratado pela teologia precedente, concentrada na questão da “salvação dos infieis”, o tema entrou ocasionalmente no Concílio para se tornar depois, rapidamente, uma das questões mais fascinantes e o sinal mais evidente da “novidade” conciliar. Talvez nenhum outro tema como este mostra toda a fecundidade e também a complexidade das propostas do Vaticano II.

Esta dupla convicção acerca do rol ainda válido do Concílio como “bussola” e da necessidade de um retorno aos textos para melhor iluminar uma questão que se tornou crucial na reflexão teológica do século XXI, motiva a contribuição de reflexão, análise e interpretação constituída pelo presente trabalho. Apresentado como dissertação para conseguir o Doutorado em Teologia iniciado na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma e concluído em seguida na Pontifícia Faculdade Teológica da Itália Meridional de Nápoles, seção Santo Tomás, em abril de 2011, ele consiste antes de mais nada na análise filológico-textual dos textos conciliares que tratam expli-

tamente das religiões não cristãs: LG 16, NA, GS 22 e AG 7. Eles são examinados em sua gênese e no processo que os conduziu à sua redação definitiva, com um olhar atento também ao clima teológico precedente ao Concílio, a fim de colher continuidade e novidade.

A partir da análise aprofundada da origem e do desenvolvimento dos textos conciliares examinados pelo autor, aparece claramente que um renovado exame das questões das religiões não cristãs é direta consequência das opções teológicas e eclesiológicas assumidas pelos Padres conciliares.

Sem querer ler superficialmente o Vaticano II como uma novidade absoluta, ou até como uma cisão respeito à reflexão teológica anterior, é todavia inegável que a eclesiologia conciliar supera uma leitura somente societária, estática da relação Igreja-mundo, encontrando uma orientação mais dinâmica, relacional e sacramental. Foi essa orientação que constituiu um novo ponto de partida que permitiu iniciar “novas explorações” no aprofundamento das relações que a Igreja cultiva com Cristo e com todas as pessoas.

Isso fez com que as religiões não cristãs não fossem mais consideradas simplesmente dentro da distinção, por demais individualista e rígida, dos “membros de fato e de desejo” e da “salvação dos infiéis”, mas dentro da mais ampla perspectiva do projeto universal de salvação do qual a Igreja é *universale salutis sacramentum*. Depois do Concílio, quando se fala dos não cristãos, pode-se ir além da questão da salvação e do tratado *De gratia*, para enxergar as outras religiões à luz do universal mistério de Cristo e da Igreja.

O livro lê e analisa com profundidade o que o Concílio disse a respeito das religiões procurando mostrar como à mudança do paradigma eclesiológico corresponda o novo modo de enxergá-las. Se o axioma teológico *Extra Ecclesia nulla salus* tinha orientado até então a reflexão sobre os que não estavam dentro dos confins visíveis da Igreja Católica, agora os não cristãos, encaminhados e de algum modo tocados pela realidade da Graça que vive na Igreja, sacramento universal de salvação, podem ser salvos porque pertencem a uma humanidade visitada pela iniciativa gratuita de Deus em Cristo e pela presença da Igreja, instituída em vista da salvação universal.

O texto utiliza, além das *Acta et Documenta* e das *Acta Synodalia*, também toda a Documentação relativa aos protagonistas e ao trabalho conciliar, colocada a disposição, em particular, pelo Istituto per le Scienze religiose de Bolonha e o Centre Lumen Gentium de Théologie da Universidade Católica de Louvânia que permitiram consultar seus acervos, em particular o “Fondo Charue”, o “Fondo Gagnebet”, o Diário de TrompTromp, o “Fondo Philips”, o “Fondo Brouillard” e o Diário de Congar.

A obra é composta de quatro capítulos, assim dispostos:

1. Salvação dos não cristãos e religiões não cristãs: uma questão na véspera do Vaticano II.

2. Igreja, salvação de Cristo e Religiões não cristãs: *Lumen Gentium* 16. Premissa e Promessa teológica.
3. Igreja e Religiões não cristãs. *A Nostra Aetate*: Uma nova Relação?
4. *Gaudium et Spes* 22 e *Ad gentes* 7: Caminhos conhecidos por Deus.

Cada um dos capítulos narra com riqueza de detalhes a história do clima pré-conciliar e do percurso, às vezes tortuoso, dos vários documentos e apresenta uma interpretação teológica atual que, a distância de meio século, de um lado enxerga os acontecimentos com objetividade e sem a leitura apaixonada de quem está diretamente envolvido; e do outro lado, permite ver a novidade que o próprio Concílio trouxe com clareza maior do que talvez pudessem enxergar os contemporâneos e os atores do mesmo!

A parte mais preciosa do livro está na conclusão de 13 páginas na qual o autor apresenta com muita clarividência e com motivações incontestáveis e convictos o que pode ser chamada de teologia do diálogo inter-religioso.

«Que o diálogo seja o modus essendi da Ecclesia caritatis - ele escreve - assim como a quer o Concílio, já o havia indicado Paulo VI desde o discurso inaugural da II sessão aos 29 de setembro de 1963, quando, recordando que o primeiro ato da Assembléia tinha sido a Mensagem dos Padres ao mundo, explicava: “Vós quisestes logo não já tratar das coisas vossas, mas daquelas do mundo, não já abrir o diálogo entre vós mesmos, mas abri-lo com o mundo. Isso significa que o presente Concílio é caracterizado pelo amor que pensa aos outros antes que a si mesmos”.

O diálogo é, portanto, para o Concílio este olhar e olhar-se a partir do outro, mas na convicção profunda que existe a Verdade para a qual nos encaminhamos juntos. Por outro lado se pode existir o verdadeiro diálogo é porque há um Logos. Por isso entre os dialogantes ninguém pode e nem deve dispor a seu próprio prazer da verdade» (pg. 240-241).

Depois de falar do “risco do outro” que induz a um re-posicionamento da própria Igreja numa perspectiva mais ampla de identidade, diálogos, aprendizagens, o autor afirma:

«O convite e a entrada ao Concílio do outro, não católico e não cristão, fato inovador para o ano de 1963, constituem não somente uma novidade histórica, mas quase que um locus teologicus que abre possibilidades e aprofundamentos iluminadores na perspec-

tiva de uma nova hermenêutica conciliar. A consequência mais significativa deste re-posicionamento será exatamente a disponibilidade do Concílio a ler positivamente as religiões não cristãs consideradas à luz do plano de salvação de Deus» (pg. 241-242).

Se uma observação crítica pode ser apresentada, ela se refere ao fato que este livro espelha exatamente o trabalho acadêmico de uma tese de doutorado. De um lado a exatidão da citação das fontes é exigência metodológica da obra em questão; do outro, para a divulgação do conteúdo riquíssimo a um público maior, se exigiria uma maior leveza na leitura corrida.

Transcrevemos aqui o prefácio do livro feito pelo Cardeal Walter Kasper, Presidente emérito do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Não há melhor intérprete do que ele para expressar o que os leitores experimentam ao ler e estudar a obra aqui apresentada.

«Digna de apreço e muito atual é a tese de doutorado do Prof. Pe. Francesco Iannone, defendida na Pontifícia Faculdade de Teologia da Itália Meridional cujo título, *Una Chiesa per gli altri*, traz a tona a intuição contida na conhecida fórmula do Concílio Vaticano II pela qual a graça de Deus pode encontrar os seguidores de outras religiões não cristãs por caminhos somente a Ele conhecidos.

«O autor é do parecer que, assim como o tema central e o desafio da teologia europeia do século XX foi o ateísmo moderno ocidental, do mesmo modo o tema e o desafio do século XXI, no atual contexto globalizado, será o encontro com as religiões não cristãs. Atualmente elas não estão longe de nós, mas os seus seguidores vivem cada vez mais entre nós e fazem parte de uma sociedade que se tornou pluralista.

«O autor se deixa provocar pela descrição da teologia pré-conciliar e da bem conhecida afirmação *extra Ecclesia nulla salus* (fora da Igreja não há salvação) e em seguida examina de forma muito detalhada e iluminadora as enunciações do Concílio, utilizando não apenas as suas atas, mas também a documentação e as fontes disponíveis relativas aos seus protagonistas.

«Assim, no atual contexto histórico em que a geração dos padres conciliares está se exaurindo e desaparecem as memórias imediatas, o estudo nos oferece uma contribuição muito preciosa que nos informa sobre os debates conciliares, seu pano de fundo teológico e os seus resultados.

«Contudo ele não se limita a uma análise filológico-textual metodologicamente bem estruturada. Seu interesse, e daí o grande valor da obra, consiste numa interpretação global do Concílio Vaticano II. O Pe. Iannone se situa na linha interpretativa do Papa conciliar Paulo VI, que vale a pena lembrar com urgência, sobretudo na celebração do 50º ano jubilar do encerramento do Concílio e no contexto de um agitado debate sobre sua interpretação, isto é da sua hermenêutica.

«Embora a tese de uma ruptura com a tradição pré-conciliar deva ser rejei-

tada, o Concílio nos apresenta novos modos de pensar, de viver, de agir e de celebrar que provocam um rejuvenescimento do rosto da Igreja, assimilando-o mais estreitamente ao rosto do seu Fundador. Não se trata de uma novidade e sim de uma profunda renovação e de uma continuidade viva, dinâmica e inovadora.

«A novidade do Concílio é o seu estilo, pois utiliza a linguagem da amizade, do convite ao diálogo, apelando à experiência de vida ligada à Palavra de Deus e por ela iluminada. Um estilo, portanto, que não fala nos moldes de um manual teológico, mas que assume o trato da comunicação, da relação, numa atitude que o Papa João XXIII definiu como “pastoral”, inspirada à vida trinitária e compreendendo a Igreja como comunhão e comunicação, à imagem da Trindade.

«Com esta interpretação que o autor transmite ao leitor, a obra se insere no rastro de outras interpretações recentes e o torna fecundo diante do desafio atual do encontro da Igreja com religiões não cristãs. Nesta perspectiva, as religiões não cristãs não são caminhos de salvação fora de Cristo e alternativas à história da salvação que nele culminou, mas o único Caminho de salvação em Jesus Cristo que cruza e encontra os caminhos de todos os homens, não além ou fora, mas dentro de suas histórias, também religiosas, orientando-os, encaminhando-os e conduzindo-os até a meta.

«O autor merece as nossas congratulações por este estudo e os votos de muitos leitores atentos e interessados a uma questão debatida e atual como nunca para a Igreja e os cristãos de hoje.

Card. Walter Kasper

Oxalá esta obra do Prof. Pe. Iannone possa ser traduzida na nossa língua por uma editora sensível ao diálogo inter-religioso e desejosa de contribuir para a construção da paz que acontece através do encontro com “o outro”, único caminho hoje para a superação de fundamentalismos e fechamentos que a podem ameaçar.

Reunião da Rede Ecumênica da Água

Nos dias 16 a 20 de outubro de 2014, a Rede Ecumênica da Água – REDA, do Conselho Mundial das Igrejas, realizou, em Genebra, uma Consulta sobre o acesso à água potável, sua escassez e saneamento básico. A CNBB, membro da REDA desde 2010, foi representada pelo Pe. Elias Wolff, membro da diocese de Lages/SC e professor da PUCPR. O Pe. Elias apresentou um panorama da situação da água em alguns países da América Latina, sobretudo o Brasil, com base em estudos de peritos sobre o assunto e as Campanhas da Fraternidade da CNBB que trataram de questões ambientais. A REDA tem o objetivo de refletir sobre as questões relativas ao acesso à água no planeta, buscando articular Igrejas e organizações da sociedade civil na solução dos problemas aí implicados.

Simpósio inter-religioso

Nos dias 26 a 28 de outubro de 2014, realizou-se o Simpósio Inter-religioso promovido pelo Conselho Nacional das Religiões – CONAREL (em formação). A Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso, da CNBB, integra o CONAREL. O Simpósio foi realizado na Faculdade de Teologia da PUC/SP e teve como tema “*O compromisso sócio-ambiental das religiões no Brasil*”. Os objetivos do Simpósio foram: - Analisar, do ponto sociológico e teológico, os aspectos determinantes do pluralismo religioso na sociedade atual; compreender os fundamentos teórico-práticos da convivência inter-religiosa a partir de elementos próprios de cada tradição religiosa; analisar, a partir da perspectiva de cada tradição religiosa, os resultados do diálogo inter-religioso impulsionado pela Declaração Conciliar *Nostra Aetate*; promover valores comuns no âmbito social, como a ética individual e coletiva, a justiça sócio-ambiental, a paz e a fraternidade, o *valor* da vida, a convivência e o respeito as diferenças.

O Simpósio contou com cerca de 200 participantes, membros das tradições religiosas do judaísmo, do cristianismo, do islamismo e das tradições afro. Como documento final, os participantes do Simpósio fizeram adesão à “*Carta das Religiões sobre o Cuidado da Terra*”, já publicada pela Coalização Ecumênica e Inter-religiosa “Religiões por Direitos”, durante a “Rio + 20”, realizada no Rio de Janeiro em 2012.

Simpósio sobre ecumenismo e missão

Simpósio sobre ecumenismo e missão

Nos dias 21 a 24 de agosto de 2014, foi realizado o Simpósio sobre Ecumenismo e Missão, no Centro Mariápolis, Ginetta Vargem Grande Paulista. O Simpósio Ecumênico foi promovido por uma parceria entre as Comissões episcopais da CNBB para o Laicato o Ecumenismo, a Missão e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.

O tema central do Simpósio foi *Missão: testemunho cristão em um mundo plural*, refletido através de conferências, painéis e trabalhos em grupos. O Simpósio possibilitou o resgate da caminhada do movimento ecumênico no Brasil, tratando sobretudo da importância da Conferência do Nordeste (1966) e o Vaticano II para o diálogo ecumênico local; um diagnóstico dos desafios para a missão hoje; a relação entre Bíblia e Missão e de Missão e ecumenismo: perspectivas de ação comum.

O Simpósio contou com 150 participantes, representando as 5 Igrejas membro do CONIC.

JUNTOS A FAVOR DA VIDA: Missão e evangelização em cenários de mudança

Nova afirmação do Conselho Mundial de Igrejas sobre missão e evangelização
Comissão para a Missão Mundial e Evangelização

A Comissão para a Missão Mundial e Evangelização (CWME), desde a Assembléia do CMI em Porto Alegre em 2006, tem trabalhado e contribuído na direção da construção de uma nova afirmação sobre a missão ecumênica. A nova declaração será apresentada na 10ª Assembléia do CMI em Busan, República da Coréia, em 2013. Desde a integração que se fez entre o Conselho Missionário Internacional e o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em Nova Deli em 1961, houve apenas uma declaração oficial da posição do CMI em relação à missão e evangelização, que foi aprovada pelo comitê central em 1982. Foi: Missão e Evangelização: uma Afirmação Ecumênica.

Essa nova afirmação sobre a missão foi aprovada por unanimidade pelo comitê central do CMI, em 5 de setembro de 2012, no encontro na ilha de Creta, na Grécia. O objetivo desse novo discernimento ecumênico é buscar uma visão, conceitos e orientações para uma renovada compreensão e prática da missão e da evangelização em cenários de mudança. Busca-se fazer um amplo apelo, que vá além das Igrejas que são membros do CMI e de seus organismos afiliados, para que possamos nos comprometer juntos na defesa da plenitude de vida para todos, orientados pelo Deus da Vida.

JUNTOS A FAVOR DA VIDA: Introduzindo o tema

1. Acreditamos no Deus Triuno, que é o Criador, o redentor e o sustentador de toda a vida. Deus criou toda a *oukoumene* à sua imagem e continuamente trabalha no mundo para afirmar e salvaguardar a vida. Cremos em Jesus Cristo, a vida do mundo, a encarnação do amor de Deus pelo mundo (João 10,10). Afirmar a vida em toda a sua plenitude é o objetivo final e a missão de Jesus Cristo (João 10,10).

Acreditamos em Deus, no Espírito Santo, o doador da Vida, que sustenta e fortalece a vida e renova toda a criação (Gn 2,7; João 3,8). Uma negação da vida é uma

rejeição do Deus da vida. Deus nos chama para a missão doadora de vida do Deus Triuno e nos capacita para dar testemunho da visão de vida abundante para todos no novo céu e nova terra. Como e onde percebemos a obra de Deus que dá vida e nos torna capazes de participar da missão de Deus hoje?

2. A missão começa no coração do Deus Triuno e o amor que une a Santa Trindade se derrama em toda a humanidade e na criação. O Deus missionário que envia seu Filho ao mundo faz um chamado a todo o seu povo (João 20,21) e lhe dá poder para que seja uma comunidade de esperança. À Igreja tem a incumbência de celebrar a vida e de enfrentar e transformar as forças que destroem a vida, pelo poder do Espírito Santo. Como é importante “receber o Espírito Santo” (João 20,22) para se tornar testemunha viva do Reino de Deus que vem! A partir de uma renovada apreciação da missão do Espírito, como reavaliamos a missão de Deus o mundo de hoje, cheio de diversidade e mudanças?

3. A vida no Espírito Santo é a essência da missão, o núcleo do motivo que nos leva a fazer o que fazemos e da maneira como vivemos nossa vida. A espiritualidade fornece o sentido mais profundo a nossas vidas e dá motivação a nossas ações. É um dom sagrado do Criador, a energia para afirmar e cuidar da vida. Essa espiritualidade da missão tem uma dinâmica de transformação que, através do compromisso espiritual das pessoas, é capaz de transformar o mundo em graça de Deus. Como podemos recuperar a missão como espiritualidade transformadora que afirme a vida?

4. Deus não enviou seu Filho somente para a salvação da humanidade ou para nos dar uma salvação parcial. O evangelho é a boa nova para todas as partes da criação e para cada aspecto de nossa vida e da sociedade. Portanto, é essencial que reconheçamos a missão de Deus num sentido cósmico e que afirmemos a vida por inteiro, na totalidade da *oikoumene*, como algo interconectado dentro da rede de vida de Deus. Tendo em conta que são evidentes as ameaças ao futuro do nosso planeta, quais são as conseqüências para a nossa participação na missão de Deus?

5. A história da missão cristã tem sido caracterizada por concepções de expansão geográfica a partir de um centro cristão para territórios ainda não atingidos, até os confins da terra. Mas hoje estamos enfrentando uma mudança radical no cenário eclesial, descrito como “cristianismo mundial”, onde a maioria dos cristãos está vivendo ou tem suas origens em terras do Sul e do Oriente¹. A migração se tornou um fenômeno mundial e multi direcional que está redimensionando o cenário cristão. A emergência de fortes movimentos pentecostais e carismáticos, vindos de diferentes lugares, é uma das mais notáveis características do cristianismo mundial na atualida-

¹ Veja Todd M. Johnson e Kenneth R. Ross eds, Atlas do Cristianismo Global (Edinburg: Edinburg University Press, 2009)

de. Quais são as perspectivas para a missão e a evangelização – teologias, programas e práticas – nessa “mudança do centro de gravidade do cristianismo”?

6. A missão tem sido entendida como um movimento que vai do centro para a periferia, e dos privilegiados para os marginalizados da sociedade. Atualmente, as pessoas marginalizadas estão reivindicando seu papel importante como agentes da missão e afirmam que a missão é transformação. Essa inversão de papéis na concepção da missão tem sólidos fundamentos bíblicos porque Deus escolheu os pobres, os insensatos, e os que não têm poder (1 Coríntios 1, 18-31) para fazer avançar sua missão de justiça e paz para que a vida possa prosperar. Se realmente existe uma mudança no conceito de missão, passando da “missão para os marginalizados da sociedade” para “missão feita pelos marginalizados da sociedade”, qual seria então a abordagem diferencial dessas pessoas que estão à margem? E por que suas experiências e percepções são fundamentais no momento de entender de forma diferente a missão e a evangelização nos dias de hoje?

7. Vivemos num mundo em que a fé em Mamon, deus do dinheiro, ameaça a credibilidade do evangelho. A ideologia de mercado espalha a propaganda de que o mercado global salvará o mundo através de crescimento ilimitado. Esse mito é uma ameaça não apenas para a vida econômica mas também para a vida espiritual das pessoas, e não somente para a humanidade mas para toda a criação. Como podemos proclamar a boa nova e os valores do Reino de Deus no mercado global ou ter uma vitória sobre o espírito do mercado? Que espécie de ação missionária pode a Igreja assumir no meio da injustiça econômica e ecológica e da crise em escala mundial?

8. Todas as Igrejas cristãs e congregações então sendo chamadas a serem vibrantes mensageiras do evangelho de Jesus Cristo, que é a boa nova da salvação. A evangelização é uma partilha confiante mas humilde de nossa fé e convicção com outras pessoas. Tal partilha é para outros um dom, através do qual se anuncia o amor, a graça e a misericórdia de Deus em Cristo. É o fruto inevitável de uma fé genuína. Portanto, em cada geração, a Igreja precisa renovar seu compromisso com a evangelização como uma parte essencial da maneira de comunicar o amor de Deus ao mundo. Como podemos proclamar o amor e a justiça de Deus a uma geração que vive num mundo individualizado, secularizado e materialista?

9. A Igreja vive em contextos multi-culturais e multi-religiosos e a nova tecnologia da comunicação também está trazendo às pessoas do mundo uma consciência mais ampla das identidades e objetivos de uns e de outros. Localmente e globalmente, os cristãos estão envolvidos com pessoas de outras religiões e culturas na construção de sociedades de amor, paz e justiça. A pluralidade é um desafio para as Igrejas e um sério compromisso com o diálogo inter-religioso e a comunicação inter-cultural se torna, portanto, indispensável. Quais são as convicções ecumênicas a respeito do

testemunho conjunto e da prática da missão a favor da vida num mundo de tantas religiões e culturas?

10. A Igreja é um dom que Deus oferece ao mundo para que ele seja transformado na direção do Reino de Deus. Sua missão é trazer vida nova e anunciar a presença amorosa de Deus em nosso mundo. Precisamos participar da missão que Deus nos dá na unidade, superando as divisões e tensões que existem entre nós, para que o mundo possa crer e todos possamos ser um (João 17,21). A Igreja, como comunhão dos discípulos de Cristo, precisa se tornar uma comunidade inclusiva e existe para trazer cura e reconciliação ao mundo. Como pode a Igreja se renovar para ser missionária e avançar em conjunto para construção da vida em plenitude?

11. Esta declaração aponta para certos avanços fundamentais na compreensão da missão do Espírito Santo dentro da missão do Deus Triuno (*missio Dei*) como se destacou através do trabalho da Comissão para a Missão Mundial e Evangelização (CWME). Fazemos isso a partir de quatro subtemas principais:

Espírito de Missão: o sopro da vida

Espírito de Libertação: missão a partir das margens

Espírito de Comunidade: Igreja em movimento

Espírito de Pentecostes: Boa Nova para todos.

A reflexão sobre tais perspectivas nos possibilita adotar o dinamismo, a justiça, a diversidade e a transformação como conceitos básicos da missão nos cenários atuais de mudança. Em resposta às questões colocadas acima, concluímos com dez afirmações sobre a missão e a evangelização nos dias de hoje.

Espírito de Missão: o sopro da vida

A Missão do Espírito

12. O Espírito de Deus – ruah – pairava sobre as águas no começo (Gn 1,2), sendo a fonte da vida e o sopro vital da humanidade (Gn 2,7). Na Bíblia Hebraica, o Espírito conduziu o povo de Deus – inspirando sabedoria (Pv 8), fortalecendo a profecia (Is 61,1), gerando vida nos ossos secos (Ez 37), alimentando sonhos (Joel 2) e trazendo renovação como forma de glória do Senhor no templo (2 Cr 7,1).

13. O mesmo Espírito de Deus, que “pairava sobre as águas” na criação, desceu sobre Maria (Lucas 1,35) e nos trouxe Jesus. Foi o Espírito Santo que fortaleceu Jesus no seu batismo (Marcos 1,10) e o encarregou do cumprimento de sua missão (Lucas 4,14-18). Jesus Cristo, cheio do Espírito de Deus, morreu na cruz. Ele entregou o espírito (João 19,30). Na morte, na frieza do túmulo, pelo poder do Espírito Santo foi elevado à vida, o primeiro a ressuscitar dos mortos (Rm 8,11).

14. Depois de sua ressurreição, Jesus Cristo apareceu à sua comunidade e

enviou seus discípulos em missão. “Como o Pai me enviou, eu vos envio” (João 20, 21-22). Pelo dom do Espírito Santo, “o poder que vem do alto”, eles se organizaram numa nova comunidade de testemunho de esperança em Cristo (Lucas 24,49; Atos 1,8). No Espírito de unidade, a Igreja primitiva vivia unida e partilhava seus bens entre seus membros (Atos 2, 44-45).

15. A universalidade da economia do Espírito na criação e a particularidade do trabalho do Espírito na redenção têm que ser compreendidas juntas como missão do Espírito para o novo céu e nova terra, quando Deus finalmente será “tudo em todos” (1 Cor 15,24-28). O Espírito Santo age no mundo freqüentemente de maneiras misteriosas e desconhecidas, além da nossa imaginação (Lucas 1,34-35; João 3,8; Atos 2, 16-21).

16. O testemunho da Bíblia mostra uma variedade de compreensões do papel do Espírito Santo na missão. Uma perspectiva do papel do Espírito Santo na missão enfatiza o Espírito Santo como totalmente dependente de Cristo, como o Paráclito e aquele que virá como Conselheiro e Advogado somente depois que Cristo tenha ido para o Pai. O Espírito Santo é visto como presença continuada de Cristo, seu agente no cumprimento da tarefa da missão. Essa compreensão leva a uma missiologia centrada no envio e no seguir adiante. Portanto, uma pneumatologia centrada na missão de Cristo reconhece que a missão tem, em sua essência, uma base cristológica e relaciona a ação do Espírito Santo com a salvação através de Jesus Cristo.

17. Uma outra perspectiva enfatiza que o Espírito Santo é o “Espírito da Verdade” que nos conduz à “plena verdade” (João 16,13) e sopra onde quer (João 3,8), assim envolvendo o conjunto cósmico; proclama o Espírito Santo como fonte de Cristo e a Igreja como a escatológica união (synaxis) do povo de Deus no Reino de Deus. Essa segunda perspectiva sugere que os fiéis sigam na paz (na missão) depois de terem experimentado na sua reunião eucarística o escatológico Reino de Deus como uma visão e um gosto antecipado do que ele será. A missão como processo é assim o resultado, em vez de ser a origem da Igreja, e é chamada de “liturgia após a Liturgia”.²

18. O que fica claro é que pelo Espírito participamos da missão de amor que é o coração da vida da Trindade. Isso resulta no testemunho cristão que incessantemente proclama o poder salvífico de Deus através de Jesus Cristo e continuamente afirma o envolvimento dinâmico de Deus, através do Espírito Santo, no conjunto do mundo criado. Todos os que respondem ao derramamento do amor de Deus estão chamados a se unirem com o Espírito na missão de Deus.

² Veja Íon Bria, *A Liturgia após a Liturgia: Missão e Testemunho a partir de uma Perspectiva Ortodoxa* (Genebra: Publicações do CMI, 1996). O termo foi originariamente criado pelo arcebispo Anastasios Yannoulatos e amplamente divulgado por Íon Bria.

Missão e florescimento da Criação

19. A missão é o transbordamento do infinito amor do Deus Triuno. A missão de Deus começa com o ato da criação. A vida da criação e a vida de Deus estão interligadas. A missão do Espírito de Deus nos envolve a todos numa permanente oferta de graça. Somos, portanto, chamados a ir além de uma abordagem estreita, centrada no humano, e a assumir formas de missão que expressem nosso reconciliado relacionamento com toda a vida criada. Ouvimos o grito da terra quando escutamos os gritos dos pobres e sabemos que, desde o começo, a terra a terra clama a Deus por causa da injustiça da humanidade. (Gn 4,10).

20. A missão centrada na criação já é um movimento positivo em nossas Igrejas através de campanhas em defesa da ecologia e de modos de vida mais sustentáveis e do desenvolvimento de espiritualidades que respeitam a natureza na terra. No entanto, temos às vezes esquecido que o conjunto da criação está incluído na unidade reconciliada para a qual estamos sendo chamados (2 Cor 5,18-19). Não cremos que a terra possa ser descartada e somente as almas serão salvas; tanto a terra como nossos corpos têm que ser transformados através da graça do Espírito. Como está testemunhado na visão de Isaías e na revelação de João, o céu e a terra serão novos (Is 11,1-9; 25,6-10; 66,22; Ap 21.1-4)

21. Nossa participação na missão, nossa existência na criação e nossa prática de vida no Espírito precisam ser relacionadas, porque são mutuamente transformadoras. Não devemos buscar uma sem as outras. Se fizermos isso, cairemos numa espiritualidade individualista que nos leva a crer em algo falso: que podemos pertencer a Deus sem pertencer ao nosso próximo. Ficaremos com uma espiritualidade que simplesmente permite que nos sintamos bem enquanto outras partes da criação estão feridas e gemendo.

22. Precisamos de uma nova conversão (metanoia) em nossa missão que nos convida a uma nova humildade em relação à missão do Espírito de Deus. Tendemos a entender e a vivenciar a missão como algo feito pela humanidade para outros. Em vez disso, seres humanos podem participar em comunhão com o conjunto da criação na celebração da obra do criador. De muitas maneiras a criação está em missão a favor da humanidade; por exemplo: o mundo natural tem um poder que pode curar o coração e o corpo humano. A literatura sapiencial na Bíblia mostra o louvor da criação em relação ao Criador (Sl 9,1-4;66,1; 96,11-13; 98,4; 100,1; 150,6). A alegria e o louvor pela obra do Criador é uma das fontes de nossa espiritualidade (Jó 38 e 39).

23. Queremos afirmar nossa ligação espiritual com a criação, mas a realidade é que a terra está sendo poluída e indevidamente usada. O consumismo põe em ação não um desenvolvimento sem limites mas uma exploração sem fim dos recursos da terra. A ganância humana está contribuindo para o aquecimento global e outras

formas de mudança climática. Se essa tendência continuar e a terra ficar fatalmente danificada, o que podemos imaginar que seria salvação? A humanidade não pode ser salva sozinha enquanto perece o resto do mundo criado. A justiça ecológica não pode ser separada da salvação, e a salvação não pode vir sem uma nova humildade que respeite as necessidades de toda a vida sobre a terra.

Dons espirituais e discernimento

24. O Espírito Santo oferece de modo gratuito e imparcial dons (1Cor 12, 8-10; Rm 12, 6-8; Ef 4,11) que se destinam à partilha para o benefício de outros (1 Cor 12,7; 14,26) e para a reconciliação do conjunto da criação (Rm 8,19-23). Um dos dons do Espírito Santo é o discernimento dos espíritos (1 Cor 12,10). Discernimos o Espírito de Deus sempre que a vida é afirmada em plenitude e em todas as suas dimensões, incluindo a libertação dos oprimidos, a cura e a reconciliação de comunidades quebradas e a restauração da criação. Também discernimos espíritos do mal quando prevalecem forças de morte e destruição da vida.

25. Os primeiros cristãos, como tantos de hoje, viveram a experiência de um mundo com muitos espíritos. O Novo Testamento dá testemunho da diversidade de espíritos, incluindo espíritos malévolos, espíritos “encarregados de ministérios” (ou seja: anjos, Hb 1,14), “principados” e “potestades” (Ef 6,12), a besta (Ap 13,1-7), e outros poderes, tanto bons como do mal. O apóstolo Paulo também dá testemunho de alguma espécie de luta espiritual (Ef 6,10-18; 2 Cor 10,4-6) e outros escritos apostólicos contêm injunções de resistência ao mal (Tiago 4,7; 1 Pe 5,8). As Igrejas são chamadas a discernir a ação do Espírito doador de vida enviado ao mundo e a se unir ao Espírito Santo no trabalho de fazer acontecer o Reino de justiça de Deus (Atos 1, 6-8). Quando conseguimos discernir a presença do Espírito Santo, somos chamados a responder, reconhecendo que o Espírito de Deus é frequentemente revolucionário, nos levando para além das fronteiras e nos surpreendendo.

26. Nosso encontro com o Deus Triuno é interior, pessoal e comunitário mas também nos direciona para fora, no empenho missionário. Os tradicionais símbolos e títulos do Espírito (como fogo, luz, orvalho, fonte, unção, cura, aquecimento, consolo, conforto, força, repouso, lavagem, brilho) mostram que o Espírito tem familiaridade com nossas vidas e está conectado com todos os aspectos de relacionamento, vida e criação com os quais a missão se ocupa. Somos conduzidos pelo Espírito a várias situações e momentos, a pontos de encontro com outros, a espaços de convívio e a ambientes de críticas e lutas humanas.

27. O Espírito Santo é o Espírito de sabedoria (Is 11,3; Ef 1,17) e nos guia para toda verdade (João 16,13). O Espírito inspira a criatividade e as culturas humanas e por isso faz parte da nossa missão reconhecer, respeitar e cooperar com a sabedoria a

favor da vida em todas as culturas e contextos. Lamentamos que a atividade missionária ligada à colonização tenha freqüentemente desprezado culturas e falhado em reconhecer a sabedoria do povo nativo. A sabedoria e a cultura regionais que forem a favor da vida são dons do Espírito de Deus. Temos recebido testemunhos de povos cujas tradições têm sido desprezadas e ridicularizadas por teólogos e cientistas e que, apesar disso, têm uma sabedoria que nos oferece muitas vezes novas e vitais orientações que podem nos conectar de novo com a vida do Espírito na criação, que nos ajudam a considerar os caminhos pelos quais Deus se revela na criação.

28. A afirmação de que o Espírito está conosco é algo que não cabe a nós fazer, mas outros é que devem reconhecer essa presença na vida que levamos. O apóstolo Paulo expressa isso encorajando a Igreja a apresentar os frutos do Espírito, que incluem amor, alegria, paz, paciência, bondade, generosidade, fidelidade e domínio próprio (Gal 5,23). Ao apresentarmos esses frutos, esperamos que outros irão perceber o amor e o poder do Espírito em ação.

29. O autêntico testemunho missionário não está apenas no que fazemos na missão mas inclui como vivemos nossa missão. A Igreja em missão só pode ser sustentada por espiritualidade profundamente enraizada na comunhão de amor da Trindade. A espiritualidade é que dá a nossas vidas seu sentido mais profundo. Ela estimula, motiva e dá dinamismo à caminhada da vida. É energia para a vida em sua plenitude e nos chama a um compromisso para resistir a todas as forças, poderes e sistemas que negam, destroem e reduzem a vida.

30. A espiritualidade da missão é sempre transformadora. A espiritualidade da missão resiste e busca transformar todos os valores e sistemas que destroem a vida, onde quer que eles estejam em ação em nossa economia, em nossa política e mesmo em nossas Igrejas. “Nossa fidelidade a Deus e o dom gratuito da vida que nos vem de Deus nos impelem a confrontar concepções idólatras, sistemas injustos, políticas de dominação e exploração de nossa atual ordem econômica mundial. A economia e a justiça econômica são sempre temas de fé na medida em que tocam o próprio centro da vontade de Deus para a criação.”³ A espiritualidade da missão nos motiva a servir à economia de vida que vem de Deus, não de Mamom, a partilhar a vida na mesa de Deus em vez de satisfazer ambições individuais, a buscar mudança na direção de um mundo melhor enquanto enfrentamos o interesse pessoal dos poderosos que desejam manter seu status quo.

31. Jesus nos disse “Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24). A política de crescimento ilimitado através do domínio do mercado livre global é uma

³ Alternative Globalization Addressing Peoples and Earth (AGAPE) – Um documento publicado em Genebra: publicação do Conselho Mundial de Igrejas, 2005.

ideologia que proclama não ter alternativa, exigindo um fluxo permanente de sacrifícios dos pobres e da natureza. “Ela traz a falsa promessa de que pode salvar o mundo através da criação de riqueza e prosperidade, proclamando soberania sobre a vida e exigindo total adesão, o que chega a ser idolatria”⁴. Esse é um sistema global de Mamon que protege o crescimento ilimitado de riqueza somente dos ricos e poderosos, através de uma exploração sem fim. A torre de ganância está ameaçando a totalidade da casa de Deus. O Reino de Deus está em direta oposição ao império de Mamon.

32. A transformação pode ser compreendida à luz do mistério pascal: “Se morremos com Cristo, com ele viveremos; se com ele sofremos, com ele reinaremos” (2 Tim 2,11-12). Em situações de opressão, a cruz de Cristo é o poder de Deus para a salvação (1 Cor 1,18). Mesmo em nosso tempo, alguns têm pago com sua vida por seu testemunho cristão, lembrando a todos nós o custo do discipulado. O Espírito dá aos cristãos coragem para viver de acordo com sua convicção, mesmo diante de perseguição e martírio.

33. A cruz nos chama ao arrependimento diante do mau uso do poder e do uso do tipo errado de poder na missão e na Igreja. “Perturbados pelas assimetrias e desigualdades de poder que nos dividem e nos causam problemas na Igreja e no mundo, somos chamados ao arrependimento, a uma reflexão crítica sobre os sistemas de poder e a um uso responsável das estruturas de poder.”⁵ O Espírito fortalece os sem poder e desafia os poderosos a renunciar a seus privilégios em benefício dos desamparados.

34. A experiência da vida no Espírito é sentir o gosto da vida em sua plenitude. Somos chamados a testemunhar num movimento a favor da vida, celebrando tudo que o Espírito continua a chamar à existência, caminhando em solidariedade para cruzar os rios de desespero e ansiedade (Sl 23; Is 43,1-5). A missão gera em nós uma renovada consciência de que o Espírito Santo vem ao nosso encontro, nos desafia em todos os níveis da vida e traz novidade e mudança a lugares e tempos de nossas jornadas pessoais e coletivas.

35. A Espírito Santo está presente conosco como companheiro, mas nunca é domesticado ou amansado. Entre as surpresas do Espírito estão as maneiras pelas quais age a partir de situações que parecem ser de marginalização e através de pessoas que parecem estar excluídas.

Espírito de libertação: missão a partir das margens

36. O propósito de Deus para o mundo não é criar outro mundo, mas recriar o que Ele já havia criado com amor e sabedoria. Jesus começou seu ministério clamando

⁴ Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, *Confissão de Accra: Fazendo aliança pela Justiça: na Economia e na Terra (2004)* § 10.

⁵ Edimburgo 2010, *Common Call* §4

do para ser preenchido pelo Espírito para libertar os oprimidos, abrir olhos que eram cegos e anunciar a chegada do Reino de Deus (Lucas 4,16-18). Ele foi cumprindo sua missão escolhendo ficar com as pessoas marginalizadas de seu tempo, não por causa de uma caridade paternalista mas porque a situação deles mostrava o estado de pecado do mundo e as aspirações deles por mais vida mostravam os objetivos de Deus.

37. Jesus Cristo se relaciona com os que estão marginalizados na sociedade e os acolhe, a fim de enfrentar e transformar tudo que é negação da vida. Isso inclui culturas e sistemas que geram e sustentam massivamente a pobreza, a discriminação e a desumanização e que exploram ou destroem as pessoas e a terra. A missão a partir das margens pede uma compreensão das complexidades das dinâmicas de poder, dos sistemas e estruturas globais, das realidades de cada contexto. A missão cristã às vezes foi compreendida e praticada de modos que deixaram de reconhecer o alinhamento de Deus com aqueles que são firmemente empurrados para a marginalidade. Portanto, a missão a partir das margens convida a Igreja a re-imaginar a missão como vocação vinda do Espírito de Deus, que trabalha por um mundo em que a plenitude da vida esteja acessível a todos.

Por que margens e marginalização?

38. A missão a partir da margem busca se contrapor às injustiças na vida, na Igreja e na missão. Procura ser um movimento missionário alternativo que contraria a percepção de que a missão só pode ser feita pelos poderosos para os sem poder, pelos ricos para os pobres ou pelos privilegiados para os marginalizados. Tais abordagens podem contribuir para a opressão e a marginalização. A missão a partir das margens reconhece que estar no centro significa ter acesso a sistemas que possibilitam que a pessoa tenha seus direitos, sua liberdade, sua individualidade reconhecidos e respeitados; viver à margem significa ser excluído da justiça e da dignidade. No entanto, viver à margem pode trazer certas lições. Pessoas nas margens têm capacidade de ação e podem frequentemente enxergar o que, a partir do centro, fica fora da visão. Pessoas nas margens, vivendo em situação vulnerável, muitas vezes sabem que forças exclusivistas estão ameaçando sua sobrevivência e podem perceber melhor a urgência de suas lutas; pessoas em situação de privilégio têm muito a aprender a partir da luta diária dos que vivem em condições de marginalidade.

39. Pessoas marginalizadas têm dons vindos de Deus que são pouco utilizados por causa de sua falta de poder e de não ter tido acesso a oportunidades e/ou justiça. Através de suas lutas pela vida, pessoas marginalizadas são reservatórios da esperança ativa, da resistência coletiva e da perseverança que são necessárias para alguém permanecer fiel ao prometido Reino de Deus.

40. Sendo o contexto da atividade missionária capaz de influenciar sua perspectiva e seu caráter, a posição social de todos os envolvidos no trabalho missionário

deve ser levada em consideração. As reflexões sobre a missão precisam reconhecer os diferentes valores que moldam as perspectivas missionárias. O objetivo da missão não é simplesmente trazer as pessoas das margens para os centros de poder, mas enfrentar os que permanecem no centro às custas da marginalização de outros. Em vez disso, as Igrejas são chamadas a transformar as estruturas de poder.

41. As expressões dominantes da missão, no passado e hoje, têm sido muitas vezes direcionadas para as pessoas às margens das sociedades. Assim aqueles que se situam nas margens são geralmente vistos como destinatários e não como agentes ativos da ação missionária. A missão expressada dessa maneira tem também muitas vezes sido cúmplice de sistemas opressores que negam os direitos da vida. Tem frequentemente se aliado aos privilégios do centro e falhado bastante na hora de desafiar sistemas econômicos, sociais, culturais e políticos que têm marginalizado alguns povos. A missão a partir do centro é motivada por uma atitude de paternalismo e um complexo de superioridade. Historicamente, essa situação tem considerado o cristianismo e a cultura ocidental como equivalentes, o que tem produzido conseqüências adversas, incluindo a negação da plena identidade pessoal das vítimas de tal marginalização.

42. Uma grande preocupação das pessoas nas margens é a falha manifestada por sociedades, culturas, civilizações, nações e mesmo Igrejas em honrar a dignidade e o valor de todas as pessoas. A injustiça está nas raízes das desigualdades que dão origem à marginalização e à opressão. O desejo de Deus por justiça é inseparavelmente ligado à natureza e à soberania de Deus: “pois é o Senhor, vosso Deus, que é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores... que faz justiça ao órfão e à viúva e que ama o migrante, dando-lhe pão e manto.” (Dt 19, 17-18). Toda atividade missionária precisa, portanto, salvaguardar o sagrado valor de cada ser humano e da Terra (Cf Is 58).

Missão como luta e resistência

43. A afirmação da missão de Deus (missio Dei) aponta para a crença em Deus como aquele que age na História e na criação, em realidades concretas de tempo e contextos, que busca a plenitude da vida para toda a Terra através de justiça, paz e reconciliação. A participação na ação contínua de Deus na libertação e reconciliação pelo Espírito Santo inclui, portanto, discernir e desmascarar os demônios que exploram e escravizam. Por exemplo, isso envolve a desconstrução de ideologias patriarcais, apoiando o direito à auto-determinação de povos indígenas e enfrentando o domínio social de castas e o racismo.

44. A esperança da Igreja está enraizada no prometido estabelecimento do Reino de Deus. Isso envolve a restauração das relações corretas entre Deus, a humanidade e o conjunto da criação. Mesmo que essa visão se refira a uma realidade escatológica, ela fortalece e molda nossa atual participação na obra salvadora de Deus neste penúltimo período.

45. A participação na missão de Deus segue o caminho de Jesus, que veio para servir, não para ser servido (Marcos 10,45), que derruba os orgulhosos e poderosos e exalta os humildes (cf Lucas 1,46-55), e cujo amor se caracteriza por relações mútuas, reciprocidade e interdependência. Isso, portanto, requer um compromisso na luta e na resistência aos poderes que põem obstáculo à plenitude de vida que Deus deseja para todos, e uma disposição de trabalhar com todas as pessoas envolvidas em movimentos e iniciativas comprometidas com as causas da justiça, da dignidade e da vida.

A missão em busca da justiça e da inclusão

46. A boa nova do Reino de Deus é sobre a promessa da consolidação de um mundo justo e inclusivo. A inclusão gera justos relacionamentos na comunidade da humanidade e da criação, com mútuo reconhecimento de pessoas e criação e mútuo respeito e sustentação do valor sagrado de cada um. Ela também facilita a plena participação de cada um na vida da comunidade. O Batismo em Cristo traz, por toda a vida, um compromisso de mostrar essa esperança pela superação de barreiras, a fim de descobrir uma identidade comum debaixo da soberania de Deus (Gal 3,27-28). Portanto, discriminação de todo tipo contra quaisquer seres humanos é inaceitável do ponto de vista de Deus.

47. Jesus promete que os últimos serão os primeiros (Mateus 20,16). À medida que a Igreja põe em prática a radical hospitalidade com os rejeitados da sociedade, ela demonstra compromisso na incorporação de valores do Reino de Deus (Is 58,6). À medida que ela denuncia o autocentrismo como um modo de vida, ela cria espaço para o Reino de Deus envolver a existência humana. À medida que ela renuncia à violência em suas manifestações físicas, psicológicas e espirituais, tanto nas interações pessoais como nos sistemas econômicos, políticos e sociais, ela testemunha o Reino de Deus em ação no mundo.

48. Na realidade, entretanto, a missão, o dinheiro e poder político são parceiros estratégicos. Embora nossa linguagem teológica e missionária fale bastante sobre a missão da Igreja ser vivida na solidariedade com os pobres, às vezes na prática ela se preocupa mais com estar no centro do poder, comendo com os ricos, e fazendo campanha para conseguir dinheiro para manter a burocracia eclesial. Isso coloca desafios específicos na reflexão sobre o que é boa nova para pessoas que são privilegiadas e poderosas.

49. A Igreja é chamada a tornar presente o plano de Deus, santo e favorável à vida, que foi revelado em Jesus Cristo. Isso significa rejeitar valores e práticas que levam à destruição da comunidade. Os cristãos são chamados a reconhecer a natureza pecaminosa de todas as formas de discriminação e a transformar estruturas injustas. Esse chamado coloca certas expectativas em relação à Igreja. A Igreja precisa rejeitar a presença de forças opressoras em suas estruturas, agindo de modo diferente, como uma comunidade capaz de contrariar essa tendência. O mandato bíblico para a co-

munidade da aliança em ambos os Testamentos se caracteriza pelo lema: “entre vocês não seja assim” (Mateus 20,26).

Missão como cura e integridade de saúde

50. Ações a favor de cura e plenitude de vida de pessoas e comunidades são expressões importantes da missão. A cura não era apenas um aspecto central do ministério de Jesus mas também uma característica do chamado que ele dirigia a seus seguidores para dar continuidade a seu trabalho (Mateus 10,1). A cura é também um dos dons do Espírito Santo (1 Cor 12,9; Atos 3). O Espírito capacita a Igreja para uma missão de cuidado com a vida, que inclui por um lado oração, atendimento pastoral e cuidado profissional com a saúde e, por outro, denúncia profética das raízes das causas do sofrimento, transformação de estruturas que produzem injustiça e incentivo à pesquisa científica.

51. Saúde é mais do que bem estar físico ou mental e a cura não é primariamente uma questão de medicina. Essa compreensão da saúde é coerente com a tradição bíblico-teológica da Igreja, que vê no ser humano uma unidade multi dimensional de corpo, alma e mente inter-relacionados e interdependentes. Assim se afirmam as dimensões social, política e ecológica de personalidade integral. Saúde, em sua integridade, é uma condição relacionada à promessa de Deus para o fim dos tempos bem como uma real possibilidade para o presente.⁶ Saúde integral não é um balanço estático de harmonia mas envolve também uma vida em comunidade com Deus, as pessoas e a criação. O individualismo e a injustiça são barreiras para a construção da comunidade e, portanto, para a plenitude de vida. Discriminação a partir de condições de saúde ou deficiência – incluindo HIV e AIDS – é contrária ao ensinamento de Jesus. Quando todas as partes de nossas vidas individuais e corporativas que ficaram de lado são incluídas, e quando os negligenciados ou marginalizados são reunidos no amor de tal maneira que se possa experimentar uma saúde integral, podemos perceber sinais do Reino de Deus na terra.

52. As sociedades tendem a ver deficiência ou doença como uma manifestação de pecado ou um problema a ser resolvido pela medicina. O modelo médico tem enfatizado a correção ou cura do que é visto como “deficiência” no indivíduo. Muitos dos que são marginalizados, no entanto, não se percebem como “deficientes” ou “doentes”. A Bíblia relata muitas situações em que Jesus curou pessoas com variadas enfermidades mas, de modo igualmente importante, ele recolocou pessoas nos seus legítimos lugares dentro da estrutura da comunidade. A cura diz mais respeito à restauração da integridade do que à correção de algo percebido como deficiência. Para restaurar a integridade, as partes que ficaram de lado precisam ser recuperadas. A fixação na idéia de cura é assim uma perspectiva que precisa ser superada para que

⁶ Cura e integridade: O papel das Igrejas na Saúde (Genebra, Publicações do CMI, 1990), 6.

se possa valorizar o centro da mensagem bíblica. A missão deve incentivar a plena participação de pessoas com deficiências e doenças na vida da Igreja e da sociedade.

53. A missão médica cristã tem como objetivo conseguir saúde para todos, permitindo que todas as pessoas do planeta venham a ter acesso a um cuidado de saúde de boa qualidade. Há muitas maneiras pelas quais as Igrejas podem ser - e são - envolvidas na questão da saúde e da cura de modo integral. Elas criam ou sustentam clínicas e hospitais missionários; oferecem serviços de aconselhamento, grupos de cuidadores e programas de saúde; Igrejas locais podem criar grupos que visitam os membros doentes da congregação. Processos de cura poderiam incluir oração com e pelos doentes, confissão e perdão, imposição de mãos, unção com óleo e o uso de dons espirituais carismáticos (1 Cor 12). Mas também é preciso perceber que formas inadequadas de adoração cristã, incluindo serviços triunfalistas de cura nos quais o curador é glorificado em vez de Deus e falsas expectativas são alimentadas, podem prejudicar profundamente as pessoas. Isso não significa negar a intervenção miraculosa de Deus em certos casos de cura.

54. Como comunidade de pessoas imperfeitas e sendo parte de uma criação que geme em dor e anseia por libertação, a comunidade cristã pode ser um sinal de esperança e uma expressão do Reino de Deus aqui na terra (Rm 8,22-24). O Espírito Santo trabalha pela justiça e pela cura de muitas maneiras e fica contente por estar presente na comunidade particular que é chamada a ser agente da missão de Cristo.

Espírito de comunidade: Igreja a caminho

A missão de Deus e a vida da Igreja

55. A vida da Igreja nasce do amor do Deus Triuno. “Deus é amor” (1 Jo 4,8). A missão é uma resposta ao apelo do amor de Deus evidenciado na criação e na redenção. “O amor de Deus nos convida” (*Caritas Christi urget nos*). Essa comunhão (*koinonia*) abre nossos corações e nossas vidas a nossos irmãos e irmãs no mesmo movimento da partilha do amor de Deus (2 Cor 5,18-21). Vivendo nesse amor de Deus, a Igreja é chamada a se tornar boa nova para todos. A partilha transbordante do amor do Deus Triuno é a fonte da missão e da evangelização.

56. O amor de Deus, manifestado no Espírito Santo, é um dom de inspiração para toda a humanidade “em todos os tempos e lugares”⁷ e para todas as culturas e situações. A presença poderosa do Espírito Santo, revelada em Jesus Cristo, o Senhor crucificado e ressuscitado, nos encaminha à plenitude de vida que é o dom de Deus para cada um de nós. Através de Cristo no Espírito Santo, Deus se faz presente na Igreja, revelando seus propósitos para o mundo, capacitando e impulsionando seus membros a participar na realização desses propósitos.

⁷ Conselho Mundial de Igrejas, Comissão de Fé e Ordem, Batismo, Eucaristia e Ministério, (Genebra: WCC Publicações, 1982) § 19

57. A Igreja nem sempre existiu na História mas, tanto teológica como empiricamente, surgiu por causa da missão. Não é possível separar Igreja e missão em relação a origem ou objetivo. Cumprir o propósito missionário de Deus é o objetivo da Igreja. A relação entre Igreja e missão é muito íntima porque o mesmo Espírito de Cristo que fortalece a Igreja em missão é também a vida da Igreja. Ao mesmo tempo que enviou a Igreja ao mundo, Jesus Cristo soprou sobre ela o Espírito Santo (João 20,19-23). Portanto, a Igreja existe pela missão, da mesma forma que o fogo existe pela chama. Se ela não se envolve em missão, deixa de ser Igreja.

58. Começar com a missão de Deus leva a uma abordagem eclesiológica “a partir de baixo”. Nessa perspectiva não é Igreja que tem uma missão, mas é a missão que tem uma Igreja. A missão não é um projeto de expansão de Igrejas, mas é a Igreja apresentando a salvação de Deus ao mundo. Disso deriva uma compreensão dinâmica da característica apostólica da Igreja: essa função apostólica não significa apenas guardar a fé da Igreja através dos tempos, mas também participar do apostolado. Assim as Igrejas, principalmente e acima de tudo, precisam ser missionárias.

A missão de Deus e a unidade da Igreja

59. Viver nossa fé em comunidade é uma forma importante de participar da missão. Através do Batismo, nos tornamos irmãos e irmãs que juntos pertencem a Cristo (Hb 10,25). A Igreja é chamada a ser uma comunidade inclusiva que acolhe a todos. Por palavras e ações e por seu próprio modo de ser, a Igreja experimenta e testemunha a visão de Reino de Deus que vem. A Igreja é a união dos fiéis e a caminhada deles na direção da paz.

60. Na prática como na teologia, a missão e a unidade devem estar juntas. A esse respeito, a integração, acontecida em 1961, do Conselho Internacional Missionário com o Conselho Mundial de Igrejas foi um passo significativo. Essa experiência histórica nos anima a acreditar que missão e Igreja podem ficar juntas. Esse objetivo, no entanto, ainda não foi plenamente atingido. Temos que prosseguir nessa caminhada em nosso século com renovadas tentativas para que a Igreja se torne realmente missionária.

61. As Igrejas percebem hoje que em muitos aspectos ainda não são corporações adequadas à missão de Deus. Às vezes ainda prevalece um sentido de separação entre Igreja e missão. A falta de plena e real unidade na missão ainda prejudica a autenticidade e a credibilidade do cumprimento da missão de Deus neste mundo. Nosso Senhor orou pedindo “que sejam um... para que o mundo creia” (João 17,21). Assim, missão e unidade estão interligadas. Conseqüentemente há uma necessidade de ampliar nossas reflexões sobre Igreja e unidade para uma mais completa compreensão da unidade: a unidade da humanidade e mesmo a unidade cósmica do conjunto da criação de Deus.

62. O ambiente altamente competitivo da economia do livre mercado tem infelizmente influenciado algumas Igrejas e movimentos para-eclesiais produzindo desejo de ser “vencedores” em relação a outros. Isso pode até levar à adoção de técnicas agressivas para persuadir cristãos que já pertencem a uma Igreja a mudar sua adesão denominacional. Buscar crescimento numérico a todo custo é incompatível com o respeito por outros que se requer dos discípulos de Cristo. Jesus se tornou nosso Cristo, não através de poder ou dinheiro, mas através de seu despojamento (kenosis) e morte na cruz. Essa humilde compreensão da missão não apenas modela nossos métodos, mas é a própria natureza e essência de nossa fé em Cristo. A Igreja é uma servidora na missão de Deus e não senhora do processo. A Igreja missionária glorifica Deus com amor despojado.

63. As comunidades cristãs em sua diversidade são chamadas a conhecer e praticar maneiras de testemunho comum num espírito de companheirismo e cooperação, incluindo formas de evangelização mutuamente respeitadas e responsáveis. O testemunho comum é o que “Igrejas, mesmo enquanto separadas, levam juntas, especialmente através de esforços conjuntos, manifestando quaisquer dons divinos de verdade e vida que já partilham e experimentam em comum.”⁸

64. A natureza missionária da Igreja também significa que precisa haver um caminho para que Igrejas e estruturas para-eclesiais possam se aproximar num bom relacionamento. A integração do Conselho Missionário Internacional com o Conselho Mundial de Igrejas nos trouxe uma nova estrutura para a consideração da unidade entre Igreja e missão. Enquanto as discussões sobre unidade vinham sendo muito centradas em questões estruturais, as agências missionárias podem representar flexibilidade e subsidiaridade na missão. Enquanto movimentos para-eclesiais podem se sentir responsáveis e direcionados através de uma ancoragem eclesial, estruturas para-eclesiais podem ajudar as Igrejas a não esquecer seu caráter apostólico dinâmico.

65. A Comissão Mundial para a Missão e Evangelização (CWME), herdeira direta das iniciativas de Edimburgo 2010 no campo da cooperação e unidade, fornece uma estrutura para Igrejas e agências missionárias buscarem maneiras de expressar e fortalecer a unidade na missão. Sendo parte integrante do Conselho Mundial de Igrejas, a CWME tem sido capaz de ir ao encontro de novas compreensões da missão e da unidade nas Igrejas Católica, Ortodoxa, Anglicana, Protestante, Evangélica, Pentecostal e Indígenas de todas as partes do globo. Em particular, o contexto do Conselho Mundial de Igrejas tem facilitado relações próximas de trabalho com a Igreja Católica Romana. Uma crescente intensidade na colaboração com evangéli-

⁸ Thomas F. Best e Gunther Gassmann, *A caminho de mais completa koinonia: Relatório Oficial da Quinta Conferência sobre Fé e Ordem, Santiago de Compostela 1993* (Genebra: Publicações do CMI, 1994). 254

cos, especialmente com o Movimento de Lausanne para Evangelização Mundial e a Aliança Evangélica Mundial, tem contribuído também intensamente para o enriquecimento da reflexão teológica ecumênica sobre a missão na unidade. Juntos partilhámos uma aspiração comum de que a Igreja inteira venha a testemunhar o evangelho inteiro para o mundo inteiro⁹.

66. O Espírito Santo, o Espírito da unidade, une pessoas e Igrejas também, para celebrar a unidade na diversidade tanto de modo pro-ativo como construtivo. O Espírito providencia tanto o contexto dinâmico como os recursos necessários para as pessoas conhecerem suas diferenças num ambiente seguro, positivo e enriquecedor para que cresçam numa comunidade inclusiva e mutuamente responsável.

Deus fortalece a Igreja em missão

66. Através de Cristo no Espírito Santo, Deus habita a Igreja, fortalecendo e impulsionando seus membros. Assim, a missão se torna para os cristãos uma urgente necessidade que se impõe (1 Cor 9,16) e mesmo um teste e um critério para a vida autêntica em Cristo, para convidar outros a partilhar a plenitude de vida que Jesus veio trazer. Participar da missão de Deus, portanto, deveria ser natural para todos os cristãos e todas as Igrejas, não apenas para indivíduos em particular ou grupos especializados.¹⁰

68. O que dá credibilidade à mensagem cristã sobre o imenso amor de Deus pela humanidade e por toda a criação é nossa habilidade de falar a uma voz, onde for possível, e dar um testemunho comum e uma afirmação da esperança que está em nós (1Pe 3,15). As Igrejas têm, portanto, produzido um rico conjunto de declarações comuns, algumas conseguindo unir Igrejas, e de diálogos, buscando restaurar a unidade de todos os cristãos num único organismo vivo de cura e reconciliação. Uma redescoberta da ação do Espírito Santo na cura e reconciliação, que está no coração da missão teológica de hoje, tem significativas implicações ecumênica.¹¹

69. Mesmo reconhecendo a grande importância da unidade “visível” entre as Igrejas, a unidade não precisa ser buscada apenas ao nível de estruturas organizacionais. A partir de uma perspectiva missionária, é importante discernir o que ajuda a causa da missão de Deus. Em outras palavras, unidade na missão é a base para a visível unidade das Igrejas; isso tem também implicações para a organização da Igreja. Tentativas para obter a unidade precisam estar em sintonia com o chamado bíblico de busca de justiça. Nosso

⁹ Veja “A Igreja inteira levando o Evangelho inteiro ao mundo inteiro: Reflexões do grupo de trabalho de teologia de Lausanne” (2010).

¹⁰ Missão e Evangelização na Unidade, Documento de estudo de CWME (2000), § 13

¹¹ Veja “Missão como Ministério de Reconciliação”, em *Você é a luz do mundo: Declarações sobre Missão do Conselho Mundial de Igrejas 1980-2005*, ed. Jacques Matthey (Genebra: CMI Publicações, 2005) 90-162

chamado para a prática da justiça pode às vezes envolver a quebra de falsas unidades que silenciam e oprimem. A unidade genuína sempre traz inclusão e respeito por outros.

70. O contexto atual de migração em alta escala desafia o compromisso das Igrejas com a unidade de maneiras muito práticas. Dizem-nos: “não esqueçais a hospitalidade, pois, graças a ela, alguns, sem saber, acolheram anjos.” (Hebreus 13,2). Igrejas podem ser um lugar de refúgio para comunidades migrantes; podem também ser intencionalmente focos para envolvimento inter-cultural.¹² As Igrejas são chamadas à unidade para servir à missão de Deus para além das fronteiras étnicas e culturais e têm que criar um ministério e uma missão multi-culturais como expressão concreta de testemunho comum na diversidade. Isso pode levar à defesa da justiça no que diz respeito às políticas de migração e à resistência à xenofobia e ao racismo. Mulheres, crianças e trabalhadores sem documentos são freqüentemente os mais vulneráveis entre os migrantes em todos os contextos. Mas as mulheres são também freqüentemente parte ativa dos novos ministérios de migrantes.

71. A hospitalidade de Deus nos chama a superar as noções binárias de grupos culturalmente dominantes como anfitriões e migrantes e minorias como hóspedes. Em vez disso, na hospitalidade de Deus, Ele é o anfitrião e nós somos convidados pelo Espírito para participar com humildade e partilha mútua na missão de Deus.

Congregações locais: Novas iniciativas

72. Mesmo valorizando a unidade do Espírito na Igreja uma, também é importante respeitar os caminhos pelos quais cada congregação local é conduzida pelo Espírito para responder a suas próprias realidades contextuais. O mundo mudado de hoje pede novas congregações que tenham novas iniciativas. Por exemplo, no mundo secularizado do norte, novas formas de missão contextualizada, como “nova vida monástica”, “Igreja emergente” e “novas expressões” têm redefinido e revitalizado Igrejas. Conhecer novas formas contextuais de ser Igreja pode ser particularmente relevante para os jovens. Algumas Igrejas do norte agora se reúnem em bares, cafeterias ou espaços que foram de cinema. Envolver-se on line com a vida da Igreja é uma opção atraente para jovens que pensam de um modo não linear, visual e experiencial.

73. Como a Igreja primitiva do livro de Atos, congregações locais têm o privilégio de formar uma comunidade marcada pela presença do Cristo ressuscitado. Para muitas pessoas, aceitação ou recusa de se tornar membros da Igreja está ligada a sua experiência positiva ou negativa com uma congregação local, que pode ser tanto um obstáculo como um agente de transformação.¹³ Portanto, é vital que congregações

¹² Relatório do CMI Consulta sobre Missão e Eclesiologia das Igrejas Migrantes, Utrecht, Holanda, 16-21 de novembro de 2010. *International Review of Mission*, 100.1 392 (abril 2011): 104-107

¹³ Christopher Duraisingh, ed. *Chamado a uma esperança: o Evangelho em diversas culturas* (Genebra: Publicações cmi, 19980, 54

locais sejam constantemente renovadas e inspiradas pelo Espírito da missão. Congregações locais são fronteiras e agentes primários da missão.

74. O culto e os sacramentos desempenham um papel crucial na formação da espiritualidade transformadora e na missão. Ler a Bíblia dentro do contexto é também um recurso primordial para capacitar congregações locais para serem mensageiras e testemunhas da justiça e do amor de Deus. A liturgia no santuário somente tem plena integridade quando vivemos a missão que Deus nos deu em nossas comunidades na vida cotidiana. Congregações locais são, portanto, impelidas a sair de suas zonas de conforto e cruzar as fronteiras por causa da missão de Deus.

75. Mais do que nunca, congregações locais hoje podem desempenhar um papel chave no empenho em cruzar as fronteiras culturais e raciais e na afirmação da diferença cultural como um dom do Espírito. Em vez de ser percebida como parte do problema, a migração pode ser vista como oferta de novas possibilidades para as Igrejas se re-descobrirem de modo renovado. Ela apresenta oportunidades para a criação de Igrejas inter-culturais com muitas culturas em nível local. Todas as Igrejas podem criar espaço para diferentes comunidades culturais se unirem e aproveitarem emocionantes oportunidades para expressões contextuais da missão inter-cultural em nosso tempo.

76. Congregações locais podem também, como nunca em outros tempos, desenvolver conexões globais. Muitos laços transformadores e cheios de inspiração estão sendo formados entre Igrejas que estão geograficamente distantes e situadas em contextos bem diferenciados. Isso oferece possibilidades inovadoras, mas há também riscos. As crescentemente populares “viagens missionárias” de curto prazo podem ajudar a criar parcerias entre Igrejas em diferentes partes do mundo, mas em certos casos colocam um peso insustentável nas Igrejas locais pobres ou desconsideram de um modo geral as Igrejas já existentes. Embora haja certo perigo e necessidade de cautela em relação a tais viagens, as oportunidades de exposição em diferentes contextos culturais e sócio-econômicos podem também levar a uma mudança de longo termo quando os viajantes retornam a sua comunidade de origem. O desafio é encontrar caminhos para utilizar os dons espirituais que constroem a Igreja por inteiro em todo lugar (1 Cor 12-14).

77. A defesa da justiça não é mais prerrogativa unicamente de assembléias nacionais e escritórios centrais, mas é uma forma de testemunho que pede o engajamento das Igrejas locais. Por exemplo, a Década para a Superação da Violência (CMI 2001-2010) foi concluída com uma requisição na Convocação Internacional para a Paz Ecumênica que dizia que as “Igrejas precisam ajudar a identificar as escolhas diárias que podem gerar abuso ou promover direitos humanos, justiça de gênero, justiça em relação ao clima, unidade e paz.”¹⁴ A integração de Igrejas locais na vida diária

¹⁴ Glória a Deus e Paz na Terra: a mensagem da Convocação Internacional para a Paz Ecumênica, CMI, Kingston, Jamaica, 17-25 de maio 2011,2

lhes dá tanto motivação como legitimidade na luta pela justiça e pela paz.

78. A Igreja em todos os contextos geo-políticos e sócio-econômicos é chamada a servir (diakonia) – a viver a fé e a esperança da comunidade do povo de Deus, testemunhando o que Deus tem feito em Jesus Cristo. Através do serviço, a Igreja participa na missão de Deus, seguindo o caminho de seu Servidor Senhor. A Igreja é chamada a ser uma comunidade diaconal manifestando o poder de serviço em vez do poder de dominação, liberando e alimentando possibilidades para a vida e testemunhando a graça transformadora de Deus através de atos de serviço que levam adiante a promessa do Reino de Deus.¹⁵

79. À medida que a Igreja descobre mais profundamente sua identidade como comunidade missionária, seu caráter visível se expressa na evangelização.

Espírito de Pentecostes: Boa nova para todos

O chamado à evangelização

80. O testemunho (martyria) assume forma concreta na evangelização – a comunicação do conjunto do evangelho ao conjunto da humanidade no mundo inteiro. Seu objetivo é a salvação do mundo e a glória do Deus Triuno. A evangelização é a atividade missionária que torna explícita e sem ambigüidades a centralidade da encarnação, do sofrimento e da ressurreição de Jesus Cristo, sem colocar limites à graça salvadora de Deus. Ela busca partilhar sua Boa Nova com todos que ainda não a ouviram e os convida a uma experiência de vida em Cristo.

81. “A evangelização é o derramamento de corações que estão preenchidos com o amor de Deus por aqueles que ainda não o conhecem.”¹⁷ Em Pentecostes, os discípulos não podiam senão proclamar as poderosas palavras de Deus (Atos 2,4; 4,20). A evangelização, embora não excluindo as diferentes dimensões da missão, se focaliza na explícita e intencional articulação do evangelho, incluindo “o convite à conversão pessoal para uma vida nova em Cristo e para o discipulado.”¹⁸ Embora o Espírito Santo chame alguns para serem evangelizadores (Ef 4,11), todos somos chamados a dar testemunho da esperança que está em nós (1 Pe 3,15). Não apenas indivíduos, mas também a Igreja inteira unida é chamada a evangelizar (Marcos 16,15; 1 Pe 2,9).

82. O mundo de hoje está marcado por excessiva afirmação de identidades religiosas e persuasões que parecem quebrar e brutalizar em nome de Deus em vez

¹⁵ “*Diakonia no Século XXI: perspectivas teológicas*” Conferência do CMI sobre teologia da diakonia no século XXI, Colombo, Sri Lanka, 2-6 de junho 2012,2

¹⁶ *Resumos e relatórios do quarto encontro do Comitê Central*, CMI, Rolle, Suíça, 1951,66.

¹⁷ O movimento de Lausanne, *O compromisso de Cape Town*, 2010, parte 1, 7 (b).

¹⁸ Veja Congregação para a Doutrina da Fé, *Nota Doutrinal sobre alguns aspectos da evangelização*, No 12, 2007, 489-504.

de curar e alimentar comunidades. Em tal contexto, é importante reconhecer que o proselitismo não é um modo legítimo de praticar a evangelização.¹⁹ O Espírito Santo escolhe trabalhar em parceria com a pregação das pessoas e a demonstração da Boa Nova (cf Rom 10,14-15; 2 Cor 4,2-6), mas é somente o Espírito de Deus que cria nova vida e faz acontecer o renascimento (João 3, 5-8; 1 Ts 1,4-6). Reconhecemos que a evangelização às vezes tem sido distorcida e tem perdido credibilidade porque alguns cristãos forçaram “conversões” por meios violentos ou com abuso de poder. Em alguns contextos, no entanto, acusações de confissões forçadas são motivadas pelo desejo de grupos dominantes que querem que os marginalizados vivam com identidades reprimidas e em condições desumanas.

83. A evangelização é a partilha que alguém faz da sua fé e da sua convicção com outras pessoas, convidando-as ao discipulado, sejam elas ou não seguidoras de outras tradições religiosas. Tal partilha deve acontecer tanto com confiança como com humildade e deve ser uma expressão de nosso confessado amor por nosso mundo. Se declaramos amar Deus e amar nossos companheiros humanos, mas deixamos de partilhar com eles a Boa Nova com urgência e consistência, enganamos a nós mesmos a respeito da integridade de nosso amor por Deus e pelas pessoas. Não há maior dom que possamos oferecer a nossos companheiros humanos que partilhar com eles ou fazê-los sentir em suas vidas o amor, a graça, a misericórdia de Deus em Cristo.

84. A evangelização leva ao arrependimento, à fé e ao Batismo. Ouvir a verdade diante do pecado e do mal exige uma resposta – positiva ou negativa (João 4,28-29; cf Marcos 19,22). Isso produz conversão, envolvendo uma mudança de atitudes, prioridades e objetivos. Produz a salvação dos perdidos, a cura dos enfermos, a libertação dos oprimidos e de toda a criação.

85. “Evangelização”, embora não exclua as diferentes dimensões da missão, se focaliza na explícita e intencional articulação com o evangelho, incluindo “o convite à conversão pessoal a uma nova vida em Cristo e ao discipulado.”²⁰ Em diferentes Igrejas há diferentes compreensões de como o Espírito nos chama a evangelizar em nossos contextos. Para algumas, evangelização é primordialmente conduzir pessoas a uma conversão pessoal através de Jesus Cristo; para outras, evangelização versa sobre ser solidário e oferecer testemunho de Cristo pela presença junto aos oprimidos; outras ainda percebem a evangelização como um componente da missão que vem de

¹⁹ Comitê Central do CMI, Para um Testemunho Comum: um chamado para adotar relacionamentos responsáveis na missão e para renunciar ao proselitismo (1997).

²⁰ É importante perceber que nem todas as Igrejas compreendem evangelismo da maneira expressada acima. A Igreja Católica Romana se refere “evangelização” como a *missio ad gentes* (missão aos povos), dirigida àqueles que não conhecem Cristo. Num sentido mais amplo, é usada para descrever o trabalho pastoral ordinário, enquanto a frase “nova evangelização” designa a pastoral destinada a atingir aqueles que não mais praticam a fé cristã. Veja Congregação para a Doutrina da Fé, nota sobre Alguns Aspectos da Evangelização.

Deus. Diferentes tradições cristãs destacam aspectos da evangelização e da missão de maneiras diferentes; no entanto, ainda podemos afirmar que o Espírito nos chama a um entendimento da evangelização que está baseado na vida da Igreja local, onde o culto (*leiturgia*) está profundamente ligado ao testemunho (*martyria*), ao serviço (*diakonia*) e ao companheirismo (*koinonia*).

Evangelização seguindo o caminho de Cristo

86. Evangelização é partilha da Boa Nova tanto em palavra como em ação. A evangelização pela proclamação verbal ou pregação do Evangelho (*kerigma*) é profundamente bíblica. No entanto, se nossas palavras não são confirmadas com nossas ações, nossa evangelização perde a autenticidade. A combinação de declaração verbal e ação visível dá testemunho da revelação de Deus em Jesus Cristo e de seus objetivos. A evangelização está intimamente relacionada com a unidade: o amor de uns pelos outros é uma demonstração do Evangelho que proclamamos (João 13,34-35) enquanto a desunião é um embaraço para o Evangelho (1 Cor 1).

87. Há exemplos históricos e contemporâneos de serviço fiel e humilde prestado por cristãos, que trabalham nos seus próprios contextos locais, com os quais o Espírito faz parceria para trazer plenitude de vida. Também muitos cristãos que vivem e trabalham como missionários bem longe de seus próprios contextos culturais fazem isso com humildade, companheirismo e respeito; o Espírito de Deus também desperta aí comunidades que vão trazer transformação.

88. Lamentavelmente, às vezes, a evangelização tem sido praticada de maneiras que mais traem do que encarnam o Evangelho. Sempre que isso acontece, precisa-se de arrependimento. A missão ao jeito de Cristo envolve a afirmação da dignidade e dos direitos de outros. Somos chamados a servir aos outros como Cristo fez (cf. Marcos 10,45; Mateus 25,45), sem exploração ou qualquer forma de sedução.²¹ Em tais contextos individualizados, pode ser possível confundir evangelização com compra e venda de um “produto”, em que decidimos quais aspectos da vida cristã queremos levar adiante. Em vez disso, o Espírito rejeita a idéia de que a Boa Nova de Jesus para todos possa ser consumida de acordo com parâmetros capitalistas e o Espírito nos chama à conversão e transformação num nível pessoal, que nos leva à proclamação da plenitude de vida para todos.

89. A autêntica evangelização está baseada em humildade e respeito por todos e floresce no contexto do diálogo. Ela promove a mensagem do Evangelho, de cura e reconciliação, em palavras e obras. “Não há evangelização sem solidariedade; não há solidariedade cristã que não envolva a partilha da mensagem do Reino de Deus que

²¹ Conselho Mundial de Igrejas, Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e Aliança Evangélica Mundial, Testemunho Cristão num Mundo Multi Religioso: Recomendações de Conduta (2011).

vem chegando.”²² A evangelização, portanto, inspira a construção de relacionamentos inter-pessoais e comunitários. Tais relacionamentos autênticos são frequentemente alimentados nas comunidades locais de fé e se alicerçam em contextos culturais locais. O testemunho cristão se dá tanto por nossa presença como por nossas palavras. Em situações em que o público testemunho de fé de alguém não é possível sem risco da própria vida, viver simplesmente o Evangelho pode ser uma potente alternativa.

90. Ciente das tensões entre pessoas e comunidades de diferentes convicções religiosas, a autêntica evangelização precisa sempre ser orientada por valores de defesa da vida, como está relatado na declaração conjunta sobre “ Testemunho Cristão num Mundo Multi-religioso: Recomendações para Conduta”:

a) Rejeição de todas as formas de violência, discriminação e repressão pela autoridade secular e religiosa, incluindo aí o abuso de poder – psicológico ou social.

b) Afirmação da liberdade de religião para praticar e professar a fé sem qualquer medo de represália ou intimidação. Respeito mútuo e solidariedade que promovem a justiça, a paz e o bem comum para todos.

c) Respeito por todas as pessoas e culturas humanas, ao mesmo tempo em que se faz discernimento dos elementos de nossa própria cultura – como patriarcado, racismo, sistema de castas etc – que precisam ser desafiados pelo Evangelho.

d) Renúncia ao falso testemunho para poder escutar a fim de compreender o outro, dentro de um respeito mútuo.

e) Garantia de liberdade para um discernimento contínuo a ser feito por pessoas e comunidades como parte do processo de tomada de decisões.

f) Construção de relacionamentos com crentes que têm outros tipos de fé ou pessoas sem fé, para facilitar o mútuo entendimento, a reconciliação e a cooperação para o bem comum.²³

91. Vivemos em um mundo fortemente influenciado pelo individualismo, secularismo, materialismo e por outras ideologias que desafiam os valores do Reino de Deus. Embora o Evangelho seja no fim das contas Boa Nova para todos, é má notícia para as forças que promovem falsidade, injustiça e opressão. Nesse sentido, a evangelização é também uma vocação profética que envolve dizer a verdade diante do poder, com esperança e amor (Atos 26,25; Cl 1,5; Ef 4,15) O Evangelho é libertador e transformador. Sua proclamação precisa trazer transformação de sociedades com vistas à criação de comunidades justas e inclusivas.

92. Colocar-se contra o mal ou a injustiça e ser profético pode às vezes levar a enfrentar repressão e violência, e assim ter como consequência o sofrimento, a perse-

²² Relatório de San Antonio,26; CWME, Missão e Evangelização: uma Afirmação Ecumênica 91982),§ 34; Duraisingh, Chamados a Uma Esperança, 38.

²³ Veja *Testemunho Cristão em um Mundo Multi Religioso*.

guição e até a morte. A autêntica evangelização envolve tornar-se vulnerável, seguindo o exemplo de Cristo, que carregou a cruz e se despojou (Fl 2,5-11). Assim como o sangue dos mártires foi semente da Igreja debaixo da perseguição romana, hoje a busca da justiça e do direito torna-se um poderoso testemunho de Cristo. Jesus ligou esse despojamento ao chamado para segui-lo e à salvação eterna (Marcos 8,34-38).

Evangelização, Diálogo Inter Religioso e Presença Cristã

93. Na pluralidade e complexidade do mundo de hoje, encontramos pessoas com muitos diferentes tipos de fé, variadas ideologias e convicções. Acreditamos que o Espírito de Vida traz alegria e plenitude de vida. O Espírito de Deus, portanto, pode ser encontrado em todas as culturas que afirmam a vida. O Espírito Santo age de maneiras misteriosas e nós não compreendemos plenamente as ações do Espírito em outras tradições de fé. Reconhecemos que há um valor inerente e uma sabedoria em diversas espiritualidades que alimentam a vida. Portanto, a autêntica missão faz do “outro” um parceiro e não um “objeto” ao qual ela se dirige.

94. O diálogo é um modo de afirmar nossa vida comum e nossos objetivos em termos de defesa da vida e da integridade da criação. O diálogo no nível religioso é possível somente se partimos da expectativa de encontrar Deus, que nos precede e tem estado presente entre as pessoas dentro de seus diferentes contextos.²⁴ Deus está lá antes de chegarmos (Atos 17) e nossa tarefa não é levar Deus, mas testemunhar o Deus que já está presente lá. O diálogo providencia um encontro honesto em que cada grupo traz à mesa tudo que entre eles já é vivido, de modo aberto, paciente e respeitoso.

95. Evangelização e diálogo são distintos mas estão inter-relacionados. Embora os cristãos tenham esperança e orem para que todas as pessoas possam chegar a um vívido conhecimento do Deus Triuno, a evangelização não é o objetivo do diálogo. No entanto, como o diálogo é também “um encontro mútuo de compromissos”, a partilha da Boa Nova de Jesus Cristo tem nele um espaço legítimo. Além disso, a evangelização autêntica se faz no contexto do diálogo de vida e ação e no “espírito de diálogo” – “uma atitude de respeito e amizade.”²⁵ A Evangelização envolve não apenas a proclamação de nossas mais profundas convicções, mas também escutar outros, ser desafiado e enriquecido por outros (Atos 10).

96. Particularmente importante é o diálogo entre pessoas de diferentes opções de fé, não apenas em contextos multi-religiosos, mas também onde existe uma grande predominância de um particular tipo de fé. É necessário proteger os direitos de

²⁴ Veja CMI, *Declaração de Baar: Perspectivas Teológicas na Pluralidade* (1990).

²⁵ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, *Diálogo e Proclamação: Reflexão e Orientações sobre o Diálogo Inter-Religioso e a Proclamação do Evangelho de Jesus Cristo* (1991) §9.

grupos minoritários, a liberdade religiosa e dar condições para que todos contribuam para o bem comum. A liberdade religiosa deve ser sustentada porque deriva da dignidade da pessoa humana, alicerçada na criação de todos os seres humanos à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26). Seguidores de todas as religiões e crenças têm iguais direitos e responsabilidades.²⁶

Evangelização e Culturas

97. O evangelho se enraíza em diferentes contextos através do engajamento em específicas realidades culturais, políticas e religiosas. O respeito pelas pessoas e por suas realidades culturais e simbólicas de vida é necessário se o Evangelho deve se enraizar nessas diferentes situações. Desse modo, é preciso começar pelo engajamento e o diálogo no contexto mais amplo para discernir como Cristo já se encontra presente e onde o Espírito de Deus já está em ação.

98. A conexão entre evangelização e poderes coloniais na história da missão tem levado à pressuposição de que as formas ocidentais de cristandade são os parâmetros pelos quais outras adesões ao Evangelho devem ser julgadas. A evangelização feita pelos que dispõem de poder econômico e hegemonia cultural tem o risco de destorcer o Evangelho. Portanto, eles devem buscar parceria com os pobres, os que não têm posses e as minorias e ser influenciados por seus recursos e visões teológicas.

99. A imposição da uniformidade desrespeita a originalidade de cada indivíduo, que é único e criado à imagem e semelhança de Deus. Enquanto Babel tentou impor uniformidade, a pregação dos discípulos no dia de Pentecostes resultou numa unidade na qual particularidades pessoais e identidades comunitárias não foram perdidas, mas respeitadas – eles ouviram a Boa Nova em suas próprias línguas.

100. Jesus nos chama a ir além dos conceitos estreitos de nosso próprio Reino, nossa própria libertação e nossa própria independência (Atos 1,6), abrindo para nós uma visão mais ampla e nos capacitando através do Espírito Santo a ir “aos confins da terra” como testemunhas da justiça, da liberdade e da paz de Deus em cada contexto de tempo e espaço. Somos chamados a apontar tudo para Jesus, mais do que para nós mesmos ou nossas instituições, buscando o interesse de outros mais do que o nosso (veja Fl 2,3-4). Não podemos captar as complexidades das Escrituras através de uma perspectiva cultural dominante. A pluralidade de culturas é um dom do Espírito para aprofundar a compreensão de nossa fé e nosso entendimento mútuo. Assim, comunidades interculturais de fé, onde diversas comunidades culturais celebram juntas, são um caminho pelo qual as culturas podem se envolver mutuamente com autenticidade e onde a cultura pode enriquecer o Evangelho. Ao mesmo tempo, o Evangelho critica noções de superioridade.

²⁶ Veja Testemunho Cristão num Mundo Multi Religioso.

ridade cultural. Portanto, “o Evangelho, para dar frutos, precisa ser ao mesmo tempo fiel a si mesmo e encarnado ou enraizado na cultura de um povo... Precisamos constantemente buscar a intuição do Espírito Santo que nos ajuda a discernir onde o Evangelho desafia, apóia ou transforma uma particular cultura”²⁷ em defesa da vida.

Festa da Vida: Afirmações de Conclusão

101. Somos servos do Triuno Deus, que nos deu a missão de proclamar a Boa Nova a toda a humanidade e à criação, especialmente aos oprimidos e sofredores, que anseiam por plenitude de vida. A missão – como testemunho comum de Cristo – é um convite à “festa do Reino de Deus” (Lucas 14,15). A missão da Igreja é preparar o banquete e convidar as pessoas para a festa da vida. A festa é uma celebração da criação e da fartura de frutos que nos vêm do amor de Deus, a fonte da vida em abundância. É um sinal da libertação e reconciliação de toda a criação, que é o objetivo da missão. Com uma renovada valorização da missão do Espírito de Deus, oferecemos as seguintes afirmações em resposta à questão colocada no começo deste documento.

102. *Afirmamos que o propósito da missão de Deus é a plenitude da vida (João 10,10) e que esse é o critério para o discernimento na missão.* Portanto, somos chamados a discernir o Espírito de Deus onde houver vida em plenitude, particularmente em termos de libertação das pessoas oprimidas, cura e reconciliação de comunidades divididas e restauração do conjunto da criação. Somos desafiados a apreciar o espírito de afirmação da vida presente em diferentes culturas e a estar em solidariedade com todos aqueles que estão envolvidos na missão de defesa e preservação da vida. Também discernimos e enfrentamos espíritos malévolos onde quer que sejam experimentadas forças da morte e negação da vida.

103. *Afirmamos que a missão começa com o ato de Deus na Criação e continua no processo de renovação da criação, pelo poder vitalizante do Espírito Santo.* O Espírito Santo, derramado em línguas de fogo em Pentecostes, enche nossos corações e nos transforma em Igreja de Cristo. O Espírito que estava em Cristo Jesus nos inspira um estilo de vida com despojamento e capacidade de levar a cruz e acompanha o povo de Deus enquanto buscamos dar testemunho do amor de Deus em palavras e ações. O Espírito da verdade nos leva a toda verdade e nos capacita a desafiar os poderes demoníacos e a falar a verdade no amor. Como comunidade redimida, partilhamos com outros as águas da vida e buscamos o Espírito de unidade para curar, reconciliar e renovar toda a criação.

104. *Afirmamos que a espiritualidade é a fonte de energia para a missão e que missão no Espírito é transformadora.* Assim buscamos uma reorientação de nossa perspectiva entre missão, espiritualidade e criação. A espiritualidade da missão que flui da liturgia e da

²⁷ Chamados a uma Esperança, 21-22;24.

adoração nos religa uns com os outros e com a criação mais ampla. Compreendemos que nossa participação na missão, nossa existência na criação e nossa prática da vida no Espírito estão tecidas juntas, porque são mutuamente transformadoras. A missão que começa com a criação nos convida a celebrar a vida em todas as dimensões como dom de Deus.

105. *Afirmamos que a missão do Espírito Santo é renovar toda a criação.* “A terra é do Senhor com tudo que nela existe” (Sl 24,1). O Deus da vida protege, ama e cuida da natureza. A humanidade não é dona da terra mas é responsável pelo cuidado com a integridade da criação. A ganância excessiva e o consumo ilimitado, que levam a uma contínua destruição da natureza, precisam ter fim. O amor de Deus não proclama uma salvação humana separada da renovação do conjunto da criação. Somos chamados a participar da missão de Deus indo além de nossos objetivos centrados na humanidade. A missão de Deus é para todo tipo de vida e temos que reconhecer isso e também dirigir para isso nosso serviço em novas maneiras de viver a missão. Oramos por arrependimento e perdão, mas também conclamamos à ação agora. A missão tem a criação como centro.

106. *Afirmamos que os movimentos missionários que hoje estão emergindo do Sul e do Oriente do globo são multi-direcionados e multi-facetados.* A mudança do centro de gravidade do cristianismo para o conjunto do Sul e do Oriente nos desafia a conhecer melhor as expressões da missão que estão enraizadas nesses contextos, culturas e espiritualidades. Precisamos desenvolver mais a mútua cooperação e a parceria e afirmar a inter-dependência entre a missão e o movimento ecumênico. Nossa prática missionária deve mostrar solidariedade com os povos sofredores e harmonia com a natureza. A evangelização é feita com despojada humildade, com respeito aos outros e em diálogo com pessoas de diferentes culturas e crenças. Deve, nesse panorama, também envolver o enfrentamento de estruturas e culturas de opressão e desrespeito ao humano que estão em contradição com os valores do Reino.

107. *Afirmamos que pessoas marginalizadas são agentes de missão e desempenham um papel profético que enfatiza a plenitude da vida para todos.* Os marginalizados na sociedade são os principais parceiros na missão que Deus nos dá. Pessoas marginalizadas, oprimidas e sofredoras têm um dom especial para distinguir que anúncios são boa nova para elas e quais são prejudiciais para sua vida tão exposta a perigos. A fim de nos comprometermos com a missão doadora de vida que nos vem de Deus, temos que ouvir as vozes que vêm das margens para perceber o que é afirmação de vida e o que é ameaça de destruição da vida. Precisamos dirigir nossa missão para as ações que os marginalizados estão assumindo. Justiça, solidariedade e inclusão são expressões centrais da missão que vem das margens.

108. *Afirmamos que a economia de Deus é baseada nos valores de amor e justiça para todos e que a missão transformadora resiste à idolatria praticada na economia de livre mercado.* A globalização econômica tem efetivamente abandonado o Deus da vida,

colocando em seu lugar Mamon, o deus do capitalismo do livre mercado, que proclama o poder de salvar o mundo através da acumulação de riqueza e prosperidade indevidas. A missão nesse contexto precisa andar na contra mão da cultura, oferecendo alternativas a tais visões idolátricas porque a missão pertence ao Deus da Vida, da justiça e da paz e não a esse falso deus que traz miséria e sofrimento às pessoas e à natureza. A missão, então, consiste em denunciar a economia baseada na ganância e em participar da prática da economia divina do amor, da partilha e da justiça.

109. *Afirmamos que o Evangelho de Jesus Cristo é Boa Nova em todos os tempos e lugares e deve ser proclamado no Espírito de amor e humildade.* Afirmamos a centralidade da encarnação, da cruz e da ressurreição em nossa mensagem e também no modo como fazemos a evangelização. Portanto, a evangelização sempre aponta para Jesus e para o Reino de Deus e não para instituições e ela pertence à própria essência da Igreja. A voz profética da Igreja não deve ser silenciada em tempos que exigem que ela seja ouvida. A Igreja é chamada a renovar seus métodos de evangelização para comunicar a Boa Nova com persuasão, inspiração e convicção.

110. *Afirmamos que o diálogo e a cooperação a favor da vida são parte integrante da missão e da evangelização.* A autêntica evangelização é feita com respeito pela liberdade de religião e crença, para todos os seres humanos, que são imagens de Deus. O proselitismo feito por meios violentos, incentivo econômico ou abuso de poder é contrário à mensagem do Evangelho. Ao fazer evangelização, é importante construir relações de respeito e confiança entre pessoas que têm diferentes tipos de fé. Valorizamos todas e cada uma das culturas e reconhecemos que o Evangelho não é propriedade de nenhum grupo, mas se destina a todas as pessoas. Compreendemos que nossa tarefa não é trazer Deus, mas testemunhar o Deus que já está ali presente (Atos 17,23-28). Unidos ao Espírito, somos capacitados a cruzar barreiras culturais e religiosas para trabalhar juntos pela vida.

111. *Afirmamos que Deus impulsiona e capacita a Igreja em missão.* A Igreja, como povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo, é dinâmica e capaz de mudanças na continuidade da missão que Deus lhe dá. Isso leva a uma variedade de formas de testemunho comum, refletindo a diversidade do mundo cristão. Assim, as Igrejas precisam estar em movimento, caminhando juntas na missão, dando prosseguimento à missão dos apóstolos. Praticamente, isso significa que Igreja e missão devem estar unidas e que diferentes organizações eclesiais e missionárias precisam trabalhar juntas a favor da vida.

112. O Deus Triuno convida toda a criação para a Festa da Vida, através de Jesus Cristo, que veio para “que todos tenham vida e a tenham em abundância” (João 10,10), através do Espírito Santo, que afirma a visão do Reino de Deus: “Vou criar novos céus e nova terra!” (Isaías 65,17). Assumimos juntos, em humildade e esperança, a missão que vem de Deus, que tudo recria e a todos reconcilia. E oramos: “Deus da Vida, conduze-nos à justiça e à paz!”

CUPOM DE ASSINATURA

Revista Caminhos de Diálogo

Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso – CNBB

Contribuição anual: a partir de R\$ 30.00

Nome: _____

Rua: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone: _____ E.mail: _____

Endereço: _____

Modalidade de pagamento: _____

Mitra Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda

Banco do Brasil, Ag. 2922-x, C/C 34540-7

() Primeira assinatura () Renovação do ano.....

Assinante

Visite nosso site: anec.org.br/caminhosdedialogo

Obs.: Anexar comprovante de pagamento e enviar no endereço: Rua 25B, nº 44, Vila Santa Cecília

CEP: 27.260-330 – Volta Redonda - RJ - Cx. Postal. 84.023 - CEP 27.251-970 – Volta Redonda - RJ

ecumenismo@cnbb.org.br - dombiasin@gmail.com

CUPOM DE ASSINATURA

Revista Caminhos de Diálogo

Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso – CNBB

Contribuição anual: a partir de R\$ 30.00

Nome: _____

Rua: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone: _____ E.mail: _____

Endereço: _____

Modalidade de pagamento: _____

Mitra Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda

Banco do Brasil, Ag. 2922-x, C/C 34540-7

() Primeira assinatura () Renovação do ano.....

Assinante

Visite nosso site: anec.org.br/caminhosdedialogo

Obs.: Anexar comprovante de pagamento e enviar no endereço: Rua 25B, nº 44, Vila Santa Cecília

CEP: 27.260-330 – Volta Redonda - RJ - Cx. Postal. 84.023 - CEP 27.251-970 – Volta Redonda - RJ

ecumenismo@cnbb.org.br - dombiasin@gmail.com

